

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Mestrado em Geografia

Aline Pandeló Brugger

**COMÉRCIO, FEIRAS E UM LUGAR DE OBSOLESCÊNCIA EM JUIZ DE FORA-  
MG:  
A feira informal da Avenida Brasil**

Juiz de Fora

2014

Aline Pandeló Brugger

**COMÉRCIO, FEIRAS E UM LUGAR DE OBSOLESCÊNCIA EM JUIZ DE FORA-  
MG:  
A feira informal da Avenida Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio

Juiz de Fora  
2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pandeló Brugger, Aline.  
Comércio, feiras e um lugar de obsolescência em Juiz de Fora-MG : a feira informal da Avenida Brasil / Aline Pandeló Brugger. -- 2014.  
110 f. : il.

Orientador: Júlio César Gabrich Ambrozio  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

1. Feira informal. 2. Circuito inferior. 3. Lugar. 4. Juiz de Fora. I. Gabrich Ambrozio, Júlio César, orient. II. Título.

COMÉRCIO, FEIRAS E UM LUGAR DE OBSOLESCÊNCIA EM JUIZ DE FORA-MG: A  
FEIRA INFORMAL DA AVENIDA BRASIL

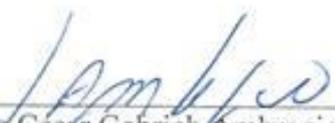
ALINE PANDELÓ BRÜGGER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Espaço e Ambiente, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 20/08/2014

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus (Membro externo)  
Universidade Federal de Minas Gerais

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Maria Lucia Pires Menezes (Membro interno)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Ao Divino, que conspirou sempre de forma positiva para essa nova etapa da minha vida.

Ao Mestre Irineu e ao Padrinho Sebastião, pois através de seus ensinamentos descobri o poder da força interior que habita em mim.

Ao professor Júlio Ambrózio, que se dispôs a me orientar, vivenciando as minhas expectativas, sonhos e desafios ao escrever essa dissertação.

À professora Maria Lúcia, minha coorientadora, pelo entusiasmo e incentivo nas leituras sobre feiras livres.

Ao professor Cassiano Amorim e ao professor Francisco que contribuíram positivamente para a melhor estruturação deste trabalho.

Aos vendedores de rua que trabalham na feira informal, sem eles esse trabalho não teria razão de existir.

Ao meu esposo Bruno, pela força, compreensão, amor e carinho.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram os caminhos do conhecimento.

Aos meus irmãos Bruno e Rodolfo, que sempre fizeram presente nas minhas realizações pessoais e profissionais.

Às minhas irmãs de coração, Ana Paula Evangelista e Lilian Cândido, que muito contribuíram pela gentileza nas correções e na fotografia deste trabalho.

Ao pessoal do arquivo municipal, prefeitura de Juiz de Fora e a memória da cidade que foram de extrema importância para que pudéssemos buscar fontes confiáveis para redigir o contexto histórico do local estudado.

E a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho busca realizar uma análise socioespacial do surgimento de um comércio popular que se instalou na Avenida Brasil paralelamente à feira livre. Durante as manhãs de domingo, na cidade de Juiz de Fora – MG, uma parte da Avenida Brasil é ocupada por vendedores de rua, consumidores e tráfego de veículos concomitantemente; uma vez que a feira informal não é regulamentada pelos órgãos públicos, a rua não é interditada para a ocorrência do evento no local. As mercadorias expostas para a comercialização, em sua maioria, são usadas. Boa parte do material exposto provém dos catadores de lixo. Dessa forma, observa-se a presença do circuito inferior da economia, tratado por Milton Santos em sua obra *O espaço dividido* (2008), quando discorre que o espaço geográfico é dividido em dois subsistemas: o superior e o inferior. Basicamente, as atividades do circuito inferior são compostas pelo comércio de pequena proporção, serviços não modernos direcionados ao varejo e, sobretudo, pelo consumo dos mais pobres; e o circuito superior tem como características o capital intensivo, o mercado global e a publicidade. Ambos são dependentes, mas o superior está atrelado à aceleração global, e o inferior está adaptado pelo tempo e forma e função do lugar. No que tange ao conceito de lugar, há importância de se analisar a feira informal sob essa apreciação, com ênfase na obra de Yfu-Tuan, para que se possa ter uma dimensão das relações sociais que ali se constroem. Segundo o autor, é no lugar que se entra em contato com o outro, com as emoções humanas que são construídas a partir do poder dos símbolos.

Palavras-chave: Feira informal. Circuito inferior. Lugar. Juiz de Fora.

## ABSTRACT

The present work aims to conduct a socio-spatial analysis of the emergence of an informal flea market that has taken hold, on Brazil Avenue, in parallel with the weekly farmers' market. On Sunday mornings, in the city of Juiz de Fora, MG, a section of Brazil Avenue is occupied simultaneously by street vendors, consumers, and vehicular traffic; since the informal open-air market is not regulated by public entities, the street is not closed for the event that takes place on this site. The merchandise offered for sale are mostly secondhand articles. Much of the material for sale comes from waste pickers. Thus, we observe the presence of the lower circuit of the economy, covered by Milton Santos in his work, *O espaço dividido* (2008) [The divided space], where he asserts that the geographical area is divided into two subsystems: the upper and the lower. Basically, the activities of the lower circuit are composed of small-scale commerce, non-modern services targeted at retail trade, and especially of consumption by the poorest segment of the population; and the upper circuit has characteristics such as capital intensive, global market, and advertising. The two are interdependent, but the upper is linked to global acceleration, and the lower is adapted to the time and form of the place. Regarding the concept of place, there is relevance in analyzing the informal market under this appraisal, with emphasis on the work of Yi-fu Tuan, in order to perceive the dimension of social relations that are built there. According to the author, "place" is where we enter into contact with the other, with human emotions that are built from the power of symbols.

Keywords: Informal market. Lower circuit. Place. Juiz de Fora.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b>	Exposição dos refugos na feira livre.....	30
<b>Figura 2.</b>	Exposição de alguns produtos na feira livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG.....	45
<b>Figura 3.</b>	Quadro de Aracy: Feira Livre.....	60
<b>Figura 4.</b>	Feira Medieval.....	62
<b>Figura 5.</b>	Representação do movimento na feira com o desenho de Percy Lau intitulado <i>A feira sertaneja</i> .....	68
<b>Figura 6.</b>	Obra Feira livre, de Debret.....	69
<b>Figura 7.</b>	Feira Livre.....	77
<b>Figura 8.</b>	Avenida Brasil.....	80
<b>Figura 9.</b>	Caixas de papelão como forma de delimitar o espaço do vendedor de rua.....	81
<b>Figura 10.</b>	Demarcação da área pelo vendedor de rua.....	82
<b>Figura 11.</b>	Acessórios para eletrônicos usados.....	82
<b>Figura 12.</b>	Livros usados.....	83
<b>Figura 13.</b>	Vista aérea da feira livre na Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG.....	86
<b>Figura 14.</b>	Feira Livre.....	86
<b>Figura 15.</b>	Circulação de indivíduos e transportes.....	88
<b>Figura 16.</b>	Exposição das mercadorias.....	89
<b>Figura 17.</b>	Material de construção da Ponte dos Poderes.....	90
<b>Figura 18.</b>	Ponte dos Poderes.....	92
<b>Figura 19.</b>	Comerciantes não deslocados.....	93
<b>Figura 20.</b>	Movimento de indivíduos na feira informal.....	98
<b>Gráfico 1.</b>	Evolução do grau de informalidade no Brasil, no período de 2009 a 2012.....	23
<b>Gráfico 2.</b>	Taxa média anual de desemprego no Brasil, no período de 1984 a 2010.....	28
<b>Gráfico 3.</b>	Movimentação do mercado de trabalho segundo o Sistema Nacional de Emprego/Juiz de Fora.....	37
<b>Gráfico 4.</b>	Trabalhadores colocados.....	37
<b>Gráfico 5.</b>	Porcetagem de trabalhadores formais e informais em Minas Gerais.....	38
<b>Gráfico 6.</b>	Percentual de informalidade por região. Fonte: Fundação João Pinheiro.....	39

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 AS FEIRAS LIVRES E OS CIRCUITOS ECONÔMICOS</b> .....	11
1.1 INFORMALIDADE .....	17
1.2 INFORMALIDADE EM JUIZ DE FORA .....	36
<b>2 ESPAÇO VIVIDO E O LUGAR</b> .....	41
<b>3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COMÉRCIO</b> .....	48
3.1 A FEIRA COMO COMÉRCIO .....	60
3.2 A FEIRA NO BRASIL .....	67
3.3 A FEIRA EM JUIZ DE FORA .....	75
<b>4 A FEIRA INFORMAL</b> .....	80
<b>5 INFORMALIDADE COMO LUGAR</b> .....	94
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a formação de um comércio popular que acontece paralelamente à feira livre na Avenida Brasil, em Juiz de Fora – MG. Essa forma comercial ali desenvolvida ocorreu, principalmente, devido à crise econômica da década de 1980, em que muitos trabalhadores ficaram desempregados e buscaram na informalidade uma saída para sobreviver, inseridos no modo de produção capitalista. A feira informal é composta por vendedores e consumidores de classes menos abastadas, onde se comercializam majoritariamente produtos usados. Diante desse quadro, faz-se necessário o estudo dos circuitos econômicos tratados por Milton Santos, uma vez que é preciso compreender a dinâmica econômica da feira. É sabido que o comércio popular, motivo deste estudo, vem ao encontro de conceitos do setor informal da economia; destarte, para o aprofundamento do assunto, a informalidade, faz-se aqui um estudo cronológico dessa atividade no Brasil e na cidade de Juiz de Fora, onde o caso se enquadra. Assim está posto o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, busca-se compreender a feira informal como uma categoria do lugar, conceito muito discutido na ciência geográfica, com ênfase na obra de Yfu-Tuan. Nesse aspecto é necessário entender a feira informal como uma interação do cotidiano, da criatividade, das emoções e do espaço vivido das pessoas. No entendimento da importância do lugar, envereda-se para a compreensão das relações sociais e da importância da cultura.

No terceiro capítulo, aborda-se a cronologia histórica do comércio. É importante que se compreendam as bases comerciais, suas formas de trocas e de acumulação para se visualizar o que acontece no tempo presente. Volta-se ao período em que as trocas eram feitas somente para se atenderem as necessidades básicas da população; nesse período, essa forma de comércio ficou conhecida como escambo. A partir da Idade Média, com o renascimento do comércio, as feiras livres tiveram uma enorme importância no cenário comercial por se constituírem em lugares de relevo para essas trocas comerciais fossem realizadas. Com a inserção do dinheiro, os cenários geográfico e econômico mudam radicalmente, uma vez que o dinheiro facilitou a comercialização dos produtos, já que ele era utilizado por todos. No momento em que ocorre as Cruzadas, deu-se início uma corrida para a expansão de novas mercadorias entre o Oriente e o Ocidente. Importante seria relevar as feiras que ocorriam em Champagne e Lile (França), onde se movimentavam um avolumado número de produtos; e, com a entrada das moedas, havia dias específicos para que ocorressem as trocas de dinheiro e para o pagamento das dívidas. A “decadência” das feiras de Champagne ocorreu devido à

substituição do mercado ambulante para o comércio fixo. Para a melhor estruturação do capítulo, ele é subdividido em três partes: a feira no contexto mundial, a formação da feira livre no país e o segmento da feira livre na cidade de Juiz de Fora.

Na abordagem da feira como comércio, busca-se analisar a sua formação e consolidação. A partir da Idade Média com base nos estudos de Braudel e de Pirenne, de modo notar sua trajetória, a partir da Idade Média, até a modernidade. Elucida-se a sociabilidade que ocorre nas feiras livres, juntamente com as significações urbanas, o saber da cidade. No segmento a feira no Brasil, faz-se um levantamento histórico-geográfico para se compreender como essa forma comercial se instala no país, desde a época do Brasil Colônia; com o objetivo de evitar o êxodo rural, foi instituído um dia em que os colonos pudessem comercializar o excedente e adquirir novas mercadorias. Destaca-se também a importância econômica e cultural das feiras nordestinas, uma vez que essas perduram na atualidade, atraindo inúmeros frequentadores pelo seu forte caráter regional. É necessário compreender o nascimento e a importância dessa atividade comercial nos grandes centros urbanos para que se possa avaliar sua participação no modo de vida urbana. Cabe lembrar a Reforma Passos, no Rio de Janeiro, que modifica toda a estrutura urbana da cidade, tornando a feira livre um modelo comercial decadente, uma vez que os supermercados encontram espaço para comercializar os produtos.

Por último, mas não menos importante, a feira em Juiz de Fora: a formação das feiras livres na cidade ocorre em vinte seis de julho de 1924, num contexto de ausência de produtos devido à crise econômica que assolava o país; as feiras livres aconteciam em lugares diferenciados, e a divulgação era feita através do Diário da Tarde. Na Avenida Brasil, ocorrem duas feiras: a formal, de hortifrutigranjeiros, herdeira da 6 de julho de 1924, que se encontra naquele local desde 1968; e a informal, que remota da década de oitenta, mas não há dados históricos que comprovem qualquer data. 1980 resulta da memória das pessoas mais antigas que ali trabalham. Nesse capítulo buscou-se o suporte de informações históricas em jornais antigos e monografias, para o relato da vivência comercial na cidade.

No quarto capítulo, adentramos a compreender a socioespacialidade da feira informal que acontece durante as manhãs de domingo na Avenida Brasil, via que liga a cidade da zona leste à zona oeste e que não é fechada para tal realização comercial; a feira informal não é regulamentada por órgão público, destarte transeuntes e veículos circulam concomitantemente. Alguns vendedores aí chegam ainda na madrugada de sábado, para ocupar uma pequena área onde serão instalados os seus produtos; outros pagam uma pequena quantia para que um “fiscal” reserve a sua área. A montagem da feira informal ocorre na

manhã por volta das seis horas; às dez horas é o seu ápice, com maior intensidade de circulação de indivíduos, que buscam mercadorias que não encontram no mercado formal, produtos que já saíram de linha, há também transeuntes que buscam na feira uma forma de lazer, para jogarem conversa fora, para consumo de comidas típicas da feira, como o pastel e o caldo de cana. Por volta das trezes horas, os vendedores começam a guardar as mercadorias e há um declínio na circulação de pessoas, o que caracteriza o encerramento da feira.

Para revelar o pequeno universo da feira informal foi necessário submergir no mundo dos indivíduos que participam desse espetáculo, como forma de compreender e analisar a sua dinâmica; a observação direta foi a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, fazer parte do mundo do vendedor e observar as ações que são transmitidas para o entendimento do estudo. Destaca-se também, que as conversas informais com vendedores e transeuntes foram de suma importância para se chegar ao resultado pretendido, além da utilização da fotografia, como um aparelho de linguagem e de representação.

A feira informal é repleta de símbolos e signos que podem ser desvendados através do olhar do fotógrafo. A fotografia neste trabalho favorece a importância informacional e ideológica. “O fotógrafo esconde-se atrás da câmera, não se envolve diretamente com a cena registrada, não interfere, não induz a situação, apenas controla o enquadramento e a angulação, a luz, que são na realidade os elementos formadores de sentido, que firmam a intencionalidade do fotógrafo.” (MENEZES, 2005, p. 15). A essas fontes de pesquisa somam-se as informações relacionadas em livros, periódicos, dissertações, teses e internet.

No último capítulo faz-se uma abordagem que traz à tona um diálogo da informalidade com o lugar, da presença de um setor terciário inflado, que é representado pelo desenvolvimento de um comércio popular para atender à demanda dos pobres, uma vez que esses não conseguem se inserir nos moldes formais da economia. A partir desse formato econômico, a feira informal se apresenta como uma expressão do lugar, com características advindas do cotidiano, das emoções, da criatividade de uma parcela excluída da sociedade de consumo que descobriu naquele lugar uma forma de sobrevivência.

## 1 AS FEIRAS LIVRES E OS CIRCUITOS ECONÔMICOS

É importante que se estabeleçam conexões entre a feira livre e os circuitos de economia, estudados pelo geógrafo Milton Santos, uma vez que a partir disso será percebida uma visão socioeconômica dessa atividade comercial.

Desde os tempos mais remotos, a história da humanidade, mostra um comércio com base nas trocas de produtos, ou seja, nas barganhas. A feira livre, uma das formas mais antigas do comércio mundial, surge diante da necessidade de abastecimento e trocas de excedentes. As feiras são conhecidas desde a antiguidade por árabes, romanos e gregos (MATOS, 2010).

Atualmente, as feiras livres exercem uma outra função econômica, e é a partir dessa mudança que vamos entender esse processo. Para a compreensão do processo dessa mudança, de como a feira livre se enquadra na economia da cidade e da metrópole contemporânea, é de suma importância estudar a teoria de Milton Santos, quando nos fala dos dois circuitos da economia. Assim:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. (SANTOS, M., 2008, p. 37).

Para o autor, nos países subdesenvolvidos, o espaço se caracteriza por enormes desigualdades de renda, expressas, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, no nível local, pela coexistência de atividades similares, mas que funcionam em diferentes níveis. As disparidades de renda são muito menos chocantes nos países desenvolvidos e têm muito pouca influência sobre o acesso a um grande número de bens e serviços. Em contraste, nos países subdesenvolvidos, as possibilidades de consumo variam grandemente.

Na medida em que novos gostos são difundidos através do país e coexistem com gostos tradicionais, o aparato econômico é forçado a se adaptar tanto aos imperativos de uma modernização poderosa como às realidades sociais novas e herdadas. Isto é igualmente verdadeiro para o aparato da produção e para o aparato de distribuição. Dessa forma são

criados os dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico, mas também pelo processo que governa a organização do espaço (SANTOS, M., 2003, p. 172).

Na feira informal que acontece na Avenida Brasil, margem direita do rio Paraibuna em Juiz de Fora – MG, são comercializados refugos de peças automobilísticas, peças chinesas deterioradas; uma pequena parte desse material é adquirida através de terceiros de forma gratuita. Uma grande base dos produtos pertence ao circuito inferior da economia; mas de qualquer forma é de extrema necessidade estudar os dois tipos de circuito da economia. Segundo Milton Santos (2003, p. 43) “é admitida a coexistência de dois circuitos da economia, um circuito superior e outro inferior”, resultado de um processo de modernização diferenciadora que gera os dois circuitos que “têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados.” Importante ressaltar que circuito inferior não significa inferioridade e que circuito superior dê ideia de superioridade; são subsistemas da economia urbana que se complementam, resultante do desenvolvimento do capitalismo.

A oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas, a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos modernização tecnológica. (SANTOS, M., 2003, p. 43).

Dessa forma, a modernização tecnológica, mas também espacial, produz uma disparidade econômica e social, em todas as suas escalas. Nos países subdesenvolvidos, a modernização que ocorre na segunda metade do século XX bipolarizou a vida econômica, o espaço e a sociedade desses países em circuitos de produção, distribuição e consumo, que o autor denominou de “circuito inferior e circuito superior” (SANTOS, J. E., 2012, p. 40). Para Menezes (2005, p. 81), a desigualdade de renda que atinge as populações periféricas faz com que ocorra uma disparidade no nível de consumo, isso ocorre devido à modernização imposta por novos processos produtivos que originam novas mercadorias. A ocorrência dessa disparidade do poder de consumir gera os dois circuitos econômicos urbanos dos países periféricos.

Nessa luta por espaços de circulação de venda de mercadorias, o circuito superior, por ser o sistema dominador, o que detém o poder, tenta de todas as maneiras conquistar o consumidor, seja através da publicidade, seja direta ou indireta, mesmo porque o circuito inferior não tendo como investir em publicidade, recebe por via indireta uma elevada carga publicitária, via mídia de massa, formando usos e costumes nas camadas menos favorecidas, ou forçado-a ao consumo *moderno*, causando uma dependência de fabricação externa em prol de uma produção local, e esse *consumo moderno* está expulsando de maneira definitiva a produção local, estando hoje completamente sedimentado dentro do espaço da feira-livre. (MENEZES, 2005, p. 82).

O conceito de M. Santos (2003, p. 101) sobre os dois circuitos econômicos presentes no espaço urbano das cidades dos países periféricos fornece várias indicações que servem como parâmetro, elemento norteador, para que se possa enquadrar com segurança a feira livre como pertencente ao circuito inferior da economia urbana dos países periféricos; ao vincularem suas características ao quadro comparativo dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos (SANTOS, M., 2003, p.102), como: mão de obra desqualificada, capital relativamente pequeno, estoques de mercadorias baixos, os preços são negociáveis entre o comprador e o vendedor, o crédito institucional inexistente, a margem de lucro é grande por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios, a relação com os fregueses é direta e personalizada, e a propaganda é oral e direta.

De acordo com M. Santos (2008), a formação dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos teve origem no processo de modernização excludente produzido pelos países centrais e imposto aos países periféricos. Com a modernização ocorreu a precarização do trabalho e o êxodo rural, a saída em direção às cidades. Diante dos fatos mencionados, as consequências foram uma grande massa de trabalhadores desempregados; como contrapartida, uma pequena parcela da população com rendas elevadas. Essa desigualdade social acarretou dois tipos de consumidores, os que têm acesso aos bens e serviços e aqueles que não possuem condições financeiras para satisfazê-las, o que gerou formas distintas de consumo, fazendo surgir nas cidades dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Com base nos estudos sobre os dois circuitos da economia, pode-se afirmar que a feira informal se enquadra no circuito inferior. Mesmo pertencente ao circuito inferior, a feira informal articula com o circuito superior, na medida em que se abastecem de mercadorias das grandes centrais vinculadas ao grande capital. Para Menezes (2005, p. 45), há um elo entre o grande capital e a população de baixa renda, essa que não tem acesso aos produtos nas grandes redes de supermercados e shoppings. “As feiras livres são ainda hoje a maneira mais eficiente de comercializar os gêneros de primeira necessidade no contexto urbano.” (MENEZES, 2005, p. 46).

De acordo com M. Santos (2008), além da urbanização, o fenômeno da metropolização é incontestável. São nas metrópoles onde ocorrem as maiores possibilidades de os pobres criarem formas de gerar renda, pois as cidades concentram materialidades e população, assim expande-se a modernização e o circuito inferior. Cabe ressaltar que a pobreza é um sintoma do circuito inferior. Sabe-se que, com o passar do tempo, a pobreza é condicionada por fatores diversos; por exemplo: nos primórdios da colonização europeia

estava atrelada às condições naturais, o homem explorava a natureza, mas isso não se caracteriza como exclusão social. Com a industrialização e a integração do território, há um forte processo de urbanização, assim a cidade recebe a pobreza vinda do campo. Na década de 1970, a pobreza se agrava acentuadamente pela inserção na divisão internacional do trabalho, gerada pela expansão dos meios de transportes e telecomunicações, e assim o processo modernizador diminui a criação de empregos. Dentro dessas formas de formação de pobreza, o circuito inferior cresce, mesmo que não possa ser mensurado, pois ele é mutável. Para M. Santos (2008, p. 38), a pobreza pode ser entendida como a luta permanente por suprir necessidades essenciais. A desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos, além do poder desigual na promoção de políticas públicas, cria territórios e lugares desiguais que, por sua vez, vão condicionar a ampliação da pobreza. “Defino a pobreza como a dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna. Isso inclui basicamente as necessidades físicas elementares como nutrição, vestimenta e saúde.” (DUPAS, 2001, p. 2)

Pode-se apresentar o circuito superior como sendo representado por bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores (SANTOS, M., 2008, p. 39). As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, têm custos fixos importantes, que aumentam com o porte da firma para cada lugar e ramo de fabricação. O circuito superior tem como função o controle da economia e também de produção e organização do espaço. É no circuito superior que se cria a conjuntura e, no circuito inferior, ela se adapta, mas em ambos os circuitos a função desses é de reproduzir o modo de produção capitalista.

O circuito inferior é constituído por atividades que resultam da iniciativa das camadas sociais desfavorecidas para garantir sua sobrevivência pelas vias alternativas. Dessa forma, geram-se empregos (ou subempregos) o que resulta em uma razoável gama de bens e serviços a custos mais acessíveis. Essa definição acima não contempla de maneira abrangente e integralmente o circuito inferior, que não se resume, por exemplo, a um conjunto de atividades que a população pobre organiza para si própria. O circuito inferior, como bem citou Milton Santos (2008, p. 89), não é a contrapartida das estruturas dominantes de produção, mas, sim, uma faceta subjugada dessa, daí a denominação inferior, onde esse segmento opera em condições dependentes, atrelado ao circuito superior.

Basicamente, o circuito inferior surge da incapacidade do sistema capitalista em oferecer pleno emprego, o que entraria em contradição com os princípios da economia de mercado. Os desempregados recorrem assim a expedientes diversos e improvisados, resultando daí o grau primário de organização e o baixo grau tecnológico das atividades deste setor. (MASCARENHAS, 2005, p. 4).

As atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido. Manipulam-se pequenos volumes de mercadorias. O emprego não é permanente, e a sua remuneração é abaixo do mínimo vital. Esse circuito é um grande fornecedor de ocupação para a população pobre, devido às baixas incorporações tecnológicas e financeiras das atividades desse setor (SANTOS, M., 2008).

Para M. Santos (2008), a existência do circuito inferior é uma das consequências do modelo de crescimento econômico com distribuição de renda injusta que impede a expansão do emprego. Com a modernização acelerada, o pobre paga um alto custo social do crescimento econômico. Esse exército de reserva é uma condição geral da produção do sistema capitalista. A manutenção do circuito inferior é responsável pela sobrevivência dos pobres; esses que não têm acesso aos produtos modernos, consomem produtos de um sistema particular juntamente com uma produção específica, que é uma grande resposta às condições de pobreza da grande massa da população. É nítido perceber esse processo de consumo na feira livre da Avenida Brasil; grande parte da população que consome os produtos usados, e muitas vezes deteriorados, é pobre. Presentes no local, encontra-se tanto vendedores como compradores excluídos da produção global; sob esse contexto ocorre um sistema de vendas voltado para a população menos favorecida da economia. Destarte, a pobreza e o circuito inferior são relações de causa e efeito. Os vendedores de rua, frutos do circuito inferior, mostram que essa atividade é uma resposta imediata ao circuito superior do comércio e da fabricação (SANTOS, M., 2008).

Eis o pressuposto: a partir da chegada do meio-técnico-científico- informacional, a produção mundial de mercadorias, por intermédio das redes (comunicação e transporte), chega em todos os lugares do planeta, para que haja uma hegemonia do mercado mundial. Todavia, globalização não é sinônimo de homogeneização; pelo contrário, aprofundam-se as desigualdades territoriais nesse novo período, pois os sistemas técnicos conduzem à diferenciação e à desigualdade dos lugares, que agora não são devidos à diversidade da natureza, mas às escolhas humanas (SANTOS, M., 2001). As desigualdades geradas pelos sistemas técnicos trouxeram as especializações dos lugares em atividades produtivas; assim, esses lugares demandam trocas, o que os torna interdependentes; dessa forma, os subsistemas urbanos tornam-se mais complexos (CATAIA; SILVA, 2013).

De acordo com Diniz (2011, p. 42), as novas técnicas transformam o lugar em um espaço de conflitos entre horizontalidades e verticalidades; isto é, de um lado ocorrem as relações com o lugar por intermédio das técnicas e da estrutura social e, de outro lado, tem-se o funcionamento global da sociedade e da economia. Dessa forma, tem-se uma economia globalizada, com as forças atuantes dos grandes grupos empresariais, o lucro como o grande impulso desse modelo capitalista. Conforme Diniz (2011, p. 45), essas transformações fazem o espaço mais fluídico, com uma ampla cadeia de serviços, que permite uma maior circulação e movimento. Segundo M. Santos (2008), dessa forma os lugares se mundializam. Contudo, com a modernidade, as redes largas e rápidas fazem com que surjam lugares desiguais. Cataia e Silva (2013, p. 62) falam que “a desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos, além do poder desigual na promoção de políticas públicas, cria territórios e lugares desiguais, que por sua vez vão condicionar a ampliação da pobreza.”

As novas formas comerciais em grandes áreas caracterizam os lugares globais simples, enquanto que as grandes empresas hegemônicas formam os lugares complexos. Diniz (2011, p. 45) argumenta que a expansão das formas comerciais populares são reações significativas geradas pelo impulso das verticalidades, uma vez que as especificidades dos lugares produzem reconfigurações socioespaciais ligadas a interesses externos. Segundo M. Santos (2008, p. 259): "Há de um lado uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e um setor produzido de baixo, que, nos países pobres, é um setor popular...".

Pode-se dizer que a globalização, isto é, a abertura dos mercados e desregulamentação do comércio externo e do sistema financeiro, tratadas por Singer (1999), somaram novos elementos que ampliaram a deterioração das relações de trabalho. Tal deterioração induziu ao desemprego, ao subemprego e à informalidade que, por sua vez, conduziram milhares de pessoas às formas mais degradantes de ocupação (GODOY, 2005, p. 89).

Decorre disso a intenção de deixar claro que esses “comerciantes” nada mais são do que mercadores, e o público consumidor utiliza a pechincha como forma de obter descontos nos preços das mercadorias. A pechincha, quer dizer, a discussão que se estabelece entre comprador e vendedor sobre o preço de uma mercadoria, é um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior [...], a pechincha seria a construção das estruturas sazonais dos preços, escaparia, assim, da categoria das relações pessoais e ocasionais para tornar-se um ato econômico racional (SANTOS, M., 2008). Feira informal da Avenida Brasil e pechincha são duplas inseparáveis para a comercialização do produto. Na

Avenida Brasil, grande parte dos compradores pechincha preço, é preferível vender o produto a menor preço do que não vendê-lo, o que acarretaria prejuízo.

## 1.1 INFORMALIDADE

Este tópico tem a função de esclarecer e aprofundar os estudos sobre informalidade, uma vez que, o objeto do nosso estudo, a feira informal da Avenida Brasil, se enquadra nesse segmento da economia. Num primeiro momento, iremos tratar o que vem a ser informalidade, como o desemprego leva a esse tipo de atividade e suas principais consequências.

A questão sobre a informalidade alcançou algum relevo na década de 1970 dentro das ciências sociais, com o programa de pesquisa da OIT, que destinava um estudo sobre o Quênia. Os pesquisadores analisaram a realidade econômica desse país africano na qual destacaram o setor formal, com funcionamento das atividades, definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão de obra qualificada; e o setor informal, definido pela existência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala, processos produtivos intensivos de trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados. Apesar de boa aceitação da definição que originou tal estudo, não existe na literatura socioeconômica uma definição para o setor informal.

O que é informalidade? Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a economia informal provém de trabalhadores em condições precárias de trabalho, devido ao desacordo com as normas legais ou fora do alcance da seguridade social. Em 2010, no Brasil, a OIT apresenta estudos sobre a economia informal no país para tratar da diversidade de conceitos trabalhados sob essa ótica, que vão desde a geração das ocupações, a rigidez das leis trabalhistas, a precariedade e insegurança no mundo do trabalho, e sobre o “*processo de informalidade*” na reorganização econômica; é nesse processo que se estabelece uma categoria de análise das mudanças nas relações de produção e comercialização, tendo-se em vista os rumos do capitalismo contemporâneo; o trabalho informal é um tipo de trabalho à margem das legislações vigentes (CACCIAMALI, 2000, p. 154). Há uma polêmica sobre o ponto de vista teórico da questão informalidade, que vai desde ser um processo até a ser uma

economia ou um tipo de trabalho. Diante dessas possibilidades, será explicitado como os teóricos analisam cada postura de informalidade. Antes de adentrar nesse quesito, vale ressaltar que a informalidade advém do que é formal em cada país, região, setor ou categoria formal. Noronha (2003, p. 112) argumenta que a “informalidade” nada mais é do que contratos típicos que variam de um lugar para outro. No Brasil, setor “informal” e formal para a população advém de ordem jurídica; informal é aquele que não possui carteira assinada, enquanto que o formal vem em forma de contratos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que pouco mudou ao longo dos tempos, apesar do surgimento de novas categorias de trabalho.

Ao formal contrapõe o informal que, muitas vezes, é ilegal, como o trabalho escravo, ou trabalho familiar, ou diversos tipos de contratos. “Contudo, frequentemente trata-se a ‘informalidade’ como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável.” (NORONHA, 2003, p. 112). O autor adverte que, no Brasil, é limitado o poder explicativo para a dupla formal/informal porque o país conta com uma longínqua história de contratos atípicos.

É importante relatar-se a história do mercado de trabalho no Brasil, o que possibilitará a compreensão de como a informalidade aparece no seu contexto; partindo-se do pressuposto: mercado de trabalho como forma predominante de produção de bens e serviços.

Nas décadas de 1930 e 1940, Getúlio Vargas estabelece um amplo código de leis do trabalho; a partir de então, as noções de formalidade e informalidade começam a ser construídas. Esse foi um longo período de formalização das relações de trabalho, baseadas nas leis federais e, em segundo plano, dos contratos coletivos; os primeiros a se beneficiarem da legislação e de suas regalias foram os servidores públicos. A legislação estabelecia carga horária diária, férias anuais, salário mínimo, além de alguns direitos sociais. Conforme Wanderley Guilherme dos Santos (apud NORONHA, 2003) essa situação levou a uma *cidadania regulada*, isto é, a um processo no qual as diversas categorias de trabalhadores obtiveram direitos sociais (e do trabalho) de acordo com sua posição do mercado. Os trabalhadores rurais foram um das últimas classes a obterem *cidadania*, na década de 1960. Assim só se pode construir o conceito de informalidade quando se sabe o que é a formalidade, que se baseia em noções de cidadania e de direito social.

Com a intensificação do processo de industrialização e de urbanização, os trabalhadores industriais já estavam incorporados ao trabalho formal, assim como muitos trabalhadores do setor de serviços. Vários trabalhadores rurais, que muitas vezes trabalhavam informalmente em contratos familiares, ou práticas contratuais tradicionais, já estavam incorporados à formalidade. “A urbanização e a industrialização ampliaram também a massa

de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho.” (NORONHA, 2003, p. 113).

No Brasil, o trabalho formal está intimamente ligado à obtenção da carteira de trabalho assinada, que durante muito tempo funcionou como um comprovante de garantia de crédito ao consumidor, como prova de ser o empregado confiável ou capaz de permanecer muitos anos no mesmo emprego. Hoje, ela representa o compromisso moral do empregador em seguir a legislação trabalhista.

Até o final dos anos 1980, a *informalidade* (ou subemprego) era vista como um problema endêmico pela maioria dos especialistas. Esses previam que, de acordo com as mudanças nas décadas anteriores, haveria uma expressiva redução do mercado *informal*, pois se supunha que era uma economia semi-industrializada.

No início dos anos 1990, houve uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho, desde então cresce a *informalidade*. Pode ser que esse crescimento resulte da má performance macroeconômica da América Latina nesse período, ou isso seja um reflexo da internacionalização da economia. De acordo com os analistas, surgem novos contratos atípicos, conseqüentemente com novos processos de trabalho e de tecnologia. Assim, tem-se a formação do que se pode chamar de nova *informalidade*. No Brasil, misturam-se *novas* e *velhas* formas de trabalho atípicas, o que torna difícil identificar as causas do seu recente crescimento. O mercado formal incorporado a diversos setores ainda estava em processo quando *novas formalidades* surgiram. Sob esse aspecto, Noronha (2003, p. 118) apresenta o seguinte quadro (Quadro 1):

**Quadro 1.** Abordagens econômicas e abordagens sociológicas e/ou normativas designativas da *informalidade*

<i>Abordagens Econômicas</i>	<i>Abordagens Sociológicas e/ou Normativas</i>
<p><b>VELHA INFORMALIDADE (SUBEMPREGO)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trata-se de uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Visa a explicar a “informalidade” de uma economia em transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados “in-formais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles recém migrados de áreas rurais.</li> <li>• Abordagem <i>desenvolvimentista</i> do mercado de trabalho.</li> <li>• A “informalidade” é entendida como <i>negativa</i> ou <i>neutra</i> por ser um fenômeno típico de sociedades em transição, o qual será solucionado com o próprio desenvolvimento.</li> </ul>	<p><b>INFORMALIDADE POBRE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclui diversos tipos de trabalhos “pobres” sob o mesmo conceito, sendo, portanto, mais empírica que a “velha informalidade”.</li> <li>• A abordagem deriva (1) das antigas tentativas da OIT de criar conceitos capazes de incluir as “informalidades” dos vários países e (2) das tentativas de se adaptar a tese da “velha informalidade” aos novos trabalhos precários.</li> <li>• Julgam a “informalidade” <i>negativa</i>.</li> </ul>

<p><b>INFORMALIDADE NEOCLÁSSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Afirma que a “informalidade é o resultado natural da ação de empresas em busca da maximização de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei, ou rígidos acordos coletivos.</li> <li>• <i>Mainstream</i> econômico internacional.</li> <li>• A “informalidade” é vista como <i>positiva</i> por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho.</li> </ul>	<p><b>INFORMALIDADE JURÍDICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assemelha-se à variante neoclássica pelo foco na regulação do trabalho, mas pode ser considerada seu espelho negativo por entender o excesso de liberdade do mercado na regulação das relações de trabalho como destruidor das intervenções legais necessárias à garantia de condições mínimas para a sedimentação de contratos do trabalho (entendido como um contrato entre desiguais) socialmente justos.</li> <li>• Abordagem típica de profissionais da área jurídica e cientistas políticos, especialmente em países com relações de trabalho de tradição corporativista, neocorporativista ou legislada.</li> <li>• Vê a “informalidade” de maneira <i>negativa</i>.</li> </ul>
<p><b>NOVA FORMALIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A “informalidade é o resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixos, gerados pela sociedade pós-fordista ou pós industrial.</li> <li>• Escola regulacionista, analistas das sociedades pós-industriais ou da pós-modernidade.</li> <li>• Vê a “informalidade como <i>relativamente neutra</i>, pois embora cause problemas sociais no curto prazo (<i>negativo</i>), representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho.</li> </ul>	<p><b>INFORMALIDADE DA GLOBALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Afirma que a realidade não mudou, isto é, que a natureza e as características do trabalho permanecem essencialmente as mesmas; e que as mudanças ocorreram devido ao aumento da competição internacional, estimulada pelo credo neoliberal, que levou ao crescimento do desemprego e de trabalhos precários e instáveis.</li> <li>• Sociólogos críticos da globalização e marxistas.</li> <li>• Vê a “informalidade” de forma negativa.</li> </ul>

Fonte: Noronha (2003, p. 118)

Nos anos 1960 e 1970, era a *velha informalidade*<sup>1</sup> que mais atuava frente ao mercado de uma economia transitória. Foi nesse período que uma nova massa de desempregados e subempregados foi gerada, que se aglomeraram nas cidades industrializadas, muitos vindos do meio rural. No final da década de 1980, o país passa a uma abordagem *neoclássica*; era outro momento da economia, atrasado em relação a outros países, quando os direitos do trabalho foram reforçados pela Constituição e, simultaneamente, intensificou-se o comércio internacional. No início dos anos 1990, atua o período pós-fordista, em que se pode explicar a *informalidade* da classe média, do que a *informalidade* dos ambulantes e similares (NORONHA, 2003, p. 120).

A *nova informalidade* está vinculada aos princípios neoliberais do cenário mundial, causa de muitos problemas sociais, como o desemprego ou os empregos *precários* e na contrapartida tem-se um novo modo de contrato de trabalho tradicional, que não se ajusta às novas tecnologias e às práticas gerenciais.

<sup>1</sup> “A abordagem da ‘velha informalidade’, embora clara e consistente, pode facilmente gerar interpretações mais frágeis, como, por exemplo, aquelas que identificam ‘informalidade’ com trabalho precário.” (NORONHA, 2003, p. 10).

No Brasil, todas essas abordagens encontram solo fértil para a sua participação. Ainda há em diversas regiões ou atividades a atuação da velha informalidade; a informalidade neoclássica se faz presente no modelo legislado de relações de trabalho,

[...] por outro lado, o contra-argumento “jurídico” é forte, na medida em que o direito do trabalho é a fonte do direito social no país, e não o oposto – isto significa que uma eventual *desregulamentação* teria expressivos impactos sociais. Além disso, o debate sobre “o fim do trabalho” (ou variações mais brandas como o “trabalho pós-industrial”) tem considerável efeito simbólico sobre a classe média, ávida por uma visão que explique seu próprio desemprego ou subemprego, a despeito da discutível disseminação real de relações de trabalho substantivamente novas e diferentes. (NORONHA, 2003, p. 10).

No Brasil, observa-se a complexidade do trabalho informal e em todas as abordagens há um bom argumento em questão. Talvez a menos consistente seja a da informalidade pobre, devido a sua fragilidade teórica. O debate gira em torno dos *neoclássicos* versus *jurídicos*, uma vez que o contrato de trabalho no Brasil é bastante enraizado (NORONHA, 2003).

Na obra o Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo, Paul Singer e Márcio Pochmann dizem que as ocupações informais constituem o setor não-estruturado, setor não organizado, ou setor não protegido; os autores apresentam a existência de desacordos conceituais para o significado dessas ocupações, argumentam que uma das características do trabalho informal é que ele é restrito a poucos ramos de atividades, como o pequeno comércio, o trabalho doméstico, e a serviços de baixa qualificação, que exigem uma menor qualificação. “Os mercados de trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo” (SINGER, 2001, p. 12). Cabe lembrar que, em estudos de casos realizados em São Paulo, os trabalhadores informais enquadram-se numa categoria que desistiu de procurar emprego e que trabalha longas jornadas para ganhar o mínimo. Grande parte desses trabalhadores aspira por empregos regulares.

Singer (2001, p. 13) enfatiza a ideia da criação de cooperativas para que o trabalho informal possa ser resgatado da pobreza. As cooperativas seriam uma categoria de organização eficiente para esses trabalhadores, porque tal organização se baseia na solidariedade entre eles.

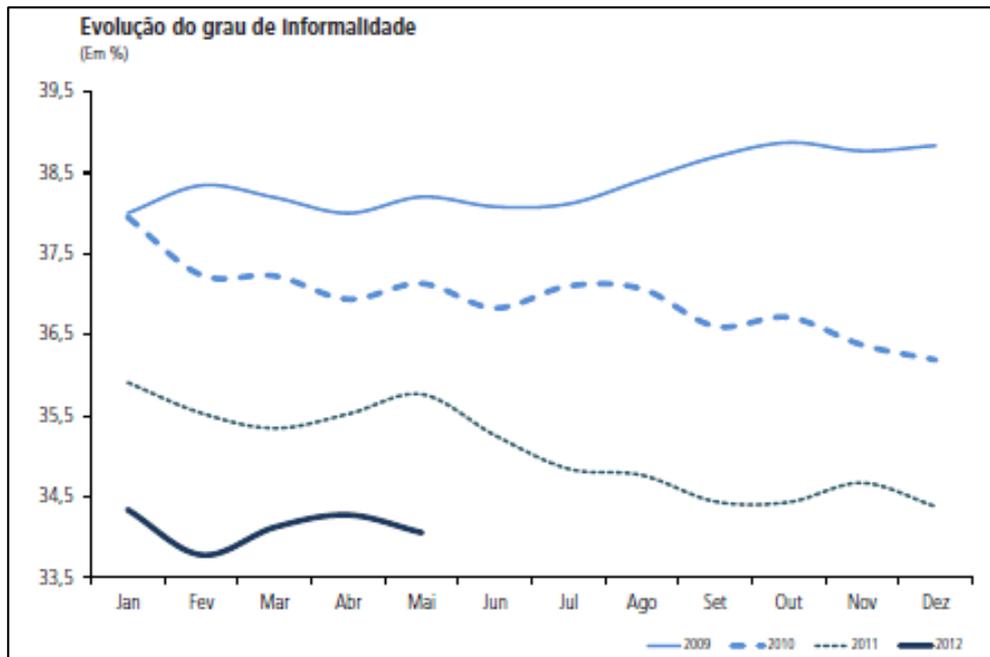
Uma cooperativa que reunisse todos ou a maioria dos vendedores ambulantes poderia distribuí-los de forma racional pelos espaços da cidade, sem impedir a circulação dos clientes potenciais, organizar em parceria com o poder público shoppings populares e até desenvolver novas atividades para ocupar os excedentes. (SINGER, 2001, p. 14).

Assim, a organização em cooperativa levaria a uma produção em escala média e grande; seria enfraquecida então pela pequena produção, e haveria por conseguinte a transformação do trabalho informal em formal. “Se for possível organizar em cooperativas uma grande parte do trabalho informal, ele deixará de fazer parte da população relativamente excedente e seus integrantes deixarão de estar condenados a trabalhar jornadas máximas para ganhar um mínimo.” (SINGER, 2001, p. 12).

É oportuno um breve comentário sobre a ocorrência da informalidade na América Latina, antes de adentrar na explicação do processo no Brasil sob a perspectiva de Paul Singer. A informalidade latino-americana está vinculada ao intenso processo de migração dos trabalhadores rurais para o meio urbano, após a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações da produção agrícola, que dispensaram mais mão de obra nesse setor, juntamente com a busca de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana, que não pode oferecer pleno emprego a todos.

No Brasil, tal fenômeno se parece um pouco com o que ocorreu nos demais países da América Latina, embora apresente índices menores, devido à uma industrialização intensa. A migração do campo para a cidade, entre os anos de 1950 e 1980, pode ser considerada um dos maiores movimentos populacionais do mundo e contribuiu enormemente para o excedente de mão de obra no meio urbano. Segundo o PREALC, na década de 1980, o percentual de trabalhadores informais era de 24 % da população economicamente ativa, contra 28, 8% nos anos 1990. “Estes dados confirmam a contínua substituição do trabalho formal pelo informal no Brasil, sem falar no crescimento do desemprego aberto (visível) que, em 1998, atingia cerca de 7 milhões de pessoas contra menos de 2 milhões no início da década.” (JAKOBSEN, 2001, p. 15). O quadro da informalidade no Brasil começa a sofrer mudanças a partir do primeiro mandato do Presidente Lula, quando a empregabilidade aumenta e, conseqüentemente, ocorre uma queda nas taxas de *trabalho informal*, principalmente devido à elevação da escolaridade e à ampliação da oferta de empregos. O Gráfico 1, abaixo, demonstra a evolução do grau de informalidade no Brasil, no período de 2009 a 2012

**Gráfico 1.** Evolução do grau de informalidade no Brasil, no período de 2009 a 2012



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012, p. 14)

O gráfico acima, sobre a *Evolução do grau da informalidade*, deixa claro que houve um decréscimo da informalidade entre os anos de 2009 e 2012, devido à introdução de novas políticas públicas para o fortalecimento da economia formal. Uma dessas medidas foi a criação do Banco do Povo e do Proger, com geração de micro crédito para a população de baixa renda, citados com mais ênfase logo abaixo.

Pochmann (2008, p. 7), no livro intitulado “*O emprego no desenvolvimento da nação*”, esclarece que “a ‘informalidade’ é parte do processo histórico de formação e de desenvolvimento de uma economia periférica que se industrializou tardiamente”. O autor enfatiza que, com o aumento do capitalismo no Brasil, ocorreu a mudança do trabalho servil para o trabalho livre, mas que os trabalhos servis não cessaram imediatamente, ainda se trabalhava como criados, em serviços domésticos e como capangas. Juntamente com a abolição dos escravos, ocorre a chegada dos imigrantes europeus para substituir a mão de obra escrava; uma parte da população negra, ex-escrava fica à margem da inclusão na produção agropecuária. Esse contingente não teve acesso à terra, como também ficou excluído do mercado de trabalho, que foi preenchido pelos imigrantes europeus.

A chegada de mão de obra europeia e a exclusão do negro no mercado de trabalho ocasionaram um excedente de força de trabalho e, conseqüentemente, uma reserva de trabalhadores desempregados.

Assim, “ao reconhecer o desenvolvimento histórico do capitalismo como gerador de excedente de trabalho, é possível compreender a informalidade como um tipo de uso e de remuneração do trabalhador no âmbito do excedente de mão-de-obra” (POCHMANN, 2008, p. 199). O autor elucida ainda que, no desenvolvimento capitalista<sup>2</sup> brasileiro, o excedente de mão de obra resultou de uma população que deixou de ser incorporada na dinâmica macroeconômica. Nas últimas décadas do século XX, em que a economia obteve um baixíssimo desempenho, apresentou-se um novo cenário na produção e reprodução de excedente de mão de obra, principalmente pela manifestação do desemprego aberto crescente e de novas formas de ocupação.

A força de trabalho de um determinado país pode ser compreendida como indicador das potencialidades de produção social por parte da população. Mas, na dinâmica da acumulação de capital, não são todos os que estão em condições de participar do processo de produção social envolvidos diretamente. Apenas uma parte da força de trabalho, em maior ou menor escala, tende a ser incorporada tradicionalmente pelo desenvolvimento econômico. (POCHMANN, 2001, p. 19).

A popularização do conceito de setor informal nas últimas décadas dificultou a sua compreensão, o seu perfeito entendimento. O setor informal funcionaria como um colchão amortecedor ao absorver mão de obra desempregada pela economia formal em períodos de recessão. A literatura passou a relacionar informal com crise econômica. A sua funcionalidade para o sistema capitalista rebaixaria o custo do trabalho e produziria preços menores da cesta do trabalhador e atenderia à demanda por bens e serviços em setores pouco atraentes (PERO apud MELO; TELES, 2000).

O setor informal é caracterizado, ainda, pelo baixo tempo de permanência no trabalho por parte dos trabalhadores, indicando que a incerteza é uma das marcas mais fortes do setor. Essa incerteza é agravada pelo fato de que a maioria dos trabalhadores informais não contribuiu com a Previdência Social. (MARTINS; DOMBROWSKI, 2001, p. 28).

De acordo com Menezes (2005, p. 35), uma das consequências para o setor formal, o fim de postos de trabalho, foram as crises financeiras e as políticas fracassadas do governo. Houve um aumento nas taxas de informalidade da economia, ampliou-se o mercado econômico não fixo, que atraiu as pessoas vindas do meio rural para a cidade e também operários e comerciantes com baixa qualificação profissional, os quais não tinham perspectivas de relocação no mercado formal de trabalho. Nesse contexto, as feiras livres

---

<sup>2</sup> “Na história do desenvolvimento capitalista, a manifestação do pleno emprego da força de trabalho foi, na maioria das vezes, ocasional e de curto prazo.” (POCHMANN, 2001a, p. 19).

destacam-se como a forma comercial que mais absorve a mão de obra não qualificada que chega ao meio urbano ou que perde o seu emprego formal.

A informalidade como consequência do desemprego no auge da crise econômica dos anos 1980, foi o fator que contribuiu para a expansão da feira informal na Avenida Brasil, em Juiz de Fora – MG. Apenas como traço explicativo, uma pequena abordagem da crise dos anos 1980 e de como o mercado de trabalho reagiu frente a essa época negativa para a economia brasileira: foi um período de estagnação econômica, considerado “década perdida”, marcada pela acentuação da dívida externa, pelo aumento dos juros no mercado financeiro internacional e pelo aumento do preço do barril do petróleo.

Poucos dados são suficientes para demonstrar a estagnação da economia brasileira, no conjunto da década de 1980. O PIB de 1989 superou o de 1980 em 21,2%, o que, em 9 anos, significa um crescimento médio anual de 2,2%, pouco maior que os 1,9% do crescimento da população. Destarte, no fim da década, o produto por habitante superou o do início em somente 2,3%, ou seja, praticamente não aumentou na chamada década perdida. (BALTAR, 1996). No período 1981/2003, a economia estagnou, com crescimento médio de 1,99% e 0,25% *per capita*. Após esse período negro, novo surto ocorreu nos anos dourados de 2004/2008. Nesses cinco anos que antecederam a crise, o crescimento foi forte em cada ano, com a média de 4,81% e 3,73% *per capita*. Esse crescimento *per capita* de 3,73% superou o de 3,16% ocorrido no período 1901/ 1980.

Para o autor, foi uma crise do padrão de desenvolvimento do país; e foi o comportamento do nível global de empregos o melhor indicador do impacto dessa recessão econômica em estabelecimentos com um mínimo de estruturação organizacional (BALTAR, 1996). O desempenho da produção industrial acompanhou a evolução do emprego formal global, que diminuiu fortemente entre 1981 e 1983.

Nessa época há introdução de novas tecnologias na produção visando a aumentar a produtividade em função de baixos custos e a abertura interna às importações. Essas duas novas situações colaboram com o aumento do desemprego (SINGER, 1999). Para Menezes (2005, p. 104), há uma explosão da informalidade devido ao projeto do Estado em aderir ao projeto de economia mundializada.

A primeira fase, transcorrida ao longo da década de 1980, desenrolou-se num ambiente de intensa instabilidade macroeconômica, em que baixas taxas de crescimento do produto interno e altas taxas de inflação espelhavam, de um lado, a ruptura das fontes e fluxos de financiamento externos e, de outro, o esforço exportador visando à obtenção de expressivos saldos comerciais. A concepção a respeito dos descaminhos da economia

brasileira nesse período procura enfatizar a ideia de que muito contribuiu para o aprofundamento da crise o padrão de ajustamento macroeconômico efetuado no período 1979/83 (BAER apud CARDOSO JÚNIOR, 2001).

Diante desse quadro, a economia informal encontra espaço para a sua reprodução no mercado de trabalho, visto que a geração de emprego na década de 1980 não conteve as demandas da população. De acordo com Dupas (2001), a pobreza que havia se transformado em fenômeno tipicamente metropolitano a partir dos anos 1980, contaminou as médias e pequenas cidades do país, até então preservadas em sua qualidade de vida. No Brasil, fortes alterações de dinâmica populacional levaram o país a uma urbanização turbulenta no século XX. As cidades brasileiras receberam milhões de pessoas. Assim

Como decorrência, explodiu o trabalho urbano informal e flexível, especialmente a partir da abertura econômica, com a ruptura definitiva do antigo paradigma do mercado de trabalho. Em apenas uma década alterou-se a ocupação predominante, de formal para informal, tendo essa última atingido no final de 1998 a proporção alarmante de 55% da força de trabalho metropolitana. A possibilidade de obtenção de uma ocupação passou a ser, portanto, maior no setor informal. (DUPAS, 2001, p. 202).

Nos anos 1980, o setor informal passou a ser a possibilidade de emprego para os trabalhadores. O desemprego, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), passou de 5% para 10%. Embora a renda média do setor informal tenha crescido constantemente a partir do Plano Real, alterando positivamente o perfil dessa massa salarial, os trabalhadores que perderam um posto no formal tiveram em média uma redução de seu rendimento em torno de 30% a 40%. Apesar de vários casos bem sucedidos de novas categorias ou profissões no setor informal, há uma clara dor de passagem nesse processo do formal ao informal (DUPAS, 2001). Para o autor, o cidadão passa a ter uma relação de marginalidade com o Estado, uma vez que precisa criar o seu próprio trabalho. No Plano Real, 9% da população brasileira conseguem sair do nível de pobreza, mas os que ainda permanecem nessas condições tiveram a sua renda diminuída.

Segundo Pochmann (2008, p. 28), o setor informal foi uma das alternativas de ocupação e renda no meio urbano, que abrigava muitos trabalhadores no setor de serviços, os quais foram expulsos do campo para a cidade e com uma pequena oferta de trabalho no setor industrial. O autor ressalta que a informalidade liga as atividades de pobre para pobre, no caso da produção e comercialização informal, feira livre e ambulantes, e de pobre para ricos, como nas atividades serviçais, de segurança e serviços urbanos e também em atividades ditas ilegais, como no caso da prostituição, roubo e tráfico de drogas.

As revoluções tecnológicas transformaram e estreitaram as relações sociais e econômicas no mundo todo. No Brasil, “as relações entre a técnica e a ciência são marcadas pela égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global.” (SANTOS, M., 2008, p. 159). Com a inovação das técnicas, ampliaram-se novas demandas de mercadoria e, conseqüentemente, de consumo, num mercado global, onde as distâncias diminuem e a circulação de mercadoria aumenta progressivamente. Segundo M. Santos (2008, p. 160), “pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização”. As economias do mundo estão todas conectadas por esse processo global. E no Brasil começam a aparecer as principais conseqüências desse “avanço” tecnológico, principalmente a partir dos anos 1990.

Por outro lado, há uma grande dificuldade em se estabelecer um crescimento econômico sustentado, devido às novas políticas econômicas marcadas pela abertura comercial, por causa de uma profunda mudança no comportamento da economia, a partir da inserção brasileira no mercado mundial. Para Pochmann (2008, p. 29), “O Brasil inaugurou nos anos noventa uma nova fase de reinserção externa, marcada pela abertura comercial, pela desregulamentação financeira e pela integração regional”.

Durante esse período, ocorreu a abertura da economia ao fluxo do comércio e de capitais internacionais, queda na taxa de inflação e redirecionamento no caráter da presença do Estado na economia. Essas mudanças estruturais resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia, afetando, significativamente, o desempenho do mercado de trabalho (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

O Gráfico 2 representa a Variação da taxa média anual de desemprego no Brasil, no período de 1984 a 2010.

**Gráfico 2.** Taxa média anual de desemprego no Brasil, no período de 1984 a 2010

Fonte: Brasil – Fatos e Dados (2010)

Analisando-se o gráfico anterior, percebe-se que, a partir do governo Collor, houve um aumento do desemprego, início do período de abertura ao mercado internacional, que não absorve boa parte da população. Nessa nova política governamental, a livre concorrência das grandes empresas, grande parte dos trabalhadores brasileiros não conseguem alcançar o mercado de trabalho. Cabe lembrarmos da existência de dois tipos de desemprego: estrutural, no qual o indivíduo perde o emprego devido à tecnologia, geralmente nunca mais volta a tê-lo e conjuntural, quando os indivíduos ficam desempregados devido às crises econômicas.

O desemprego crescente não deve ser atribuído às novas tecnologias e às novas formas de organização do trabalho, poupadoras de mão-de-obra, mas deriva de uma opção política-econômica pautada pela escassa e ineficiente alocação de recursos para políticas sociais e econômicas que contemplassem a imensa maioria dos trabalhadores (SINGER, 1999).

A precarização do trabalho inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições (SINGER, 1999). Pode-se falar em consolidação, pois as taxas de desemprego subiram acentuadamente, entre a recessão provocada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973-1975, quando a “OPEP decide aumentar os preços do petróleo [e há a] decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense” (HARVEY, 1992, p. 136) e a provocada pelo segundo choque, em 1980-1982. A primeira crise do petróleo é acentuada pela decadência do sistema fordista, tirando o mundo financeiro da letargia; e a segunda crise devido da reestruturação econômica, política e social que culminou no toyotismo ou *acumulação flexível*.

De acordo com Pochmann (2008) a partir dos anos 1980 houve uma elevação na relação produto-ocupação, na época em que o Brasil perdeu dinamismo econômico, o que veio a refletir na geração de emprego assalariado de qualidade, principalmente no emprego formal, com o aumento das ocupações não assalariadas. “Na maior parte das vezes, as ocupações não assalariadas representam formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, o que desautoriza o exercício de uma avaliação positiva sobre a qualidade geral dos atuais postos de trabalho do país.” (POCHMANN, 2008, p. 99). Assim, como consequência dessa situação, contrariando a lógica do capital, houve um aumento da exclusão social.

O problema do desemprego nas cidades contribuirá para o crescimento das atividades do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos, com destaque para o pequeno comércio, sobretudo o comércio dito *informal* (DINIZ, 2011).

Ao circuito inferior caberia difundir as mercadorias produzidas pelo setor “moderno” junto à população de baixa renda, através de mecanismos e canais de distribuição de baixo custo operacional. Nesta linha de raciocínio, o circuito inferior cumpre a função de ampliar o mercado consumidor da moderna indústria capitalista (por meios descapitalizados). (SANTOS, M., 2008, p. 57).

Através do setor informal, que se enquadra no circuito inferior, nota-se que os principais trabalhadores são de camadas mais pobres da sociedade, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho devido à falta de capacitação, oportunidade, entre outros, encontrando na informalidade uma forma alternativa de gerar renda, assim:

Esse circuito [inferior] é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana. (SANTOS, M., 2008, p. 45).

Na feira do lado direito da Avenida Brasil, tem-se um exemplo claro de circuito inferior em sincronia ao *setor informal*, devido à grande quantidade de produtos usados que é vendida a uma parte da população de baixa renda da cidade. Na foto a seguir, nota-se a presença de produtos deteriorados, expostos na rua e nas calçadas e os compradores são de classes menos favorecidas.

**Figura 1.** Exposição dos refugos na feira livre



Fonte: Zé Jaime (2012)<sup>3</sup>

As mercadorias são oferecidas por um preço pequeno, para que haja possibilidade de venda. A feira da margem direita do rio Paraibuna enquadraram-se no setor informal, pela falta de condição do emprego formal, ou como única condição de sobrevivência (MENEZES, 2005). Para o autor, a informalidade está vinculada ao emprego que não é regido pela legislação trabalhista.

Estão agrupados nesse segmento os que trabalham por conta própria e que na maioria das vezes não possuem carteira assinada nem contribuem efetivamente para a previdência social, estão nessas condições os ambulantes, feirantes e os que prestam pequenos serviços domésticos. (MENEZES, 2005, p.100).

O setor informal se caracteriza pela dependência ao modo de produção capitalista. A informalidade é marcada por uma intensa heterogeneidade, isto é, se enquadra em diversos tipos de trabalho, que vão desde serviços domésticos, como bombeiros hidráulicos, pintores e pedreiros, até empresas caseiras, onde os familiares são os empregados, uma “categoria apartada do grande capital, ou seja, sua força produtiva se distinguiria pelos baixos níveis de produtividade.” (MENEZES, 2005, p. 100). O autor argumenta que esses indivíduos são dependentes da produção do sistema capitalista, são seus representantes, caso dos ambulantes, juntamente com o pobre da periferia, que não têm acesso às grandes cadeias de produção. Assim,

<sup>3</sup> Disponível em:  
[http://4.bp.blogspot.com/-rIDa4ff2fxE/T4w8YI9FAbI/AAAAAAAAAEL4/VaR-urMULb8/s400/IMG\\_4613FLJFZJWEB.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-rIDa4ff2fxE/T4w8YI9FAbI/AAAAAAAAAEL4/VaR-urMULb8/s400/IMG_4613FLJFZJWEB.jpg)

Vale ressaltar que quando há uma profunda restrição no nível de emprego do setor formal da economia, ou seja, quando aumenta o desemprego, verifica-se uma contrapartida no setor informal, com um aumento significativo de ocupação, como o setor informal não movimenta um grande capital de giro e conseqüentemente não pode atender a um mercado consumidor de maior porte econômico, pois no informal o mercado consumidor é muito limitado, portanto se aumentar o número de pessoas na informalidade restringi-se cada vez mais o lucro a ser dividido entre eles. (MENEZES, 2005, p. 101)

O crescimento do setor informal é impulsionado principalmente pelo problema do desemprego, pois esse setor “representa fonte de emprego de última instância” a uma grande massa da população que não consegue alcançar os requisitos de qualificação impostos pelas grandes firmas modernas. Esse setor representa, ao mesmo tempo, uma forma de realização pessoal e uma fonte de sobrevivência, de *bem-estar* econômico, tão almejado pelas populações de baixa renda (CAVALCANTI, 1983).

Indubitavelmente, o problema da informalidade requer atenção, uma vez que está diretamente relacionado com a questão do emprego. Diante da seriedade dessa questão, o governo criou algumas medidas para amenizar o problema. Haja vista a criação do Banco do Povo<sup>4</sup>, para facilitar o microcrédito e, concomitantemente, o programa do Governo Federal, o PROGER<sup>5</sup>. Ambas são linhas de microcrédito, com regras específicas, que buscam atender a uma parcela da população menos favorecida; visam a minimizar o problema do desemprego, auxiliando o trabalhador informal, e também a manter na informalidade uma grande parcela de trabalhadores que não tem mais acesso ao trabalho formal (MENEZES, 2005).

Existem dois fatores que contribuem para a intensificação do mercado informal: as transformações do mundo do trabalho e a desregulamentação do comércio mundial, vinculados à prática da pirataria, contrabando de mercadorias e à existência de uma rede de fornecimento desses produtos, o que aumenta o trabalho informal a cada ano (COSTA, 2010). Sobre a desregulamentação, Antunes (2006) diz:

---

<sup>4</sup> “O *Banco do Povo* é uma instituição voltada ao crédito popular, que praticam juros mais suaves que os de mercado (entre 1% e 4% ao mês) e que possuem menores exigências de garantias. Segundo a Abcred (Associação Brasileira de Dirigentes e Gestores de Entidades de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Similares), existem 147 instituições nos moldes do Banco do Povo espalhadas pelo Brasil, geralmente o dinheiro financiado gira em torno de no mínimo R\$ 200,00 até no máximo R\$ 5.000,00, dividido no prazo máximo de até 18 meses, mais isso varia de cidade para cidade, pois cada uma promove suas próprias regras.” (MENEZES, 2005, p. 101, nota n. 79). Foi criado durante o período do Governo Lula.

<sup>5</sup> Na nota de rodapé n. 80, Menezes (2005, p. 101) explica: “O Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) instituído pelo Ministério do Trabalho com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), é uma linha de crédito aberta pelo Governo Federal através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil que busca atingir os profissionais liberais e autônomos que atuam no mercado informal. O Programa atende a pessoa física e jurídica. No caso dos profissionais liberais e autônomos (informais), o financiamento pode chegar até a quantia de R\$ 10.000,00, com juros de 6% ao ano, cerca de 0,5% ao mês, em até 36 meses no Banco do Brasil e 24 meses na Caixa Federal.” (Revista Fotografe Melhor, n. 99, Dezembro de 2004, p. 66). Outro projeto que foi realizado no mandato do Presidente Lula.

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, quando, com o advento do receituário e da pragmática definidos no Consenso de Washington, desencadeou-se uma onda enorme de desregulamentação nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. (ANTUNES, 2006, p. 15).

Fruto de todo esse processo de desemprego e informalidade no país é a feira informal da Avenida Brasil em Juiz de Fora; segundo dados da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, na Zona da Mata 49, 6% dos trabalhadores ocupam o setor informal (NOCELLI, 2013). Grande parte das pessoas que comercializam os refugos presentes aos domingos na Avenida Brasil não teve a oportunidade de inclusão no modelo formal de economia, devido ao baixo nível de escolaridade, e busca modos alternativos de sobrevivência no mercado de trabalho.

Todo esse discurso sobre a informalidade no país demonstra a precarização das relações de trabalho. Paul Singer, em sua obra *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*, argumenta que houve uma mudança muito forte nos últimos vinte anos, que é a substituição do emprego formal pelo emprego informal. Segundo o autor o “emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à previdência social.” (SINGER, 1999, p. 45).

De acordo com o autor, a informalidade exerce uma enorme força sobre o trabalhador para que esse aceite as suas condições; a pressão crescente do desemprego é um fator importantíssimo para que muitas pessoas se submetam ao emprego informal.

Todo esse processo ocorre devido a mudanças estruturais e está na desindustrialização o seu ponto mais forte, onde desdobra o dessalariamento e a informalização. “A desindustrialização resulta do aumento da concorrência, provocada pela abertura do mercado interno, e que induziu as empresas a cortar custos mediante redução de emprego e corte de salários” (SINGER, 1999, p. 54).

Enfim, está-se diante de uma economia mundial em nome da globalização; a movimentação internacional dos capitais é liberada, ocorrem às privatizações do setor público e a política monetária prioriza a estabilidade dos preços. O aumento de desemprego e a deterioração das relações de trabalho desestabilizam a correlação de forças a favor do capital (SINGER, 1999).

A lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas, tendência determinante e adequada à pujança do capitalismo contemporâneo, incorporou os bolsões de trabalho barato mundiais sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os postos formais crescem menos rapidamente que os investimentos diretos. E se, como foi visto, surgem oportunidades bem remuneradas no trabalho flexível, o setor informal também acumula o trabalho muito precário e a miséria. As grandes corporações transnacionais, responsáveis pelo desenvolvimento das opções tecnológicas, reforçam com elas o desemprego estrutural alegando – coerentemente – que sua missão é competir e crescer, e não gerar empregos. (DUPAS, 2001, p. 169).

Vargas (2001, p. 100) acrescenta que “o desenvolvimento da economia mundial e dos meios de comunicação e transporte promoveram uma forte interdependência entre lugares. Tudo o que acontece nas diversas economias é determinado pelo seu papel nos sistemas de produção, comércio e consumo.” A partir disso, é sabido que há uma divisão internacional do trabalho, em que os países desenvolvidos detêm as sedes de empresa e de pesquisa, enquanto os subdesenvolvidos trocam esse requisito por uma mão de obra pouco especializada. Com o aceleramento da ciência, da técnica e da produção, os *momentos* dessa divisão apresentam-se mais vezes (SANTOS, M., 2008).

Em lugares conectados por meio da divisão internacional do trabalho, permitindo mão de obra barata e pouco especializada, com as mercadorias em circulação, acirram-se as disputas de classe e de mercado. Está-se diante da liberdade individual que valoriza o consumo e “[...] neste contexto, potencialidades técnicas serão acionadas para promover o compulsivo consumo de bens duráveis” (BATISTA; PÉRET, 2004, p. 6-7).

As redes podem ser tanto globais quanto locais, uma vez que os lugares se conectam através de sua técnica e da sua informação, presidem o trabalho e o capital e determinam a sua natureza. “Como nacionais ou mundiais, as redes presidem a divisão internacional do trabalho e determinam o espaço de cooperação.” (SANTOS, M., 2008, p. 159). As redes globais definem os processos de produção, circulação, distribuição e consumo.

A divisão internacional do trabalho apenas dá a maneira de ser, o modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação e por isso mesmo carregadas de uma intencionalidade nova “[...] a divisão internacional, do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção” (SANTOS, M., 2008, p. 163).

É importante analisar a feira informal sob a temporalidade do neoliberalismo, uma vez que se trata de uma intensificação de um tipo de comércio que ocorre, principalmente, após anos 1980, devido à uma inserção de vendedores na informalidade, que foi gerada por um período de declínio econômico do modo de produção capitalista. A tabela abaixo

evidencia que as atividades informais, ou por conta própria, sofrem um acréscimo no índice de participação ao longo da década de 1991.

A Tabela 1, apresenta os dados sobre a participação média dos trabalhadores sem carteira assinada e os que trabalham por conta própria na ocupação total das regiões metropolitanas nos anos de 1991, 1995 e 1999.

**Tabela 1.** Participação média dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria na ocupação total das regiões metropolitanas

<b>Variáveis</b>	<b>1991</b>	<b>1995</b>	<b>1999</b>
Empregados sem carteira assinada	20,81	24,08	26,39
Por conta própria	20,10	21,95	23,53
<b>Total</b>	<b>40,91</b>	<b>46,03</b>	<b>49,92</b>

Fonte: A autora, adaptada de PME/IBGE

No debate sobre trabalho informal, convém lembrar que esse – como quer que seja chamado: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência – é algo relativamente antigo, datando dos primórdios da Revolução Industrial (SINGER, 1999. Para Singer (1999, p. 16), “todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico”, mas a Terceira Revolução Industrial difere em diversos aspectos das anteriores. Ela traz, sim, aumento acelerado da produtividade do trabalho na indústria, mas isso se dá, sobretudo, nos serviços que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. À substituição do trabalho humano pelo computador soma-se a crescente transferência de uma série de operações das mãos dos funcionários, que atendem ao público para o próprio usuário através da difusão do autosserviço facilitado pelo emprego universal do microcomputador (SINGER, 1999, p. 17). No período em que a industrialização ficou conhecida como *fordismo*, desenvolveu-se uma nova visão para a indústria e o capitalismo, com a produção de massa relativamente proporcional ao seu consumo. No final da década de 1960, há uma decadência no sistema de acumulação fordista, uma vez que o operariado com maior poder aquisitivo cresceu mais do que as taxas de lucro das empresas, juntamente com a crise do petróleo (MENEZES, 2005).

É importante entender como ocorre a formação da mão de obra excedente, que serve como base da informalidade, também utilizada pelas empresas quando essas querem expandir

o número de empregados. Conforme Marx (apud SINGER, 1999) fala que o excesso de mão de obra é fundamental para a economia do modo de produção capitalista, em nenhum momento ela é desnecessária; por se tratar de excedente, não significa dizer que ela seja redundante. Excedente significa dizer que ela excede momentaneamente as necessidades do capital, isto é, a procura de mão de obra das empresas. Para poder pagar salários compatíveis com a valorização do capital, precisa-se de trabalhadores que estejam sendo demitidos pelas empresas e admitidas por outras. Para essa demanda de mão de obra, Marx denominou “população excedente líquida”. À população do campo, prestes a ser expulsa do campo e que aguarda uma conjuntura favorável para a entrada no meio urbano em busca de trabalho, ele chamou de “população latente”. Ainda há uma terceira categoria, que o autor chamou de população relativamente excedente, com ocupação irregular, faz parte do exército ativo do trabalho. “Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital. Caracterizam-na o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (ABRIL CULTURAL apud SINGER, 2001, p. 11).

A política neoliberal imposta aos países periféricos é uma forma devastadora dos países em desenvolvimento, pelo fato de ela lançar uma ideia de avanço modernizador, mas que, na realidade, é perverso, segregador, elegendo espaços em relação a outros. “Em verdade, uma política com estratégias globalizantes como é o caso da política neoliberal, promove muito mais a expulsão e até mesmo a extinção de pequenos organismos de sobrevivência.” (MENEZES, 2005, p. 36).

A partir de 2004, houve uma queda nas taxas de informalidade, essas podem estar associadas a evolução positiva da atividade econômica, uma vez que a taxa de crescimento do PIB em volume atingiu a média anual de 5,7% no quadriênio 2004-2007. (Hallack Neto; Namir; Kozovits, 2011, p. 25-26)

Outro motivo associado à queda da informalidade foi o impacto das políticas sociais e a proteção social. Diante desse quadro as famílias de renda mais baixa passam a obter mais rendimento com tais benefícios “e podem preferir as formas mais precárias de ingresso no mercado de trabalho, reduzindo a parcela do emprego informal em relação ao formal.” (HALLAK NETO; NAMIR; KOZOVITS, 2011, p. 26).

## 1.2 INFORMALIDADE EM JUIZ DE FORA

Cabe lembrar que no processo que se estabeleceu na Avenida Brasil há profundos laços na informalidade, como visto no capítulo anterior. Posto isso, para falar da presença da informalidade na cidade de Juiz de Fora – MG, de antemão, é preciso registrar a dificuldade de se encontrarem referências bibliográficas e informações nos órgãos públicos, visto que ainda não ocorreu o seu mapeamento.

Diante de tantas controversas, o comércio existente na Avenida Brasil atrai uma demanda de vendedores, que encontram na informalidade uma saída para o desemprego, ou ainda a perspectiva de maiores ganhos em comparação com a carteira assinada, uma pesquisa divulgada em 2013 pela Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (Sete) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), mostra na Zona da Mata Mineira, um aumento no setor informal em comparação com o estado de Minas Gerais; na região houve um acentuado aumento do setor informal, onde estão concentrados 14% do total dos profissionais informais de todo o estado. De acordo com a Secretaria, a situação é alarmante por mostrar que a Zona da Mata está na contramão da situação verificada nas demais regiões.

A analista do mercado de trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (Sete), Sra. Janice Santos Viana, diz “Para o Estado, a população desprotegida<sup>6</sup> representa aumento dos gastos, pois, apesar de não contribuir para a Previdência, em algum momento estas pessoas terão direito à aposentadoria compulsória, por idade.” Pode-se dizer que esse é o maior desafio enfrentado pelo Estado frente ao emprego informal. Muitos trabalhadores preferem a informalidade, devido à remuneração melhor, à oferta de emprego, devido a sua escolaridade.

O sergipano José Raimundo dos Santos, 52 anos, trabalhou mais de 20 anos com carteira assinada. Mesmo com experiência profissional em empresas de Aracaju e de São Paulo, quando veio para Juiz de Fora, em 1996, decidiu atuar no mercado informal. “Na época, meu cunhado era camelô e conseguia uma remuneração maior do que as empresas ofereciam para os cargos que eu tinha experiência”, relembra.

Ele afirma que, hoje, em nenhuma hipótese trocaria o trabalho como ambulante por algum cargo com carteira assinada. “No mercado, eu ganharia em torno de R\$ 700. Aqui, eu me esforço e consigo um pouco mais”, justifica. Nos anos de 2009 e 2011, José estava entre

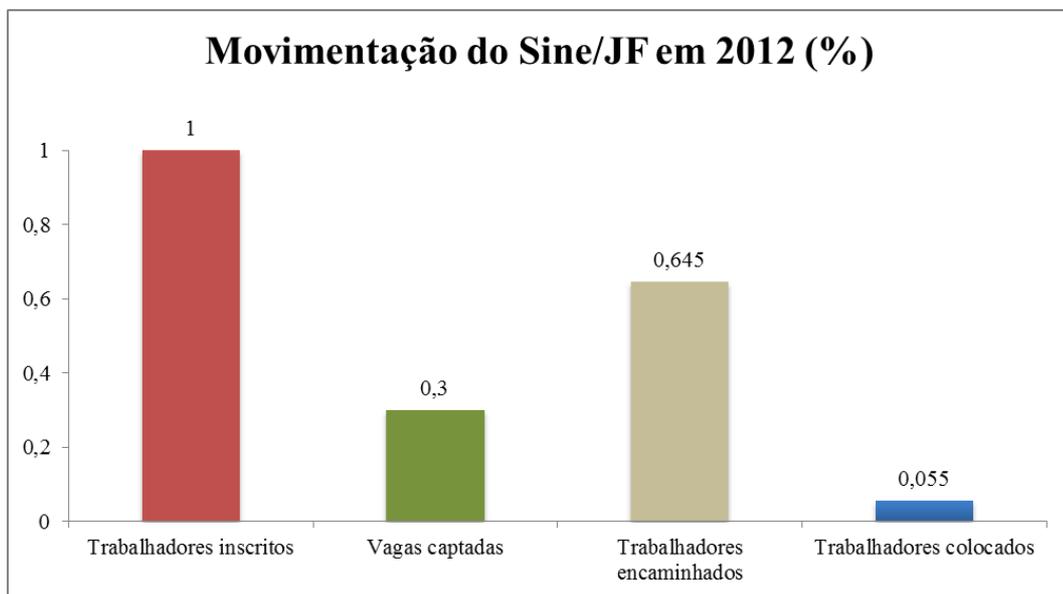
---

<sup>6</sup> Trabalhadores que não contribuem para a Previdência Social.

os trabalhadores considerados desprotegidos pela Sete (NOCELLI, 2013). A partir das tabelas pode-se constatar a realidade do mercado de trabalho em Juiz de Fora – MG.

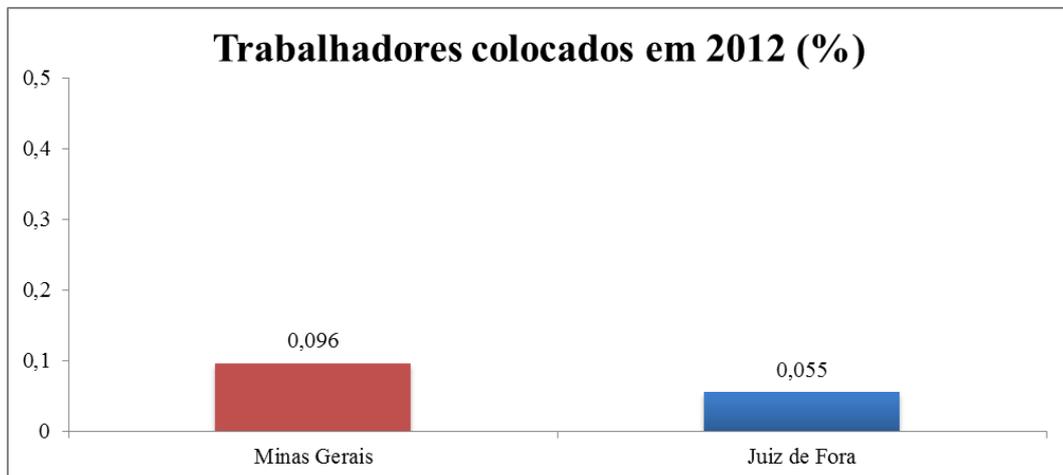
O Gráfico 3 demonstra o percentual da movimentação do Sine-JF e o Gráfico 4 o percentual de trabalhadores colocados em média no estado de Minas Gerais e na cidade de Juiz de Fora, segundo dados da Fundação João Pinheiro.

**Gráfico 3.** Movimentação do mercado de trabalho segundo o Sistema Nacional de Emprego/Juiz de Fora



Fonte: Adaptado de Nocelli (2013)

**Gráfico 4.** Trabalhadores colocados

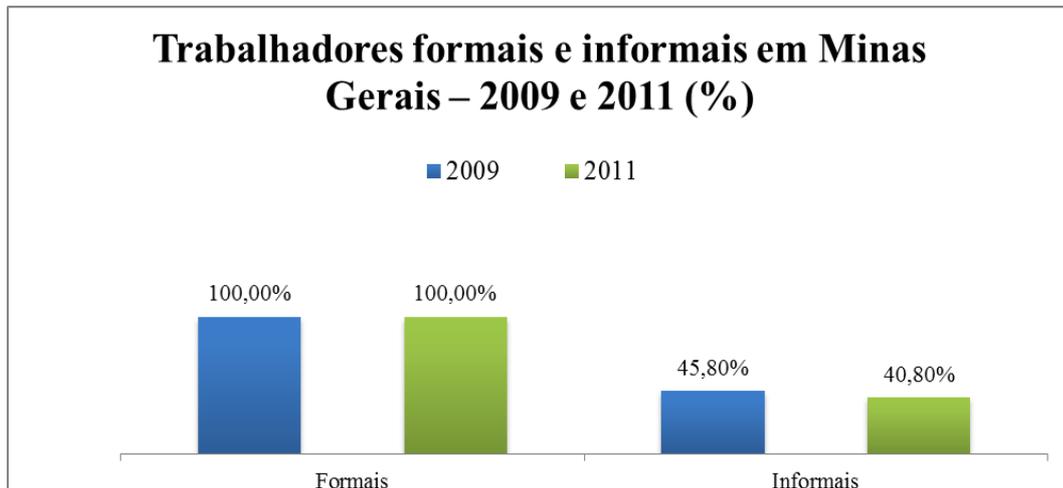


Fonte: Adaptado de Nocelli (2013)

Frente às estatísticas, nota-se que os trabalhadores desempregados que regressam ao mercado de trabalho estão em menor número em relação à média do estado. Para cada pessoa inscrita, apenas 0,055 é colocada, ou seja, volta ao mercado formal, enquanto que no estado de Minas Gerais, para cada indivíduo inscrito 0,096 voltam a ter o emprego formal. Muitos desses que não conseguem ter acesso ao mercado formal de trabalho, encontram na informalidade uma oportunidade para obtenção de ganhos.

O Gráfico 5 apresenta a relação entre trabalhadores formais e informais, em Minas Gerais e Juiz de Fora, nos anos de 2009 e 2011 segundo dados da Fundação João Pinheiro (2014).

**Gráfico 5.** Porcetagem de trabalhadores formais e informais em Minas Gerais



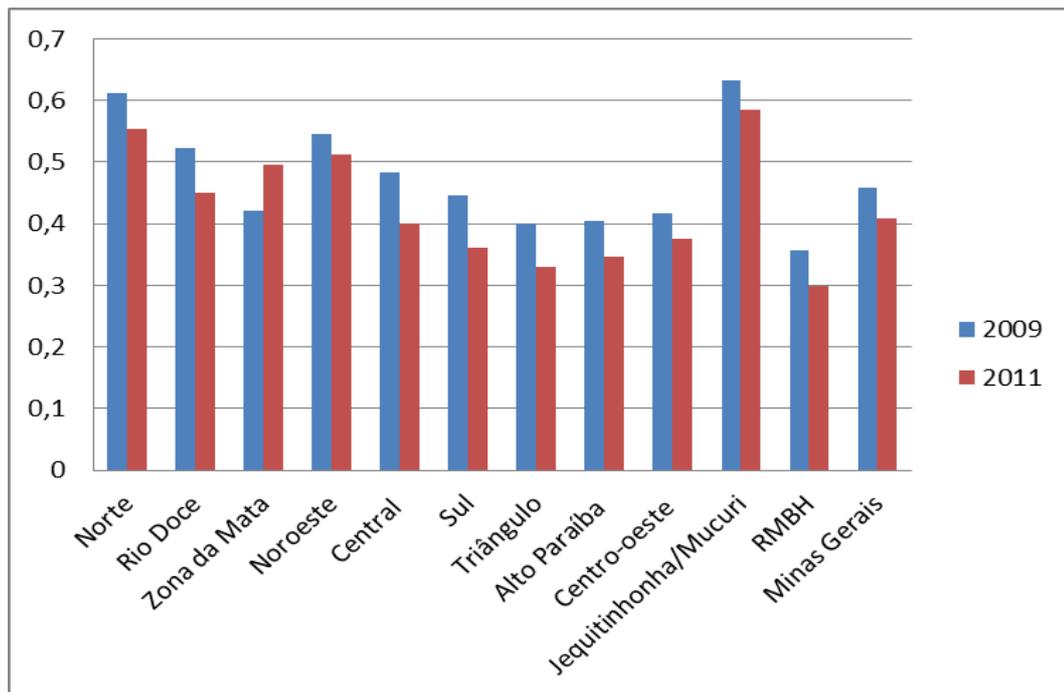
Fonte: Adaptado de Nocelli (2013)

De acordo com o gráfico acima, notadamente se percebe que há uma queda nas taxas de trabalhadores informais em Minas Gerais, entre os anos de 2009 e 2011. Mas ao se comparar esse dado com a Zona da Mata, essas estatísticas mudam seu perfil, já que na região não ocorreu uma mudança nesse quadro.

Como já foi dito anteriormente, Juiz de Fora tem grande importância econômica na região, polariza as cidades vizinhas, atrai muitos indivíduos. Assim, muitos chegam à cidade em busca de trabalho e conseqüentemente são *engolidos* pelo setor de serviços e comércio, principalmente no trabalho informal, já que o mercado formal encontra-se saturado. Destarte, a informalidade da região é mais elevada que em outras regiões mineiras.

O Gráfico 6 demonstra o percentual de informalidade por região, em Minas Gerais, no período de 2009 a 2011.

**Gráfico 6.** Percentual de informalidade por região. Fonte: Fundação João Pinheiro



Fonte: Adaptado de Nocelli (2013)

No terceiro diagrama, entre o Rio Doce e o Noroeste encontra-se a Zona da Mata, que demonstra o aumento no percentual da informalidade entre 2009 e 2011. É importante que se ressalte o fato de ser Juiz de Fora o maior centro comercial da Zona da Mata, desde as funções de comércio e serviços até as demandas educacionais. Ao se comparar a Zona da Mata com as demais regiões, nota-se que ela foi a única que obteve aumento nas taxas de informalidade, o que deixa explícito que Juiz de Fora ainda tem problemas com a inserção de mão de obra no mercado formal de trabalho.

Nos trabalhos de campo em busca de fontes esclarecedoras da informalidade na cidade, detectou-se que não há mapeamento dessa demanda de acordo com Secretaria de Desenvolvimento de Emprego e Renda. O que se encontra como fonte de informação é a questão dos camelôs. De acordo com Secretaria de Atividades Urbanas, Juiz de Fora possui 230 camelôs cadastrados, que varia de acordo com o ponto que eles ocupam: centro, entorno

do centro e periferia. Um ambulante no centro da cidade paga uma taxa anual de R\$ 169, 22; no entorno, são R\$ 126, 91; e na perifeira, são de R\$ 84, 61. Há o encaminhamento de mais pedidos para a legalização dos ambulantes, que totalizariam 380 camelôs.

Diante disso, esses demonstrativos e estatísticas da SETE, conclui-se que a expansão da informalidade é intensa em Juiz de Fora, uma cidade predominantemente voltada ao setor de comércio e de serviços, que ainda não conseguiu absorver toda a demanda de trabalho exigida; a Avenida Brasil e ruas adjacentes têm recebido mais comerciantes e, conseqüentemente, uma expansão socioespacial tem ocorrido nessa área.

## 2 ESPAÇO VIVIDO E O LUGAR

Um dos conceitos discutidos nesta pesquisa é o de lugar, que é a manifestação da espontaneidade e da criatividade, palco do insubstituível das paixões humanas, mas com solicitações e ordens precisas de ações condicionadas (SANTOS, M., 2000).

Enquanto um lugar, a feira livre, fazendo parte do circuito inferior de Santos, é também uma dimensão espacial do cotidiano, é a prática do mundo de vários indivíduos, onde se manifesta a espontaneidade, a criatividade e a necessidade de sobrevivência desses indivíduos. A feira é, portanto, o intermédio entre o mundo e o indivíduo, é o mundo vivenciado, o mundo de cooperações e de conflitos, à maneira de cada um que dela participa. (QUEIROZ, 2011). O espaço pode ser percebido como “lugar” a partir de uma construção histórica, singular, cheia de simbolismo; somam-se ideias e sentimentos gerados pelos indivíduos que o habitam, isto é, os lugares são repletos de experiências, identidade e coletividade (GOMES, 2000). “O espaço vivido é a base para os mapas de significados<sup>7</sup>, uma expressão que denota a diferenciação simbólica do espaço” (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 137).

É a partir dessa perspectiva das emoções, da espontaneidade e da criatividade que a feira livre mantém-se como um espaço vivido, devido às interações que ali ocorrem face a face. Ao chegar à feira para conversar, observar e interagir com as pessoas, o pesquisador está fazendo parte do lugar para investigar a visão dos participantes e suas relações sociais. Assim,

O espaço vivido é lidar com a subjetividade, com o envolvimento do pesquisador com os demais atores envolvidos na pesquisa. A possibilidade de captar informações, significados, está muito ligada à interação que existe entre todos os envolvidos e a informalidade dessas relações. É uma construção que capta e analisa de forma concomitante o vivido, espacial e temporal. (MOTTA, 2003, p. 103).

Schutz (2012) argumenta que, na relação face a face, a consciência é modificada a partir da relação que se tem com o outro. Só existe uma relação social se o outro responder à consciência de que se tem dele. “Meu próprio comportamento em relação àquela pessoa é baseado em primeira instância sobre aquela constelação de motivos não questionados, a despeito destes serem ou não seus reais motivos. E nesse ponto surge a peculiaridade da

---

<sup>7</sup> Uma metáfora usada a partir dos anos 1970 pela *Centre for Contemporary Cultural I Studies* que denota os muitos significados criados e recriados por grupos culturais. “Esses mapas descrevem a diferenciação espacial dos significados, tendo como suporte teórico o entendimento da cultura como os significados criados e recriados no âmbito da prática de diferentes grupos culturais e sua dinâmica.” (CORRÊA, 2012, p. 134).

interação face a face.” (SCHUTZ, 2012, p. 211). Destarte, há uma projeção da fantasia nas relações face a face; tal fantasia refere-se ao comportamento esperado por parte do outro.

Sob a perspectiva da observação social, destaca-se a observação direta, onde Schutz (2012) deixa claro que há característica própria da relação face a face, que acontece de forma mais pura. Nessa situação, ocorre a observação do comportamento do outro. “A análise de tal comportamento é, de fato, a chave para compreender a maneira segundo a qual os dados das ciências sociais são estabelecidos.” (SCHUTZ, 2012, p. 213). Quando o pesquisador observa o indivíduo a ser estudado, não sabe o que se passa em sua consciência, mas, através do movimento corporal, ele consegue detectar. Para Schutz (2012), é através do corpo que se percebe o campo de expressão de sua vida interior. “Enquanto a observo posso ter minha própria percepção em relação ao seu corpo, tomado como signo de suas experiências conscientes. Ao fazer isso, irei considerar seus movimentos, palavras, e assim por diante, como evidências.” (SCHUTZ, 2012, p. 213).

Para Carlos (2007), é no plano do vivido que as relações sociais são tecidas, visto que o lugar é o produto das relações humanas entre a natureza e o homem. Dessa forma ocorre uma construção de significados e sentidos “que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo identidade.” (CARLOS, 2007, p. 67).

Para Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras se tornaram espaços populares para comercializar mercadorias e, por aglomerar multidões, também resultam em espaços de sociabilidade, formados por setores hegemônicos para a realização da mercadoria. “Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios ‘econômicos’, como uma luta criativa contra a norma.” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 75). Assim, Schutz (2012, p. 181) argumenta que a sociabilidade “é constituída por atos comunicativos nos quais o eu se volta para os outros, apreendendo-os como pessoas que se voltam para eles, e ambos compreendem esse fato.”

O lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; o lugar, no entanto, tem mais substância do que sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto *especial*, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. “O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.” (TUAN, 1983, p. 387).

O lugar é a base material da reprodução da vida, onde se dão as relações dos indivíduos com os espaços pelos modos de uso. Ele é o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado pelo corpo. É no cotidiano que emerge a dimensão social da história e é

no lugar que se tem que analisar o modo como é produzida a existência social dos seres humanos (GODOY, 2005).

É bom que se destaque o contexto cultural das feiras, a importância que elas exercem sobre o modo de vida das pessoas e suas relações sociais. Segundo Claval (2001, p. 63) a cultura é “a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte, [não sendo], portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos.” A partir dessa premissa, as formas de comportamento, os signos e os valores traduzem a identidade das manifestações culturais. As feiras representam espaços de conversas, de encontros, das compras e vendas, odores e cores. Os inúmeros encontros que ali se realizam efetuam as relações sociais e capitalistas da vida. Dessa forma, a feira é um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde se ergue uma rede de sociabilidades por meio de variadas dinâmicas vivenciadas pelos agentes sociais (ARAÚJO; DORONIN, 2009).

O espaço se reproduz como condição da produção, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução. O espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de ocupação se redefinem constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e a escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação com base na interferência do Estado. A lógica das redes desenha, modela e regula; e a lógica do território se contrapõe entre o mercado e a sociedade, porque o mercado singulariza as técnicas de produção, a organização da produção e a *geografia da produção*, e a sociedade generaliza dessa forma envolvendo todas as pessoas. A democracia do mercado, onde o território é suporte das redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias, enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e ações (CARLOS, 2001).

Para essa autora, o lugar e o meio da reprodução das relações de produção são gerados pelo espaço instrumental, fruto da produção do capitalismo, onde ocorre a predominância do espaço sobre o tempo. “Trata-se da produção no sentido amplo, nesse sentido, o espaço inteiro torna-se lugar desta reprodução, aí compreendido o de lazer e o de urbano, aquele da cotidianidade.” (CARLOS, 2007, p. 63).

A despeito disso tudo, é possível também olhar o espaço através do lugar, como uma rebelião do uso; “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante - identidade - lugar*”, sendo a porção do espaço apropriável para a vida (CARLOS, 2001, p. 17). As relações comerciais misturam-se com as relações pessoais. Muitas das

pessoas que vão à feira aos domingos identificam-se com aquele estilo peculiar de comércio, estabelecem relações de amizade e voltam ao local muitas vezes para uma conversa, à procura de um produto inusitado ou como um mero espectador dominical.

A feira informal, situada a margem direita do rio Paraibuna, não paga taxas aos órgãos públicos, isto é, não há a regulamentação do espaço público. Trata-se de um espaço em que se estabelecem os princípios e as condições segundo os quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública (GOMES, 2012).

Os espaços públicos são, nesse sentido, locais onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é colocada em cena. Os espaços públicos constituem, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. “São lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, pois a modernidade maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados.” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 74). Um dos conflitos que permeiam a feira informal está diretamente relacionado com a legalidade/ilegalidade, uma vez que essa fiscaliza a questão dos produtos falsificados, que são expostos à venda no local, principalmente CDs, DVDs, roupas e óculos; e na feira tradicional de hortifrutigranjeiros ocorre entre o poder público e os vendedores. Em sessões na Câmara Municipal, houve manifestações dos feirantes em relação às obras viárias, que cortam a Avenida Brasil no trecho entre a feira informal e a tradicional.

De acordo com Canalli<sup>8</sup>, a feira livre de hortifrutigranjeiros existe há mais de 30 anos e várias famílias de Juiz de Fora dependem dela para sobreviver. “Aquele local gera uma economia enorme para a cidade e o mínimo que a Prefeitura devia fazer é oferecer condições de trabalho para aquelas pessoas. Um banheiro químico é o básico para um cidadão e infelizmente os feirantes nem isso têm.”

A Figura 2 ilustra o movimento da feira da Avenida Brasil.

---

<sup>8</sup> Vereador do PMDB e autor do requerimento sobre a feira livre.

**Figura 2.** Exposição de alguns produtos na feira livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG



Fonte: Acervo pessoal

É oportuno, ao se fazer para uma análise da vida dos vendedores de rua na Avenida Brasil, lembrar os autores Peter Berger e Thomas Luckmann, com seu livro intitulado *A construção social da realidade*, onde esclarece a ocorrência das relações sociais a partir da vida cotidiana. É importante frisar que os olhares sobre um lugar ou uma pessoa são divergentes: “meu conhecimento de minha própria ocupação e seu mundo é muito rico e específico, enquanto tenho somente um conhecimento muito incompleto dos mundos do trabalho dos outros” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 64). Naquela obra, o autor destaca as interações sociais, o convívio pessoal como elementos essenciais da realidade da vida cotidiana. Somente essa realidade permite um efetivo convívio. O estabelecimento de padrões comuns, pela própria realidade cotidiana, é o agente que permite a interação entre os indivíduos, justamente a partir dos referenciais comuns estabelecidos.

A forma mais básica de interação social é a interação face a face. Nessa situação, um indivíduo é apreendido pelo outro. Um é plenamente real para o outro, convivendo num mesmo local e num mesmo momento histórico, podendo um observar as reações do outro em relação às suas atitudes. Porém nunca irá compreendê-lo por completo, mesmo que o outro

conte todo o seu passado, toda a sua história. A interação com o outro, através da expressão face a face, onde ocorre o prototípico da interação social<sup>9</sup>.

Berger fala que a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores, isto é, como os outros são apreendidos, o modo que *lidamos* com ele no encontro face a face. Isso pode vir a ocorrer numa relação de compra e venda, onde muitos vendedores passam como compradores, para depois virem a vender com mais assertividade e margem de lucro, através da maneira com que o outro o aborda. “Os esquemas tipificadores que entram nas situações face a face são naturalmente recíprocos [...]” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 50) Outro exemplo muito claro é a questão da barganha, muito utilizada na feira informal. Assim,

[...] em outras palavras, os dois esquemas tipificadores entrem em contínua “negociação” na situação face a face. Na vida diária esta “negociação” provavelmente estará determinada de uma maneira típica, como no característico processo de barganha entre compradores e vendedores. Assim, na maior parte do tempo, meus encontros com os outros na vida cotidiana são típicos em duplo sentido, apreendo o outro como um tipo, e interaguo com ele numa situação que é por si mesma típica. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 50).

Ao negociar uma mercadoria na feira informal, ambos os indivíduos articulam gestos, linguagem e interação socialmente através desses protótipos que o autor aborda. A partir dessa visão antropológica podemos perceber que essas tipificações são características do comércio local; há uma peculiaridade nesses mercados populares que o caracterizam e que dão identidade ao lugar. A pechincha, por exemplo, é mais bem utilizada em feiras livres do que em shoppings centers, ainda sob esse aspecto o autor diz “a estrutura social é a soma das tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 52).

Em trabalhos de campo junto aos indivíduos que participam da feira informal da Avenida Brasil, num momento de bate-papo com um vendedor, ele disse a esta pesquisadora “*a feira é uma distração porque ficar em casa no domingo é muito ruim... aqui você tira uns trocados.*” Em sua fala, destaca-se a presença da linguagem, outra forma de compreensão da realidade da vida cotidiana.<sup>10</sup>

Sabe-se que na feira informal há uma forma diferenciada de anunciar os produtos. Na Avenida Brasil encontram-se pouquíssimos vendedores que utilizam uma linguagem

<sup>9</sup> Ainda sobre o face a face, o autor ressalta que todos os demais casos da interação social derivam desse.

<sup>10</sup> “A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 57).

considerada típica dos feirantes. É a partir da linguagem que se constrói uma representação simbólica: “o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 61). Quando se fala em feira livre, o inconsciente logo projeta vendedores gritando, gesticulando, abaixando o preço com o passar das horas, com propagandas com chavões que atraem a atenção do comprador, isto é, um imaginário simbólico.

A linguagem é um elemento-chave na feira-livre, quando nos referimos à linguagem não elucidamos apenas a linguagem como capacidade de articular sentido e significado através das palavras. A linguagem a qual nos referimos aqui é a linguagem como corpo flutuante, como imagem sedutora, como ritual de apropriação das relações entre feira-livre e feirante, mercadoria e consumidor, transeunte e pedinte. (MENEZES, 2005, p. 37).

O autor enfatiza que existe em cada elemento uma linguagem própria, ou um significado particular que age em conjunto com as demais. A feira livre em praça pública é o espaço que “abriga um jogo de coesão e separação entre todos os elementos que ali coabitam” (MENEZES, 2005, p. 38).

Na obra *Sobre fenomenologia e relações sociais*, Schutz discorre que nas relações interativas a vida cotidiana não é um mundo privado, mas um mundo compartilhado com os semelhantes, um mundo intersubjetivo, com experiências e interpretações vindas do outro, resumidamente, um mundo comum a todos. No que tange à fenomenologia, o autor diz “o homem é simplesmente concebido como um ser social, a linguagem e os outros sistemas de comunicação simplesmente existem, a vida consciente do outro é acessível a mim – em suma, eu posso entender as ações do outro e o outro pode entender a mim e as minhas ações” (SCHUTZ, 2012, p. 68).

### 3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COMÉRCIO

Desde a Antiguidade, o comércio desempenha importantes funções econômicas, abastece os mercados consumidores, contribui para a produção e o consumo, interligando o mundo em uma rede de transações mercantis. As atividades econômicas sempre tiveram grande importância no desenvolvimento das sociedades. As trocas de mercadorias, conhecidas como escambos, foram as primeiras atividades comerciais que ficaram conhecidas através dos agrupamentos humanos, consolidando as relações de troca com outras comunidades e culturas. De acordo com E. B. Santos (2002, p. 13), a prática do comércio ocorreu quando os homens se encontravam em situações de carência e assim realizavam o escambo, para que fossem satisfeitas as necessidades elementares. Essa prática comercial gerou o desenvolvimento de novas formas de produção e, conseqüentemente, o aumento da produção agrícola; o excedente era trocado por produtos de outros lugares. De acordo com Cleps (2004, p. 120), o aumento da produção e, concomitantemente, a intensificação da atividade comercial foram gerados pelo aperfeiçoamento dos meios de produção e pelo aprimoramento de novas técnicas. Daí, Silva e Holanda (2009) acrescentam que as trocas eram realizadas onde havia grande intensidade de indivíduos. “Foi da necessidade do homem determinar um local para as suas trocas que surgiram os mercados que representavam o centro das atividades comerciais.” (SILVA; HOLANDA, 2009, p. 54). O local das atividades de lazer, eventos, festas, troca de ideias e notícias ocorriam no mercado.

De acordo com Vargas (2011, p. 38) os romanos sempre estiveram mais voltados para as atividades agrícolas e que, após a consolidação da supremacia de Roma sobre a Grécia, começaram a dar atenção ao comércio. Limitaram-se a seguir as rotas comerciais já abertas pelos gregos, mas o volume de intercâmbio com as regiões pendentes do império conheceu grande incremento. A fim de proteger o comércio por vias marítimas, os imperadores romanos chegaram a combater a pirataria no Mediterrâneo, ao mesmo tempo em que providenciavam a melhoria dos portos e a construção de estradas. No império romano o mercado público tinha como principais características a centralidade da cidade, um espaço aberto onde os camponeses e comerciantes armavam as suas barracas e onde havia uma fonte de água pública ao centro (VARGAS, 2001).

No sistema feudal havia duas formas de se comercializar: uma era o comércio exercido pelos artesãos e servos, próximo aos mosteiros ou castelos, e a outra era a feira, onde os mercadores realizavam as transações comerciais. A formação de excedente de produção

agrícola pode ser uma das principais causas da origem das feiras livres, modalidade de comércio varejista observada em todo o mundo, originado principalmente pela necessidade de intercâmbio de mercadorias em locais que congregassem todos os produtos disponíveis em uma determinada região (SOUTO MAIOR, 1978).

A história do comércio está ligada ao desenvolvimento das áreas de transportes e comunicações, sendo que o aumento dele em grandes distâncias foi praticado incisivamente através de rotas nos desertos, ao longo das quais mercadores viajavam juntos, formando caravanas (SOUTO MAIOR, 1978).

Não se pode também esquecer do comércio na Idade Média<sup>11</sup>, base da economia mercantilista que muito contribuiu para a formação das feiras e do capitalismo. Le Goff (1998) fala que as trocas comerciais eram feitas em portos e assim grande parte das cidades medievais parecia-se com Veneza, com seus riachos-canais. Nessa época ocorriam trocas sem regulamentação “A Place de Gréve, na França, é o lugar em que se reúnem, todas as manhãs, os trabalhadores que não fazem parte de uma corporação, que não tem emprego fixo.” (LE GOFF, 1998, p. 45). Boa parte da população trabalhava sob essa vigência; em Paris, apenas 30 % tinham emprego permanente. Com os mercadores da Idade Média, estimulou-se a transação de compra e venda e, por extensão, a formação das feiras, envolvendo drogas, musselinas, sedas, especiarias e tapetes, expostos em feiras livres. Nessa estrutura comercial, determinavam-se os preços pelas forças competitivas do mercado, surgindo lentamente a concorrência entre os comerciantes medievais (SOUTO MAIOR, 1978).

As feiras tiveram consolidação na Idade Média, devido às influências comerciais de Bizâncio, e também devido a concorrência comercial que estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI; o contato comercial com o Oriente foi uma das principais causas do aparecimento de cidades no Ocidente europeu. Tal estímulo à expansão fez os produtos do Extremo Oriente serem distribuídos via Mediterrâneo, com grandes lucros: especiarias, perfumes, joias e sedas, muito procurados em tal época. A abertura para o Oriente fez com que os grandes comércios fossem implementados fundamentalmente nas cidades de Veneza, Gênova e Pisa; dessa forma, aumentou-se a concorrência entre os vendedores da época, com grandes aventuras em busca de compras e vendas de produtos supérfluos e necessários nos longínquos pontos da Terra.

---

<sup>11</sup> Cabe ressaltar que as atividades econômicas da Idade Média restringem aos portos de Veneza, Gênova, Bruges, as colônias italianas de Levante, pela navegação das cidades de Hansa e pela ascensão das feiras de Champanha (PIRENNE, 1968).

Durante a realização das feiras, os conflitos eram interrompidos para que os vendedores pudessem trabalhar em segurança. As trocas comerciais realizadas nos centros urbanos possibilitaram a padronização dos meios de troca e atuaram de maneira decisiva na superação do modelo feudal autossuficiente. Realizadas estrategicamente em áreas onde rotas comerciais se cruzavam, as feiras ainda incentivaram a criação de uma estrutura bancária que regulasse o câmbio e a emissão de papel-moeda (HUBERMAN, 1981<sup>12</sup>). Cabe ressaltar que o dinheiro provinha da troca; assim Pirenne (1968, p. 116) diz: “equivocaria completamente quem acreditasse que a troca substituiu então a moeda como instrumento normal de intercâmbio. A troca nunca deixou de estar em uso nas relações sociais; é frequente, ainda na atualidade, como em outros tempos.” É sabido que na Idade Média quem tinha o direito de cunhar as moedas eram os príncipes feudais; tal prática gerou uma desordem porque modificaram os tipos de moedas, principalmente pela falta de controle efetivo, essas tiveram alterações no peso e no valor. Devido à essa turbulência, a cunhagem promovida pelos príncipes acarretou um problema extremamente perturbador. Dessa forma:

Periodicamente, a moeda era “descreditada”, isto é, retirada de circulação. Era preciso entregá-las às fábricas de moeda, e estas punham-nas à disposição do público unicamente sob a forma de moedas de menor peso e de liga cada vez mais acentuada: os príncipes ficavam com a diferença. Dessa maneira, o valor intrínseco do numerário diminuiu progressivamente. (PIRENNE, 1968, p. 116).

É importante ressaltar que a exploração da moeda pelos príncipes representa o controle dessa classe para seu próprio benefício. “A medida que se tornava mais indispensável a moeda para a vida econômica, mais a alteravam aqueles que detinham o monopólio da cunhagem.” (PIRENNE, 1968, p. 118). A partir do século XIII, tornou-se usual o processo de multiplicação e, conseqüentemente, a diminuição do seu valor. A moeda voltava para as oficinas onde era refundida e redistribuída em pior estado. Diante de tanta usurpação, a realeza reagiu o mais rápido que pôde. A Coroa, quando se viu fortalecida, resolveu recuperar os seus direitos. “Ao recuperar a sua regalia monetária, os reis inspiravam tão somente em considerações de soberania.” (PIRENNE, 1968, p. 120). Os reis não estavam preocupados em acabar com os abusos do feudalismo, consideravam a moeda como uma das fontes de renda mais valiosas do seu domínio. “Quando a cunhagem tornou a ser um privilégio real, não teve maior estabilidade do que antes. De um reino a outro, a qualidade do numerário continuou se

---

<sup>12</sup> Versão eletrônica. Disponível em:

<<http://portal.faculdadedeilheus.com.br/Documentos/EDIVALDO%20DOS%20SANTOS%20OLIVEIRA/PSIC%20NOT%20SOCIOLOGIA%20T15%202012.2/Leo%20Huberman%20-%20Historia%20da%20Riqueza%20Do%20Homem.pdf>>.

alterando.” (PIRENNE, 1968, p. 122). Vale lembrar que a cunhagem era feita por técnica rudimentar, o que aumentava ainda mais o caos, e, para intensificar a desordem, ainda existiam os *depreciadores de moedas*, que alteravam o metal e lucravam com o numerário em circulação.

O comércio, propriamente ditto, adveio da troca de um produto por dinheiro e do uso desse dinheiro para comprar outro produto. Na Antiguidade, na Grécia, em Roma e em outras localidades, a maioria dos comerciantes expunha a mercadoria ao ar livre, assim como as barracas das feiras livres. Na sociedade feudal não havia uma intensidade de trocas comerciais, o consumo era grande, porém era autossuficiente. Em tal época tinha-se um comércio enfraquecido, porque o dinheiro era escasso, a maior parte estava concentrada nos cofres da igreja, nas mãos dos senhores feudais e, por motivos díspares, não havia possibilidade de multiplicação, uma vez que não havia investimentos para isso (HUBERMAN, 1981).

Para o autor,

Outros obstáculos retardavam a marcha do comércio. O dinheiro era escasso e as moedas variavam conforme o lugar. [...] O transporte de mercadorias para longas distâncias, sob tais circunstâncias, obviamente era penoso, perigoso, difícil e extremamente caro. Por todos esses motivos, era pequeno o comércio nos mercados feudais locais” (HUBERMAN, 1981, p. 19).

Somente a partir das Cruzadas esse cenário desaparece e há uma enorme expansão do comércio, que afeta toda a Idade Média; quando milhares de europeus atravessaram a Europa, os mercadores foram juntos para fornecer todo o suporte de que precisavam.

Os cruzados que regressavam de suas jornadas ao Ocidente traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. Além disso, registrou-se um acentuado aumento na população, depois do século X, e esses novos habitantes necessitavam de mercadorias. (HUBERMAN, 1981, p. 19).

As Cruzadas tiveram uma enorme importância para o comércio; a partir delas, a Europa espalhou sacerdotes, trabalhadores, guerreiros e mercadores por todo o continente, e intensificou-se a busca por novas mercadorias, dando início a maior rota comercial entre o Ocidente e o Oriente.

Sem deixar salientar a questão comercial na Idade Média, uma vez que é nesse momento que se apresentam as feiras livres, durante a segunda metade do século X, o renascimento do comércio transforma-se profundamente em sua essência. Muitos mercadores,

parte da pequena burguesia, cuja existência dependia dessa atividade, corriam riscos de saque, por isso pediam proteção no interior muralhas<sup>13</sup>.

Tiveram que se estabelecer nos arredores da cidade ou anexar a um burgo antigo um novo, ou, para usar o termo que se deu com muita exatidão um *foris-burgus*, isto é, um burgo dos arredores, um arrabalde (*faubourg*). Nasceram assim, ao lado das cidades eclesiásticas ou das fortalezas feudais, aglomerações mercantis, cujos habitantes se dedicavam a um gênero de vida em perfeito contraste com a que levavam os homens do interior das muralhas. (PIRENNE, 1968, p. 48).

No século XI, com a reabertura dos portos europeus através do Mar Mediterrâneo, ocorreu a expansão do comércio, principalmente devido ao desenvolvimento do artesanato urbano, à melhoria nos meios de transporte e ao maior contato com o Oriente. Grandes rotas comerciais internacionais foram realizadas pelo Mar Mediterrâneo, com seus portos mais importantes: Barcelona, Marselha, Gênova, Veneza, Túnis, Trípoli e Constantinopla. O intenso ponto de encontro dos mercadores ocorria na planície de Champanha, o grande centro comercial dessas rotas; destarte, ocorreram as famosas e grandes feiras, sendo as mais importantes em Lagny, Provins, Bar-sur-Aube e Troyes.

No século XI, houve uma revolução no setor comercial, com novas técnicas. Durante longo tempo, os comerciantes circulavam em grupos, expunham seus produtos em lojas, mercados e feiras. Tardiamente, começaram a controlar seus negócios a partir de um ponto fixo. Essa é a grande razão para a importância das feiras no Ocidente Medieval até o século XIII. As feiras eram encontros entre mercadores, de diversas partes da Europa; num período de semanas, chegavam para comprar e vender os seus produtos (COMÉRCIO..., 2013).

Iniciada no século XI, a revolução do setor comercial foi a revolução das técnicas comerciais. O poderio da Igreja é apontado como uma das causas ao atraso no desenvolvimento comercial e econômico, uma vez que ela condenava o lucro. Muitos comerciantes viajavam em grupos em busca de produtos que eram expostos em feira, lojas e mercados. Tais grupos de mercadores se tornam impulsionados por razões econômicas e também por questões de segurança.

As feiras, cuja enorme importância se deve ao movimento de pessoas, eram encontros entre mercadores de diversas partes da Europa, que compravam e vendiam produtos. Na Inglaterra, comprava-se lã em Winchester, Boston, Northampton, Saint-Yves e Stamford; em Flandres, fazia-se a redistribuição da lã em Ypres, Lille, Bruges, Malines e

---

<sup>13</sup> Como forma de proteger mercadores e as mercadorias, constroem-se as muralhas. Essas são as primeiras obras públicas que as cidade compreenderam e que, até o fim da Idade Média, atingiram o patamar de maiores despesas.

Thourout; em Champagne, comerciavam-se têxteis em Lagny, Provins, Bar-sur-Aube e Troyes, para além de outros produtos de várias origens (COMÉRCIO..., 2013).

O apogeu dessas feiras se deu entre o final do século XII e meados do século XIII, um período em que as feiras de Champanha (nordeste da França) eram o centro do comércio ocidental. Assim, Pirenne (1968, p. 50) diz que, desde o século IX, é provável que os mercadores frequentassem Champanha. “A partir do renascimento do comércio, tráfego que se tornou ativo, levou os condes de Champanha a garantir definitivamente as vantagens do mesmo as suas terras e a oferecer aos mercadores a comodidade de feiras estabelecidas de trecho em trecho” (PIRENNE, 1968, p. 50). As feiras de Champanha tiveram uma enorme importância no comércio em Flandres. Os flamengos encontravam em Champanha um novo mercado para os seus tecidos que eram enviados para o porto de Gênova. Em troca, os flamengos importavam as sedas, ourivesarias e as especiarias do Norte.

No século XIII, as relações comerciais chegaram ao seu máximo desenvolvimento. Os fabricantes flamengos de tecido tem em cada uma das feiras de Champanha as suas “tendas” onde se agrupam por cidades e expõem seus tecidos. Os “clérigos das feiras” percorriam a cavalo, sem interrupção, a rota entre Champanha e Flandres, transportando a correspondência do mercadores (PIRENNE, 1968, p. 52).

O contato entre o comércio italiano e a indústria flamenga foi de grande importância para as feiras de Champanha, e sua influência se propagou por todo o Ocidente. Cabe ressaltar a importância cambial de Champanha que era a sede cambial de toda a Europa, devido aos importantes pagamentos e empréstimos que aí ocorriam e também realizados em outras feiras. “No século XII, por meio de referida prática, começou a funcionar uma organização de crédito, provavelmente contemporânea da origem das letras de câmbio.” (PIRENNE, 1968, p. 53). Os italianos, que tomaram essa iniciativa, destacavam-se por seus usos comerciais. Os créditos ocorriam em forma de promessas escritas ‘de pagar uma quantia em lugar diferente daquele em que se contrai a dívida, ou, para empregar termos mais jurídicos “de pagarei à ordem em local determinado” (PIRENNE, 1968, p. 55). As feiras de Champanha destacam por ser um local onde os pagamentos mais importantes eram liquidados e também pelos empréstimos simples.

O enorme comparecimento a essas feiras, de pessoas oriundas de todas as partes do continente, contribuiu para iniciar seus clientes no aperfeiçoamento dos processos de crédito adotados pelos florentinos e sieneses, cuja influência era preponderante no comércio monetário. (PIRENNE, 1968, p. 58).

Em meados do século XIII, tais feiras começaram a entrar em decadência e, em 1250, mudaram radicalmente de feição: de mercado de tecidos passaram a ser centros de câmbio. Contudo, no primeiro quartel do século XIV, era irremediável a derrocada dessas feiras, apesar da sua reconversão. Nessa altura, ocorreu a sedentarização dos mercadores. Somente os empregados das grandes casas comerciais italianas deram continuidade à vida itinerante do mercador, mas, mesmo esses se fixaram nos grandes centros, como Londres, Paris ou Bruges.

A decadência das feiras de Champanha ocorre no início do século XIV, em substituição do comércio ambulante por práticas comerciais fixas, pelo progresso da navegação entre Itália, Flandres e Inglaterra, pela guerra entre o condado de Flandres e os reis da França e, em caráter decisivo, pela Guerra dos Cem Anos. “Daí em diante, será destruído esse grande centro de negócios, para o qual dirigiram-se durante dois séculos, todos os mercadores da Europa.” (PIRENNE, 1968, p. 61). De qualquer forma, vale destacar que a experiência adquirida em Champanha abriu novos horizontes da vida econômica. Não havia agora mais necessidade de os compradores e os vendedores de produtos comerciais frequentarem as feiras, quando podiam manter contactos permanentes entre si. Esse fato deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento do comércio marítimo, também responsável por esta "revolução comercial" que atinge principalmente Portugal e Espanha, as grandes potências da época em busca de novos mercados consumidores. A importância dessas potências foi fundamental para a revolução comercial<sup>14</sup>. Desde o império Bizantino que a navegação marítima sempre foi extremamente importante para o comércio, nessa época abastecia cidades povoadas por artesões e mercadores profissionais.

Pode-se considerar o princípio do século XIV como fim do período de expansão da economia medieval que, com o desenvolvimento da indústria e do comércio, transformou o aspecto e a existência da sociedade. Havia um poderoso tráfego no Mediterrâneo e no Mar Negro, ocorriam multiplicações ao longo das costas e das ilhas. “Sob a influência dessa vida nova, a circulação monetária aperfeiçoava-se. O crédito assumia as formas mais variadas e o seu florescimento favorecia o do capital. O aumento da população era, enfim, um sinal irrecusável de saúde e vigor sociais” (PIRENNE, 1968, p. 198).

---

<sup>14</sup> Salinas (1998) diz que Cristóvão Colombo, ao navegar rumo ao ocidente em busca de um caminho para as Índias, chegou a terras que hoje constituem a região americana. Esse acontecimento estava fadado a gerar uma verdadeira revolução no comércio mundial. Portugal e Espanha que estavam na teoria de potências de primeira grandeza, transformam-se em grandes centros de irradiação mercantil, passando a disputar a supremacia no domínio das rotas oceânicas.

A expansão comercial europeia tem seu início com a busca para a superação da crise do sistema feudal; a saída encontrada foi a ampliação do comércio e o fortalecimento da Coroa com a burguesia. Destarte, houve o fortalecimento do poder central e, conseqüentemente, a ampliação dos mercados mundiais. Portugal foi o país pioneiro nessa expedição, uma vez que precisava ampliar novos mercados, devido à estagnação econômica europeia e à pressão exercida pela burguesia, que objetivava a exploração comercial da costa africana e, posteriormente, tratar novos acordos comerciais.

A partir dessa expansão comercial, no século XV, é que as feiras de Champagne e de Lile passaram a efetuar trocas de moedas. É nesse período que o dinheiro começa a circular para o fortalecimento das trocas comerciais. Nessas feiras havia datas que eram apenas para a troca de moedas; elas eram pesadas, avaliadas e trocadas. Nesse tempo que começaram os empréstimos, as cartas de crédito<sup>15</sup> e de câmbio, os grandes negociantes elevaram o seu patamar de recursos; destarte, a partir da moeda, há um valor estipulado para as trocas comerciais. Huberman (1981) fala que era mais fácil trocar uma mercadoria por dinheiro do que aguardar alguém que interessasse pelo produto e que fosse vantajoso para ambos: “o dinheiro é aceitável por todos, não importa o que necessitem na ocasião, porque pode ser trocado por qualquer coisa” (HUBERMAN, 1981, p. 27). Assim, Menezes (2005) argumenta que o dinheiro tornou-se um instrumento do comércio, o que facilitaria as trocas e eliminaria as permutas de mercadorias. “Como equivalente universal para as trocas, o dinheiro permitiu representar o valor de todas as mercadorias, o que facilitou enormemente a avaliação e a comparação do ato de comercializar.” (MENEZES, 2005, p. 75). Com o aumento interior dessas trocas, intensifica-se o comércio.

A intensificação do comércio, em troca, reage na extensão das transações financeiras. Depois do século XII, a economia de ausência de mercados se modificou para uma economia de muitos mercados e com o crescimento do comércio, a economia natural do feudo auto-suficiente da Idade Média se transformou em economia de dinheiro, de um mundo de comércio em expansão. (HUBERMAN, 1981, p. 26).

Devido às grandes navegações e à descoberta de territórios, novos mercados consumidores foram um somatório de grande valia para o comércio mundial, principalmente para a Europa. Nesse ponto, está-se diante de um processo de ascensão do comércio. Dessa forma, a partir da expansão mercantil europeia e do crescimento das cidades, o comércio se fortalece para atender a maiores demandas. “Embora alguns historiadores atribuam a

---

<sup>15</sup> “As operações bancárias da Idade Média foram essencialmente operações de empréstimos; nelas se resumia, quase inteiramente, a história do comércio do dinheiro naquela época.” (PIRENNE, 1968, p. 132).

recuperação econômica da Europa à revitalização do comércio a longa distância devido às grandes navegações, hoje se sabe que a base da recuperação foi o dinamismo do comércio local.” (MENEZES, 2005, p. 74).

É necessária a abordagem do renascimento do comércio ocorrido na Europa Continental em dois grandes movimentos: um em direção ao Mediterrâneo Ocidental, e outro no Báltico e no Mar do Norte. “A atividade comercial, que corresponde à necessidade de aventuras e ao afã de lucro inerente à natureza, é de índole contagiosa.” (PIRENNE, 1968, p. 32). Deve-se destacar a importância das relações econômicas de Veneza, de solo pobre e improdutivo, com o Ocidente; há relatos de vendas de sal e pescados vindos do mar em troca de trigo, vinho e carne. “Esses intercâmbios primitivos iam se desenvolvendo fatalmente, à medida que o comércio da cidade, ao enriquecer e multiplicar a população, tornava-se mais exigente e empreendedora.” (PIRENNE, 1968, p. 32).

A evolução do comércio está atrelada ao crescimento das cidades<sup>16</sup> devido ao aumento do consumo e a necessidade de aquisição de novos produtos oriundos de outros lugares. “À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiam cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado.” (HUBERMAN, 1998, p. 27). Muitas pessoas, oriundas de diversos lugares, eram atraídas para as cidades em busca de trabalho, devido ao comércio; as cidades em progresso atraíam o povo para dar início de uma vida nova.

Os mercadores dirigiam-se para as feiras, porque estavam situadas nas grandes vias de trânsito, bem como pelo fato de os príncipes territoriais os dotarem de franquias e privilégios. Essas feiras eram pontos de reunião e lugares de troca, onde se encontravam mercadores, como também vendedores; algumas feiras fixaram-se no local, a partir do qual se desenvolveu aglomerados mercantis, o que assegurou o desenvolvimento das cidades. (LACERDA, 2010, p. 35).

Ao se falar em espaços comerciais sabe-se que, desde a Antiguidade, a rua é o ponto central para o desenvolvimento do comércio não planejado, lugar tradicional de compra, venda e/ou troca.

Os mercadores dirigiam-se para as feiras de Champanha, porque elas estavam situadas na grande via de trânsito e os príncipes territoriais os dotavam de franquias e privilégios. As feiras eram pontos de reunião e lugares de troca, onde se encontravam mercadores e vendedores; algumas se fixam no local, dando continuidade a um aglomerado

<sup>16</sup> Estes produtos começaram a ser vendidos nas feiras que surgiam nas cidades que renasciam. Essas novas cidades foram chamadas burgos, em virtudes de seus muros fortificados, os seus habitantes tornaram-se os burgueses, termo que posteriormente se aplicou somente aos comerciantes enriquecidos com sua prática. (LACERDA; NEDER, 2007).

mercantil, assegurando o desenvolvimento da cidade. Foi assim, por exemplo, com Lille, Ipres e Troyes, entre outras cidades (LACERDA; NEDER, 2007).

Dessa forma, o comércio a longa distância, característica marcante do renascimento econômico da Idade Média, era a única maneira de os mercadores obterem lucro; eles precisavam percorrer longo curso para adquirir os produtos, que encontravam em abundância, para em seguida revenderem com lucro. Os produtos mais procurados da época eram especiarias, perfumes, joias e sedas.

Vale lembrar o comércio dos produtos orientais, impulsionados pelas especiarias, que trouxe impulso ao tráfico do Mediterrâneo, impulsionado pelas especiarias, devido ao aumento das relações entre o Ocidente e o Oriente, graças ao aumento de produtos naturais e fabricados. A partir do século XIII, as importações rumo à Europa consistem em produtos como laranja, arroz, damasco, figos, passas, perfumes e remédios. “A seda bruta alimenta o comércio desde o fim do século XII e, como o algodão, em quantidades que vão aumentando à medida que a indústria italiana, em primeiro lugar, e depois a indústria continental, utilizam ambos os produtos.” (PIRENNE, 1968, p. 12).

Na obra *História Econômica e Social da Idade Média*, Pirenne relata a ocorrência do comércio ocasional, que acontecia quando havia escassez de cereias que eram indispensáveis. Dessa forma, “os senhores despachavam, então, para todo o país, os seus servos, a quem encarregam de adquirir-los no celeiros de algum vizinho mais afortunado ou em alguma região em que haja abundância.” (PIRENNE, 1963, p. 15). A escassez se dava como consequência dos fenômenos atmosféricos. Tal atividade comercial não era específica e nem profissional. “A compra e venda não é ocupação normal de ninguém. É um recurso que se emprega quando a necessidade o impõe. O comércio deixou de ser um dos ramos da atividade social, a tal ponto, que cada indivíduo se esforça no sentido de bastar-se em todas as necessidades” (PIRENNE, 1968, p. 16).

Pirenne (1968) adverte que as pessoas procuravam os mercados mais como forma de diversão do que pela busca de enriquecimento, uma vez que as vendas no século IX estavam em declínio. As maiores movimentações eram em torno das feiras de Saint Denys, perto de Paris. Outra função dos mercados locais eram para atender às necessidades econômicas da população da região.

Vale ressaltar a relevância do comércio ao norte dos Alpes; essa rota constituía um ponto importante do renascimento econômico no Mediterrâneo. Os estuários do Reno, Mosa e Escalda eram um poderoso centro de atração. “Tiel, no século XI, surge como uma praça de comércio, frequentada por numerosos mercadores, e em relação, pelo vale do Reno, com

Colônia e Mogúncia, onde se distinguem desde então indícios de atividade.” (PIRENNE, 1968, p. 40).

Outro veio que desponta, o comércio de tecidos, provém da Inglaterra, devido à qualidade superior de sua lã, e da fabricação de seus tecidos. Durante o século XII, uma boa parte da população de Flandres converteu-se em tecelões e batedores, destarte surgem as aglomerações que movimentam o comércio. “Desde aquela época é um artigo essencial do comércio marítimo e começa a originar uma poderosa corrente de comércio terrestre.” (PIRENNE, 1968, p. 42). Os tecidos de Flandres chegam por mar até a Feira de Novgorodo.

A indústria de tecidos flamenga e brabantica foi, na verdade, uma indústria de luxo. Foi esta a causa do seu êxito e da sua expansão mundial. Numa época em que os meios de transporte eram insuficientes desenvolvidos para adaptar-se à circulação que requerem os produtos baratos e de grande peso, o primeiro lugar no comércio correspondia às mercadorias de grande valor e pequeno peso. A boa sorte dos tecidos de Flandres explica-se, em resumo, como a das especiarias, por seu elevado custo e facilidade da sua exportação. (PIRENNE, 1968, p. 44).

Cabe lembrar as formas de circulação das mercadorias na Idade Média: primeiramente, os caminhos a serem percorridos encontravam-se em péssimas condições, com buracos cheios de água e lodo, e a responsabilidade da manutenção das estradas era das próprias pessoas que aí circulavam, não do poder público, era a iniciativa dos viajores peregrinos e comerciantes realizavam certo progresso na melhoria das estradas; em seguida, a construção de pontes demandada pela construção de estradas era uma realidade, os meios de transporte precisavam adaptar-se e boa parte das mercadorias eram transportadas no lombo dos animais, e em carros leves.

Para que se pudessem passar pelas estradas daquela época mercadorias pesadas, era necessário repartir a carga entre muitos veículos e animais. Certamente, não se podiam empregar as pesadas carretas de quatro rodas, em caminhos sem pavimentação, a não ser de maneira muito limitada. (PIRENNE, 1968, p. 45).

Devido às péssimas condições das estradas, destaca-se a importância dos rios e dos canais para o escoamento da produção. “O comércio se fazia principalmente por via fluvial, embora as secas no verão, o gelo no inverno, as enchentes na primavera ou no outono, impedissem frequentemente a navegação.” (PIRENNE, 1968, p. 46). Mesmo com todas as adversidades encontradas, o transporte fluvial foi um instrumento de intercâmbio e o melhor veículo para o transporte de mercadorias. Muitas obras foram realizadas como a construção de diques, cais e desembarcadouros em lugares mais adequados. “As cidades ou grupos de mercadores custeavam os gastos exigidos pela construção dos canais. Cobravam-se taxas,

muito diferentes da portagem senhorial, sobre a navegação e seu produto servia para amortizar as despesas de instalação e de conservação.” (PIRENNE, 1968, p. 46).

O transporte marítimo constituiu um outro meio de circulação muito importante para as mercadorias. “Até o século XIV no Mediterrâneo, até o século XV nos mares do Norte, isto é, até o momento em que se difundiu o uso da bússola, a cabotagem ao longo das costas se impôs aos navios.” (PIRENNE, 1968, p. 46). Em viagens curtas, navegava-se em grupos, escoltados por navios de guerra por precaução à pirataria, prática comum entre os mercadores. “O aperfeiçoamento do timão, em princípios do século XIII, melhorou as qualidades náuticas de todos esses barcos. Não se atreviam, entretanto, a navegar na época em que sopram os ventos do inverno.” (PIRENNE, 1968, p. 47).

No que se refere ao protecionismo, as fronteiras políticas não cobravam nenhum tipo de tributo para que ocorresse a circulação das mercadorias. Somente no século XV, essa prática começa a ser utilizada. Não se enxergava a necessidade de proteger os produtos do comércio nacional frente à competição estrangeira. “A concepção internacionalista que caracteriza a civilização medieval até o século XIII, manifestou-se com uma clareza particular no comportamento dos Estados. Jamais tratavam de pôr restrições à atividade comercial.” (PIRENNE, 1968, p. 48).

Outro ponto que merece destaque é a atitude dos príncipes perante o comércio; relações refletiam-se na esfera econômica. Em períodos de guerra, as terras dos mercadores eram confiscadas, seus navios embargados, e a prática de comercializar era proibida como forma de coação ao oponente. Países em guerra tinham suspensas as importações antes praticadas entre si. Os príncipes da Idade Média eram contrários ao mercantilismo, com exceção de Frederico II. Nessas circunstâncias inicia-se a intervenção do Estado na ordem econômica.

O rei reserva-se o monopólio do comércio do trigo e instala uma verdadeira administração alfandegária nas fronteiras. Agindo dessa forma, preocupa-se, sem dúvida, unicamente, com o interesse das finanças. Sem dúvida, ao submeter o comércio à sua autoridade, toma novo roteiro e a sua iniciativa tem certa semelhança com a política que adotariam as monarquias nos tempos modernos. (PIRENNE, 1968, p. 99).

Com a melhoria da segurança, a chegada das mercadorias aos locais de destino foi facilitada, à medida que o capitalismo exigia a presença dos chefes de empresa no centro de seus negócios. Assim, os mercadores não precisavam mais acompanhar as mercadorias, “a

vida comercial se tornou mais errante: o transporte separou-se dela como um ramo especial de atividade, que possuía seu pessoal próprio” (PIRENNE, 1968, p. 100).

Com o surgimento de uma nova classe de mercadores e artesãos, o rompimento com os laços, os tabus e a religião deu-se condições para o nascimento do capitalismo. Assim, o capitalismo é iniciado na Europa, com a decadência do feudalismo; criaram-se centros de comércio, reativados pelas cruzadas. A Europa passou por um intenso desenvolvimento urbano e comercial.

### 3.1 A FEIRA COMO COMÉRCIO

A feira livre constitui-se uma das formas de trocas mais antigas do mundo. Mas o que pode ser chamado de feira? A ideia principal está em ser a um espaço de trocas, uma atividade, segundo Braudel (1996, p. 15), de “mão na mão, olhos nos olhos, a troca imediata: o que se vende, vende-se sem demora, o que se compra, leva-se logo e paga-se no mesmo instante...”. O estudo desse espaço é muito amplo e esse autor deixa claro: “Se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece...” (BRAUDEL, 1996, p. 14-15).

**Figura 3.** Quadro de Aracy: Feira Livre



Fonte: Anna Jailma (2010)

As feiras possuem duas funções: a econômica e a de divertimento; uma economia de grande porte, bastante importante para o desenvolvimento do capitalismo nas regiões onde se instalam, pois é no seu interior e em suas redondezas que é tecida uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais (BRAUDEL, 1996). As ideias de Vargas (2001, p. 96) vêm ao encontro das de Braudel; as feiras foram mais além do que apenas do fornecer mercadorias para consumidores. “Agiram também como locais de distração e divertimento, proporcionando atrações como as tão famosas, quanto antigas, brigas de galo” (VARGAS, 2001, p. 96).

Frequentada em dias fixos, a feira é um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras. (BRAUDEL, 1996, p. 16).

A feira livre é um lugar do simbolismo, uma vez que os objetos sem uso assinalam para outras lógicas simbólicas. A feira vai além da razão econômica, devido ao fato de ser lugar de trocas de sentidos e significados para os bens. Os produtos podem ser adquiridos por um baixíssimo preço, pela vontade de se colecionar gênero de produtos ou pelo simples fato de se barganhar um produto, segundo Euler Siqueira (MUSEU MINEIRO, 2009). Adentrando, uma feira livre, diante de uma profusão de intenções, é como se esta fosse relevar as suas formas e os seus sentidos, “seu lado lúdico, seu encantamento e desencantamento, seu lado profano, sua lógica e seu caos, sua antiguidade e sua modernidade” (MENEZES, 2005, p. 40).

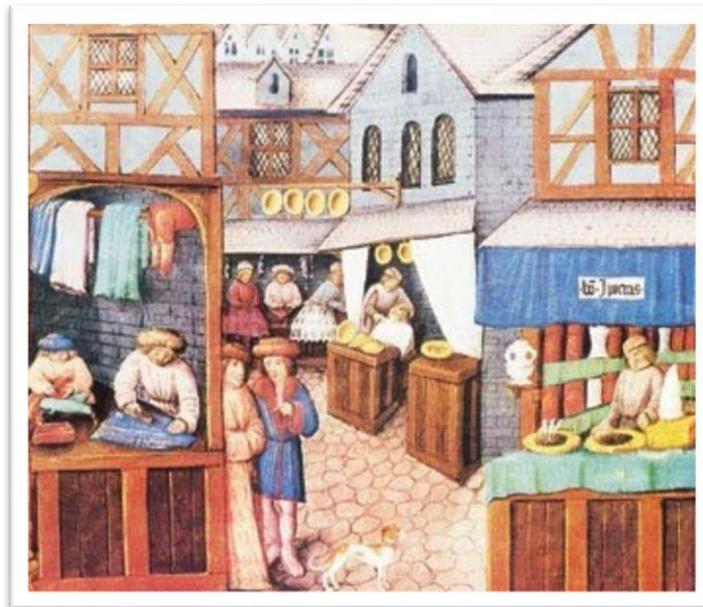
A importância das feiras na Idade Média abunda por todos os países, um fenômeno internacional independente das condições da sociedade europeia. Seu apogeu acontece em face do comércio errante. Sua decadência se dá quando os mercadores se tornam sedentários (PIRENNE, 1968). “O objetivo dos mercados locais consiste em prover a alimentação cotidiana da população que vive no lugar onde se realizam.” (Pirenne, 1968, p. 105). Por causa disso, os mercados são semanais e seu raio de atração é pequeno.

As feiras são, ao contrário, lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. São centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer a eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e de produtos. (PIRENNE, 1968, p. 106).

É preciso lembrar que cada feira está aberta ao comércio e não há concorrência com o mercado local, apenas uma diferença de tamanho.

A palavra feira é oriunda do latim *feria*, que significa festa, encontro de mercadores, que muitas vezes vem de longe, levam semanas para chegar ao local do encontro. “O século XII viu surgir ciclos de feiras regionais e inter-regionais que formavam uma espécie de mercado contínuo, exceto no período de mau tempo.” (VARGAS, 2001, p. 146). Algumas feiras, mercados importantíssimos, eram especializadas em determinados artigos. O movimento provocado por elas era intenso e muitas pessoas vinham de longe para dela participarem. “elas provocavam um fluxo de caravanas, quase permanente, viajando de feira a feira. As feiras eram montadas com uma série de tendas e de barracas para expor mercadorias.” (VARGAS, 2001, p. 148). É importante ressaltar que as feiras, além da venda de mercadorias, também atuavam como escritórios de empréstimos de dinheiro e câmbio de moedas.

**Figura 4.** Feira Medieval



Fonte: Professor Samuka, (2010)

Partindo-se do pressuposto de que a feira livre, uma forma de comércio com origem na época medieval, tornada a mais importante atividade comercial, não tinha uma existência tão aguçada devido à produção de autoconsumo. Souto Maior (apud MASCARENHAS,

2005) diz que as influências das atividades comerciais de Bizâncio foram vis não somente para a Idade Média, mas também para a Idade Moderna, pois o renovado contato comercial com o Oriente foi uma das causas principais do aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu, e a concorrência comercial estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI. Esse estímulo à expansão fez com que os produtos do Extremo Oriente, tais como especiarias, perfumes, joias e sedas, muito procurados em tal época, fossem distribuídos com grandes lucros via Mediterrâneo. Com a missão dos mercadores da Idade Média, estimulou-se a transação de compra e venda e, por extensão, a formação das feiras livres, que incluíam drogas, musselinas, sedas, especiarias e tapetes aí expostos. Nessa estrutura comercial, os preços eram determinados pelas forças competitivas do mercado, surgindo lentamente a concorrência entre os comerciantes medievais.

A feira livre, cujo ambiente permitiu unir todos os produtos disponíveis em vários locais, foi uma das alavancas do sistema mercantilista, uma vez que favoreceu diferentes grupos de pessoas, sem condições de produzir em seus feudos, o poder de compra ou troca de determinados alimentos e artigos entre si<sup>17</sup>. A feira é uma instituição fragmentada e articulada, fruto dos processos culturais desenvolvidos pelos agentes sociais que, ao se apropriarem material e simbolicamente dos espaços, emanam uma multiplicidade de sociabilidades.

Pirenne (1968, p. 103) argumenta que as feiras “datam do renascimento do comércio. As mais antigas existiam desde o século XI; no século XII, seu número já é grande e continuou aumentando durante o século XIII.” Sua direção era determinada pelas correntes comerciais. À medida que a circulação se intensificava, as feiras penetravam mais profundamente. Apenas o príncipe torrencial tinha autoridade para fundar feiras, e nem sempre estavam em todas as cidades; cidades como Milão e Veneza não as tiveram.

Assim a importância de uma feira não depende do lugar onde se estabelece, e isto se compreende facilmente, pois a feira é só um lugar de reuniões periódicas para uma afastada clientela e sua frequência não está relacionada com a maior ou menor densidade da população local. Na segunda metade da Idade Média fundaram-se feiras com o objetivo de proporcionar a certas cidades recursos suplementares, atraindo a elas uma afluência momentânea. (PIRENNE, 1968, p. 104).

---

<sup>17</sup> “A formação de excedentes de produção, acredita-se, é a principal causa da origem das feiras. E com as sobras de uns, contra as faltas de outros, é que houve a necessidade de intercâmbio de mercadorias, a princípio intergrupos, sem a exigência de um lugar, onde a busca de se conseguirem as mercadorias de que necessitam é mais intensa. A existência das feiras foi uma solicitação natural de um ambiente que congregasse todos os produtos que se estivessem disponíveis para outrem; e, nesse contexto, seria importante que se trocassem seus excessos em busca de outros produtos sem condições de serem produzidos. Com isso, verifica-se a importância das feiras para os tempos modernos.” (SOUSA, 2004, p. 199).

No que se refere ao direito (poder judiciário), as feiras, tinham um tratamento privilegiado, “o terreno em que se realizam é protegido por uma paz especial que estabelece castigos particularmente severos em caso de infração” (PIRENNE, 1968, p. 105). As pessoas frequentadoras das feiras estavam sob proteção do príncipe torrencial<sup>18</sup>. Havia os *guardas das feiras*, que exerciam funções de segurança para as pessoas que aí circulavam para garantir a maior presença possível de participantes.

Graças à cultura das feiras, o industrialismo demonstrará sua pujança e suas deformidades. Com a derrota dos movimentos populares, em 1848, a burguesia celebra suas conquistas. Hauser observa que a Feira de Londres realiza-se em um momento propício. A Inglaterra vivencia um período de paz e de prosperidade. Apresenta-se como “a ‘oficina do mundo’; os preços sobem, as condições de vida da classe trabalhadora melhoram, o socialismo torna-se inócuo, a ascendência política da burguesia é consolidada” (HAUSER apud BATISTA; PÉRET, 2004, p. 4).

Nesse contexto histórico, a indústria canaliza seu potencial para sofisticar objetos, ao invés de depurar formas, com produtos mais simples, mais funcionais e mais acessíveis; dedica-se a torná-los supérfluos (BATISTA; PÉRET, 2004). As feiras perdem importância, e os mercados se especializam. Então, os governantes começam a se preocupar, pois o abastecimento alimentício continuava sendo uma atividade social. A partir daí, começam a se constituírem os mercados, principalmente os mais grandiosos. Com a chegada do século XX, os locais de comércio voltam-se para a questão especulativa, com todas as estratégias de acumulação (VARGAS, 2001).

A população e a industrialização estão em ascensão, a lógica de mercado muda de estratégia e, assim, chega-se a um novo processo industrial, que responde às demandas da produção e do mercado, com a intensificação dos espaços de consumo. Com o crescimento na demanda de mercadorias, começa a formação dos grandes estabelecimentos (lojas, magazines, e shoppings centers) para a venda desses produtos (VARGAS, 2001).

A partir da premissa de enfraquecimento das feiras livres, para onde elas foram? Como esse tipo de cultura popular se enquadra nos moldes comerciais do século XXI? Realmente, perderam-se no tempo ou transformaram-se? A *decadência* da feira livre acontece com o advento das grandes redes de supermercados<sup>19</sup>. O lugar da feira remete à sujeira, à

---

<sup>18</sup> O príncipe torrencial é a autoridade responsável pela ocorrência das feiras.

<sup>19</sup> Com a política do *American Way Off Life*, os supermercados são apresentados como o novo, o belo. A imprensa divulga muitos aspectos negativos da feira livre, numa época que ela funcionava com grande poder de mercado (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

desordem, ao barulho. No entanto, apesar do aparecimento das redes de supermercados, a feira livre ainda é importante no que diz respeito ao abastecimento urbano, não obstante todas as políticas públicas antagônicas enfrentadas nos últimos anos.

A feira livre destaca-se por seus costumes e pela cultura popular. Aí acontece a troca de conhecimentos, o resgate de valores e a sensação de integração social. “Adaptando-se aos tempos em relação à mercadoria, tecnologia e clientes, não perdeu a sua base, suas raízes.” (GUIMARÃES, 2010, p. 7). Esse autor menciona o fato de que a feira livre conseguiu manter-se viva sem sofrer drásticas alterações, apenas adaptações. Uma prova dessa existência são as semelhanças entre as feiras do interior e as da metrópole. “Podemos constatar que, em cidades menores, ela pode ser a única maneira de comercialização do local e, portanto, se mostra como um ponto de lazer e cultura maior em relação às cidades maiores.” (GUIMARÃES, 2010, p 11). A feira livre tornou-se um evento que mescla lazer e cotidiano.

Ainda que sejam realizadas atividades rotineiras, necessárias, é uma oportunidade de viver algo diferente, uma comemoração dentro do dia a dia. Um local lúdico e transgressor. Um ambiente alegre e unido, um espaço de liberação através da interação social – por meio da dança, riso, conversas, ditos populares, músicas, etc. (GUIMARÃES, 2010, p. 11).

Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 82), sob a ótica da modernidade, a feira livre é desprezada pelas políticas públicas, por estar fora dos padrões econômicos e culturais mundiais. De acordo com Castells (apud MASCARENHAS; DOLZANI, 2008) na perspectiva do capitalismo informacional, tornou-se uma área considerada sem valor, com pouquíssima infraestrutura tecnológica para inovar; isso é perceptível pelo modo como o poder público trata esse comércio:

Uma atividade que, apesar de estar em desarmonia com as exigências de mercado consideradas primordiais atualmente para que um empreendimento seja bem sucedido, tais como apelo midiático, inserção no sistema financeiro virtual e investimento constante de capitais, representa em suas características de exclusão e desatenção pela administração pública, um lócus intrinsecamente pós-moderno quanto as consequências cruéis que este modelo pode gerar. (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 82).

A feira livre resiste ao tempo e ao modelo econômico pelo simples fato de ser popular. “Resiste porque dela não tiram proveito político, e nela o povo envolvido é digno e batalhador.” (SILVA, L. B. W., 2006, p. 28). A população de baixa renda encontra nas feiras livres uma forma de adquirir produtos de boa procedência a custos mais baixos.

Partindo do pressuposto de que a feira livre é um espaço da vida cotidiana, desde a década de 1960, quando o automóvel circula pelas ruas, a feira livre viu a sua sobrevivência ameaçada e outras formas de apropriação coletiva das vias públicas. O automóvel promove o surgimento do varejo a condenar a feira livre. “Mas a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 83), além dos espaços de sociabilidade. Dessa forma, as feiras livres resistem na paisagem urbana contemporânea; de um lado, os que precisam sobreviver materialmente e, por outro, aqueles que zelam pelo aspecto sociocultural.

É importante a questão da modernidade para o esclarecimento de como as feiras livres se enquadram no meio urbano na atualidade. Conforme Bergman (apud MASCARENHAS; DOLZANI, 2008) a modernidade significa mudança, efemeridade. O futuro predomina ao passado. Nada é estático, tudo é na intenção de mudar. Assim, para o autor há uma tendência em tornar-se inutilizável tudo o que destoa, o que pertence ao passado é um atraso. “A modernidade se impõe como atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas transformações na espacialidade urbana.” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 79).

Para Forman (apud ALMEIDA, 2009) as feiras livres existem no país desde o tempo da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem; em muitas cidades do interior, elas são a única forma de comercialização da maioria da população; também atuam como centros de educação, cultura e entretenimento.

Ir à feira livre é como penetrar numa mistura de sentidos, como se os passos fossem revelando as suas formas e sentidos, seu lado lúdico, sua lógica e o seu caos, sua antiguidade e sua modernidade. “A feira livre consegue imprimir no ideário urbano o verdadeiro sentido do termo ‘modernidade’” (MENEZES, 2005, p. 39- 40).

A verdadeira modernidade, que não se realizou ainda, passa por uma autêntica expulsão do mito, por um autêntico despertar, e não por um despertar sonhado, como aconteceu com a pseudo-modernidade. Esse despertar verdadeiro não significa rejeitar pura e simplesmente o sonho, e sim transformar em práxis os momentos utópicos contidos no sonho da modernidade. (ROUANET apud MENEZES, 2005, p. 40).

Quando um indivíduo vai à feira livre, encontra-se num paradoxo temporal, permeado por signos que se perderam ao longo de décadas. Ao mesmo tempo, o ambiente lhe traz lembranças da cidade antiga, e o remete a um olhar que flerta com a modernidade, no sentido que, para a sua sobrevivência, deve se adaptar ao novo, representado pela cidade

moderna. “A feira livre se reveste de todas as significações urbanas, se apropria do saber da cidade, do seu perto, e do seu longe, do seu presente e do seu passado, assume sua condição de encontro- desencontro com a modernidade.” (MENEZES, 2005, p. 43).

### 3.2 A FEIRA NO BRASIL

A origem das feiras livres no Brasil confunde-se com a própria história da nação. Desde o período Brasil Colônia<sup>20</sup>, as feiras multiplicaram-se, assumindo importante papel não apenas no abastecimento dos primeiros adensamentos humanos, mas como fundamental elemento que estrutura a própria organização social e econômica das populações. Mesmo hoje, em plena sociedade da informação e da economia globalizada, as feiras persistem como um traço sociocultural que identifica regiões e realidades muito distantes. As feiras livres foram trazidas pelos portugueses; os índios desconheciam as trocas comerciais, já que tinham a vida baseada na subsistência. As primeiras feiras no Brasil ocorreram por volta de 1548, quando o rei de Portugal, D. João III, para evitar o êxodo rural na Colônia, instituiu um dia de feira, os colonos pudessem comercializar o excedente e adquirir novas mercadorias (MENEZES, 2005).

---

<sup>20</sup> As feiras livres no Brasil são heranças das tradicionais feiras medievais europeias, trazidas pelos colonizadores portugueses. As primeiras feiras brasileiras foram criadas nos interiores das capitâneas e das províncias e estavam associadas à atividade criadora, onde eram realizados as trocas de gado e burros, animais utilizados como transporte e tração nas principais atividades econômicas no período colonial. Muitas cidades do sertão nordestino nasceram a partir das feiras. Os sertanejos que migraram para as capitais das províncias e dos atuais estados federados levaram consigo a cultura e a tradição desses mercados periódicos (MOTT, 1975).

**Figura 5.** Representação do movimento na feira com o desenho de Percy Lau intitulado *A feira sertaneja*



Fonte: Menezes (2005, p. 10)

Em 1841, no Brasil surgem as primeiras feiras, que atendem a um abastecimento dos produtos regionais, até então feito pelas bancas de pescado, que só vendiam alguns tipos de artigos em certos lugares da cidade e com taxas pagas ao poder municipal. Os primeiros decretos já manifestavam preocupações com a higiene dos feirantes, o respeito ao público, as informações sobre os preços dos produtos e ainda a formação de uma ética profissional (BRASIL, 1982).

Tal costume veio com os portugueses para o Brasil e há registros de feiras desde a época colonial. Havia as populares quitandas ou feiras africanas, que eram mercados em locais preestabelecidos e funcionavam ao ar livre. Vendedoras negras negociavam produtos da lavoura, da pesca e mercadorias feitas em casa. Do mesmo modo, uma grande variedade de produtos que chegavam de navio era comercializada informalmente na Praça XV, no Rio de Janeiro, até que, em 1711, o Marquês do Lavradio, Vice-rei do Brasil, oficializou-as (GUIMARÃES, 2010).

No nordeste do Brasil existem dois tipos de feira: as urbanas, localizadas nas grandes cidades, com características próprias e uma regularidade; e as do interior, localizadas no litoral ou no sertão, onde o agricultor ou o artesão vendem a sua mercadoria esporadicamente, não há uma regularidade (MENEZES, 2005).

O excedente das pequenas fazendas localizadas próximas às áreas urbanas era comercializada nas feiras livres em grande parte do período colonial. Os escravos, que

ficaram conhecidos como *negros de ganho*<sup>21</sup> eram obrigados pelos patrões a venderem produtos na cidade, uma prática comum para a época (Figura 6).

**Figura 6.** Obra Feira livre, de Debret



Fonte: Mercatelli (c2010)

Com o fim da escravidão, as atividades voltam-se com mais intensidade para o meio urbano; assim, as feiras livres fortalecem o comércio devido ao fato de se tornarem os principais abastecedores de gêneros de primeira necessidade nos principais centros do Brasil Colonial. (MENEZES, 2005).

Merecem ainda destaque as populares quitandas, regularmente presentes nas cidades brasileiras desde o início do período colonial. Constituem-se aglomerações de negras ao ar livre, acoradas ou dispendo de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos, para a venda de produtos da pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica (MASCARENHAS, 2005).

De acordo com esse autor, algumas décadas de uma rápida urbanização baseada no período colonial consumaram essas modalidades populares de comércio. O traçado das cidades era irregular, bem próximo da colonização portuguesa; as ruas eram estreitas e com

<sup>21</sup> Menezes (2005, p. 21) em nota de rodapé n°. 13, explica: “Esse tipo de escravidão era tipicamente urbano, os negros vendiam todo tipo de mercadorias, desde frutas, doces até roupas, de manhã bem cedo saiam de suas casas para vender esses produtos em feiras- livres ou circulando pelas cidades. Ao final do dia retornavam então para a casa de seus senhores para prestar contas das mercadorias vendidas, caso o escravo não cumprisse a meta estipulada de vendas era então castigado. Rodrigo Naves. (*Três vezes Debret*, Revista Nossa História, Abril/2004, p. 24).

poucos espaços amplos, o que as tornava congestionadas e bem barulhentas nos pontos comerciais. Com a falta de oferta de empregos para negros e imigrantes, esses impuseram uma nova organização à cidade, como forma de comportamento territorial na luta diária pela sobrevivência. Assim na virada do século, tem-se um laboratório de territorialidades populares, que sofreram um grande choque com a Reforma Passos (MASCARENHAS, 2005).

Na virada do século XIX para o XX, durante a Reforma Passos, idealizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, com fonte de inspiração nos bulevares franceses, foram derrubadas casas, alargadas ruas, e aumentado o valor do solo. Inspirada nessas ideias ocorre na cidade do Rio de Janeiro uma grande transformação do centro da cidade, com o alargamento das ruas, a eliminação dos cortiços e, conseqüentemente, a expulsão da população pobre para a periferia da cidade<sup>22</sup>. Quando a gestão da cidade é assumida por Pereira Passos, ocorre uma brusca mudança na distribuição comercial do pequeno comércio, que até então, era o mesmo do período colonial. O prefeito, como medida para modernizar a cidade, impõe um bota- abaixo, destarte a área central do Rio de Janeiro muda a sua fisionomia, mas principalmente as suas práticas sociais (MASCARENHAS, 2005).

Com a baixa oferta de empregos, nas cidades expandiram-se as feiras livres e os mercados cobertos, houve um aumento nas modalidades do comércio de rua devido à necessidade de sobrevivência. Mas, com a Reforma Passos, os mercados populares desapareceram do centro da cidade, assim como os meios de renda da população pobre e a sociabilidade popular. A partir dessa nova configuração, surgem centros urbanos prósperos nos moldes europeus (MASCARENHAS, 2005).

Apesar dos tempos modernos e dos contratempos causados pelas feiras em grandes cidades, elas não desapareceram. Em muitas localidades no interior do país, elas são os principais e, às vezes, os únicos pontos de comércio da população, ou mesmo onde se realizam trocas. Com o tempo, o número de pessoas envolvidas com esse tipo de comércio aumentou, houve intenção do poder público com o objetivo de disciplinar, fiscalizar e, é claro cobrar impostos (AGAPIO, [201-]).

De acordo com Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 75), “a feira livre constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como

---

<sup>22</sup> Nesse aspecto as feiras passam a ser autorizadas pelo prefeito Pereira Passos aos finais de semana e feriados, e que fossem arranjadas nos moldes europeus, ou seja, organizadas e limpas. Já que eram vistas como forma de comércio desorganizado e sujo (MASCARENHAS, 2005).

serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.”

No Nordeste, as feiras livres se desenvolveram próximas aos lugares com maior intensidade de pessoas; as rodoviárias eram pontos de grande circulação de migrantes que chegavam de caminhões (*paus de arara*), trazendo mercadorias produzidas no interior, mormente para as capitais dos estados (SILVA; HOLANDA, 2009).

As feiras do Nordeste têm grande importância cultural e social, além da econômica. As pequenas cidades do interior são lugares que servem como referência para as relações sociais e culturais, também para as compras.

No sertão nordestino, as feiras apresentam traços de sociabilidade aí consolidados. Para o homem sertanejo, ir à feira é um ritual; onde nela, encontra os vizinhos, os amigos, o feirante, observa preços, comenta sobre o clima, a lavoura, o gado e conta as novidades, ou simplesmente consome produtos. Nos dias de feira, os moradores rurais colocam uma vestimenta melhor; os homens vão ao barbeiro, as mulheres buscam a barraca das ervas. Há uma maior circulação de carros e pessoas (SILVA; HOLANDA, 2009).

Na feira percebemos a pluralidade de sujeitos com hábitos de cidade de interior que vão à feira não apenas para comprar e/ou trocar produtos, mas também aproveitam para encontrar amigos, parentes, fazer novas amizades... lugar tomado para uns como trabalho e para outros como lazer. (FORTE, 2007, p. 14).

Nessas feiras do interior são comercializados produtos manufaturados, tecidos, artesanatos, confecções e, principalmente, gêneros alimentícios como farinha, frutas, verduras, legumes, etc. De acordo com Silva e Holanda (2009, p. 11), os ambulantes circulam por outras feiras de outras cidades, com o auxílio de algumas pessoas, para expor as mercadorias. Muitos desses ambulantes têm grau de parentesco com os feirantes estabelecidos em determinados locais, ou são trabalhadores que o mercado não absorveu e prestam serviços eventuais. As mercadorias são produzidas por eles mesmos ou compram de atacadistas, nas grandes cidades.

Para Vieira (apud SILVA; HOLANDA, 2009), as feiras nordestinas têm uma marca importantíssima, que criam um círculo comercial movimentado, em que as pessoas de baixa renda não precisam se deslocar para outros centros. Assim, M. A. B. Santos (2011, p. 16) concorda que as feiras nordestinas são tradicionais, umas de grandes proporções, e outras com menores dimensões, mas todas tão importantes, cada uma ocupando o seu lugar.

No Nordeste brasileiro os mercados periódicos ou feiras constituem um dos componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa. Apesar da enorme importância das feiras na economia regional, poucos são os estudos sistemáticos sobre a questão. (CORRÊA, 2001, p. 86).

As típicas feiras nordestinas vendem produtos que vão desde gêneros alimentícios até artesanatos. Há a venda de gado paralelamente às feiras tradicionais; foi a partir dessas vendas que surgiram as feiras no Nordeste; o registro mais antigo data de 1732, quando foi realizada uma feira de gado no sítio de Capoame, na Bahia. Através do comércio bovino, as feiras foram se disseminando pelo interior (SANTOS, M. A. B., 2011, p. 17).

Este comércio só se estabeleceu, pois, como a atividade criatória foi a grande responsável pela ocupação do interior nordestino ainda no século XVII, inúmeros núcleos se estabeleceram ao longo dos ‘caminhos de gado’, o que influenciou a formação das praças de mercado e das feiras livres como conhecemos atualmente. (DANTAS, 2008, p. 91).

O declínio das feiras de gado está diretamente relacionado ao comércio de animais do interior, que existe, mas fora das delimitações da feira livre, que, atualmente tem como função básica ser um espaço onde se concentra parte da produção agrícola da região. Durante a sua realização, inúmeros vendedores e até comerciantes se deslocam para a feira, verdadeira praça de mercado cotidiano. No que tange, a sua integração como forma de organização social, as feiras estão relacionadas ao sistema de mercado regional. “Assim, na maioria das vezes, elas deixam de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira.” (DANTAS, 2008, p. 96). Destarte, sua importância vai além do urbano e regional, a feira tem fortes ligações com o processo de comercialização e trocas inter-regionais.

Diferentemente, nas regiões Sul e Sudeste, como exemplos as cidades São Paulo e Rio de Janeiro, há feiras com outras especialidades, que vão desde a venda de objetos antigos até alimentos, artesanatos e hortifrutigranjeiros, frequentadas por pessoas de classes sociais distintas. Geralmente, os indivíduos que frequentam as feiras nas áreas mais nobres das cidades do Sudeste provêm de classes sociais mais elevadas, estão em busca de produtos diferenciados, o que não ocorre com os frequentadores das regiões periféricas, que buscam os melhores preços.

No Rio de Janeiro, a feira livre completa mais de um século de existência; em 1904, surgiu a primeira, mais como forma de “enfeite da modernidade” do que como abastecimento da cidade. Em 1916, a prefeitura da cidade resolve expandir esse tipo de mercado, com a

abertura de estradas que facilitassem o escoamento da produção. Entre as décadas de 1920 e de 1960, ocorre o “boom” das feiras livres no que diz respeito ao varejo na cidade, com os feirantes pagando impostos altos à prefeitura, numa comparação com o mercado fixo. Concomitantemente, aparecerem as práticas sociais que são contrárias à proposta de Pereira Passos. Já nos anos 1960, as feiras livres começam a disputar espaço com os supermercados, não somente como ordem econômica, mas principalmente como ordem social, já que eles são apresentados como o novo, o belo, o conforto, do *American way of life*. Chegou-se a pensar na hipótese de suspensão de todas as feiras livres do Rio de Janeiro. Mas como se trata da sobrevivência de milhares de famílias de baixa renda, a feira livre persiste, resiste ao processo de negação da rua, do espaço público, que marca a urbanização brasileira nas últimas décadas (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 77-78).

Em São Paulo, as feiras livres ocorrem em vários bairros da cidade, com características próprias, desde os aspectos econômicos até os sócio culturais. Na cidade, são novecentas feiras livres semanais, entre terça-feira e domingo. Assim, Sato (2007) afirma que as feiras livres paulistanas geram renda para cerca de quarenta mil pessoas. “O número de comerciantes por feira é variável, mas há feiras que colhem mais de cem unidades produtivas, além dos feirantes ambulantes e muitos trabalhadores que vivem da oferta de pequenos serviços.” (SATO, 2007, p. 95). Desde o processo de urbanização da cidade de São Paulo, que as feiras livres perderam o seu espaço, com a entrada das redes de supermercados.

De acordo com Neumann (2005), as feiras livres em Florianópolis, Santa Catarina, tiveram maior destaque assim que a corte portuguesa instalou no Brasil, quando ocorreram algumas mudanças no quadro econômico e estrutural de todo o país, com a fundação do Banco do Brasil e a abertura dos portos. “A feira livre acaba sendo alvo dessa adequação para o modelo europeu, o qual se tomava como correto. O lixo, a falta de higiene, os bêbados, as brigas de rua e prostitutas que acompanhavam as atividades da feira pioravam a situação. O que se queria era um Mercado Municipal.” (NEUMANN, 2005, p. 7). Naquela cidade sulista, houve muitas discussões relacionadas ao espaço ocupado pela feira, sobre as possibilidades de mudança para outro local, até que a Câmara Municipal opta por destruir as barracas. Houve manifestações contra essa prática, e os mercadores puderam continuar a realizar os seus negócios. Com a chegada de Dom Pedro II à cidade a feira muda de lugar, a contragosto dos comerciantes, mas é acertado que com a partida do imperador, a feira voltaria para o seu local original e encerra-se a polêmica. A feira continua e, em 1851, é inaugurado o primeiro Mercado Público.

Partindo-se do pressuposto de que o Mercado Público surge da necessidade de abastecer os núcleos urbanos, devido ao seu crescimento, atualmente, a principal função é o abastecimento local; é um lugar coberto, o poder municipal tem a função de administrá-lo, concentra grande número de feirantes e funciona diariamente (FILGUEIRAS, 2006).

Os “mercados elementares entre campo e cidade, pelo seu número e incansável repetição, representam a mais volumosa de todas as trocas conhecidas” (BRAUDEL, 1996, p. 16). Por toda a parte, o aumento das trocas levou as cidades a construírem mercados (*halls*), isto é, feiras cobertas, muitas vezes rodeadas pelas feiras ao ar livre. São quase sempre mercados permanentes e especializados (BRAUDEL, 1996).

A origem dos mercados está relacionada ao encontro de fluxos de indivíduos que traziam os seus excedentes para a troca, geralmente distante dos centros em que eram produzidos. Havia uma questão de neutralidade e de segurança no ato da troca, devido ao fato de os espaços serem abertos e públicos. Com o tempo, o mercado assume o conceito de população com poder de compra, deixando de ser um espaço restrito, e torna-se espaço econômico (VARGAS, 2001). Para o autor, os lugares de mercado nascem da necessidade da troca, do encontro e do intercâmbio dos saberes e práticas. O fluxo de pessoas e o excedente da produção formam o mercado. Assim tem-se a negociação de mercadorias de diferentes culturas.

Conforme Servilha e Doula (apud Matos, 2010), nos mercados e nas feiras que as dinâmicas sociais e culturais fluem de forma natural e intensa, devido ao grande fluxo de pessoas e das atividades cotidianas.

No Brasil, desde a fundação das principais e mais antigas cidades brasileiras, o mercado local é introduzido para fornecer produtos destinados aos moradores dos núcleos urbanos e de suas rondozas. Muito parecidos com os mercados medievais, comuns em Portugal, no país, os mercados populares são um fenômeno tardio e urbano e há pouca bibliografia sobre o assunto, uma vez que a maioria dos trabalhos se dedica ao tema das feiras, que diferem dos mercados públicos (FILGUEIRAS, 2006).

Os mercados especializam-se no fornecimento de alimentos – função que constitui preocupação imediata dos governos, dado que o abastecimento da população continuava a ser uma atividade fundamental à preservação dos núcleos urbanos. (FILGUEIRAS, 2006, p. 31).

A institucionalização dos mercados ocorre a partir de um sistema de governo local, para garantir a regularidade do abastecimento da população. O poder público também tinha

que fiscalizar as questões higiênicas dos espaços de mercados, uma vez que as ações contrárias à saúde eram intensamente combatidas no período, em prol de uma cidade moderna. “Os mercados especificamente, em complementação à referência anterior, eram também espaços fortemente estigmatizados, associados à pobreza, à sujeira, à negritude, à escravidão e, assim condenados pelos higienistas” (FILGUEIRAS, 2006, p. 33-34).

Mesmo diante das inovações, do desenvolvimento das cidades e das modernas técnicas de conservação de alimentos, o mercado popular era uma grande referência para o cotidiano da maioria da população, que o frequentava diariamente para suprir as suas necessidades básicas. Atualmente, os mercados populares perderam a sua força como centro econômico, como outrora tivera. Se ainda existem, é porque resistiram a imposições da modernização, assumindo-se como um símbolo da história cultural e econômica das cidades e suas regiões de influência (FILGUEIRAS, 2006).

### 3.3 A FEIRA EM JUIZ DE FORA

Antes de adentrar especificamente o assunto, vale realçar que Juiz de Fora foi uma cidade com destaque para o comércio, desde o século XIX. Mais à frente, a feira livre na cidade será abordada nesta pesquisa.

O setor urbano-industrial da cidade de Juiz de Fora começa a se desenvolver a partir de 1880, período em que a cidade se torna centro industrial do estado, deixando de ser apenas em 1930. A indústria se concentrava massivamente na Zona da Mata – tal como havia ocorrido com o café. Das dezenove indústrias têxteis instaladas no estado de Minas entre 1901 e 1910, doze se localizavam na Zona da Mata, sendo sete, especificamente, em Juiz de Fora; ainda, no censo industrial de 1907, duas das cem maiores firmas manufactureiras do país, em valor de produção, localizavam-se em Juiz de Fora. No período como um todo, de 1889 a 1930, foram abertos aproximadamente 200 estabelecimentos industriais em variados setores, de modo que, em 1920, a cidade participava com cerca de 35,6% da produção industrial de Minas Gerais, liderando o estado no setor (MIRANDA apud BARBOSA, Y. A., 2013).

No século XIX, a construção da Companhia União Indústria alavancou o setor industrial, fábricas de maior porte também se instalaram na cidade e ocorreu o aumento da classe operária. Tal estrada ligando Juiz de Fora a Petrópolis, com 144 quilômetros moderna, “seis metros de largura, calçada nos trechos críticos, excelentes pontes de ferro ou de madeira,

onze estações de mudas [...] era a maior obra de engenharia realizada na América do Sul” (LESSA, 1985).

Assim, Juiz de Fora se transformou num entreposto comercial da Zona da Mata, fato que intensificou o “[...] processo de divisão social do trabalho e de troca de mercadorias, tendo como resultado a diversificação da economia e a inauguração de uma nova fase de crescimento urbano acelerado” (GIROLETTI, 1988, p.101).

Segundo Barros (2008), dez anos após a construção daquela estrada, foi feito um plano de demarcação e nivelamento da cidade, com o calçamento das ruas centrais, o que intensificou o comércio, com a instalação de vendas e armazéns. Em 1870, “[...] a cidade ganhou outras melhorias com a instalação de um telégrafo, da imprensa, de um fórum de justiça, de um banco [...]” (BARROS, 2008, p. 3), dessa forma, a cidade passou a ser o principal centro urbano e comercial da Zona da Mata, despertando o interesse tanto da aristocracia cafeeira quanto dos comerciantes.

Toda essa prosperidade ocorreu porque houve estímulo, capital e investimento, e com o um aumento na circulação comercial da cidade, nesse ambiente favorável, a industrialização avançou, criaram-se várias unidades fabris e houve crescimento global da economia. Muitos imigrantes contribuíram para tal crescimento visto que se ampliou o mercado de trabalho e apareceram novos empreendimentos a partir desse evento. No início do século XX, os principais setores da indústria eram o têxtil e o alimentício. A indústria têxtil era mais desenvolvida que a de alimentos. Juiz de Fora ganha, então, o título de Manchester Mineira.

A Associação Comercial propunha, frente à Câmara, a extinção dos feirantes, por considerá-los inúteis e inconvenientes. Por outro lado, a Federação Operária Mineira, em longo memorial, pedia a continuação delas. Numa decisão do agente executivo, juntamente com a pressão popular, prevaleceram as feiras a partir de 1924, uma vez que elas aglomeravam as pessoas, fomentavam os negócios e atraíam a população circunvizinha, tornando-a tributária da cidade. Porém, para garantir uma maior igualdade perante o comércio estabelecido, foi criada uma taxa para o comerciante eventual, limitado a comercializar apenas produtos alimentícios (OLIVEIRA, 1966, p. 237).

Oficialmente, em 26 de julho de 1924, aconteceu a primeira feira livre da cidade de Juiz de Fora – MG<sup>23</sup>, na Avenida dos Andradas, entre as ruas Silva Jardim e Benjamim Constant. Iniciou-se pela manhã, às sete horas com término às onze. Muito esperada pela população local, à procura de gêneros alimentícios mais baratos. Estiveram presentes

<sup>23</sup> Fonte: Diário da Tarde, 1 de julho de 1975. O motivo da greve não consta nos relatos do jornal.

representantes do governo, Eduardo de Menezes Filho, que era o presidente da Câmara Municipal, e outras autoridades, representantes da imprensa e do comércio locais.

Em Juiz de Fora, as feiras livres surgiram em julho de 1924, devido à falta de produtos na cidade, causada por uma crise que o país enfrentava. Na época, a população buscava alimentos em mercados de emergência montados nas ruas, que acabaram ganhando força e permanecem até os dias atuais (Diário Mercantil, 26 de julho de 1924).

A Figura 7 retrata o movimento de feira livre em Juiz de Fora.

**Figura 7.** Feira Livre



Fonte: Diário da Tarde (1975, p. 12)

As primeiras feiras livres da cidade aconteciam em lugares diversificados, divulgados semanalmente no Diário da Tarde, até que se fixaram na Praça do Riachuelo. Não há relatos históricos que mostrem a época em que ela se mudou para a Avenida Brasil.

Na movimentada feira livre de domingo na cidade de Juiz de Fora – MG há algumas peculiaridades; são duas feiras distintas que ocupam o mesmo endereço: uma informal, que acontece à margem direita do rio Paraibuna, realmente livre, pública, não há qualquer tipo de tributo pago ao Estado, sua formação intensificou-se a partir do final dos anos 1980, atrelada à crise econômica da época e não existem documentos, ou registros catalogados, para que possa ser identificado o período em que de fato se inicia; outra, à margem esquerda do rio Paraibuna, que se configurou como uma feira tradicional de hortifrutigranjeiros desde 1968,

no ano de 1968 a maior feira livre de Juiz de Fora, segundo informações de jornais locais já extintos, como o Diário da Tarde. O então Departamento Autônomo de Turismo (DAT) do município era responsável pela organização da feira e tinha prioridade na exploração das barracas, cobrando aluguel e uma taxa por sua localização. O DAT também era responsável pela montagem das barracas e padronização das lonas. Doze operários eram designados para a função. O feirante paga ainda hoje uma taxa ao poder público municipal. As feiras da margem esquerda e da margem direita são interligadas pela Ponte Leopoldina.

Além da feira livre na Avenida Brasil, em Juiz de Fora, ainda ocorrem mais 16 feiras em bairros da cidade. São duas feiras por dia, de terça- feira a quinta -feira, e no restante da semana, ocorre duas feiras. A feira livre é autorizada pelo Poder Executivo e a taxa de contribuição varia de acordo com o ponto; os pontos mais caros são os da Avenida Brasil e os do bairro São Mateus. Atualmente, paga-se \$ 71,02 anual por barraca, taxa que pode ser parcelada em até seis parcelas, através de documentação de arrecadação municipal (DAM). O então responsável pela coordenação das feiras, Sr. Geraldo Majela, diz que os produtores rurais têm preferência no pedido de instalação da barraca devido ao fato de venderem hortifrutigranjeiros, o principal produto comercializado na feira<sup>24</sup>. Segue o Quadro 2, demonstrativo da localização e horário das feiras livres em Juiz de Fora – MG.

**Quadro 2.** Organograma das feiras livres em Juiz de Fora – MG

DIA	LOCAL/ BAIRRO	FEIRANTES	BARRACAS	ENDEREÇO	HORÁRIO
TER	Mariano Procópio	48	108	Rua Dr. Luiz Andrés	7:00 h às 11:30 h
	Francisco Bernardino	14	134	Rua Felício Domingos Guffo	
QUA	São Mateus	68	157	Rua Coronel Pacheco	7:00 h às 12:00 h
	Vale dos Bandeirantes	18	45	Rua Antônio de Paula Mendes	7:00 h às 11:30 h
QUI	Manoel Honório	106	201	Rua Américo Lobo	7:00 h às 12:00 h
	Monte Castelo	12	23	Rua Branca Mascarenhas	7:00 h às 11:30 h
SEX	Alto dos Passos	41	101	Rua Belmiro Braga	7:00 h às 12:00 h
	Bairro de Lourdes	27	63	Av. Brasil	7:00 h às 11:30 h
	Jóquei Clube II	14	29	Rua Padre Edmundo	

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://www.jfempauta.com/?page\\_id=13852](http://www.jfempauta.com/?page_id=13852)>. Acesso em 24 ago. 2013.

<b>SAB</b>	Santa Luzia	62	141	Rua Três Ilhas	7:00 h às 12:30 h
	São Pedro	11	28	Rua Professor José Ribeiro	
	Benfica	54	131	Rua Evaristo da Veiga	
<b>DOM</b>	São Mateus	12	23	Rua Manoel Bernadino	7:00 h às 12:30 h
	Centro	264	676	Avenida Brasil	

Fonte: Adaptado de Juiz de Fora ([c201-]).

Em algumas visitas realizadas por essa pesquisadora à feira livre, foi possível a constatação de que, no espaço esquerdo, predominam barracas de hortifrutigranjeiros, com a venda regular de verduras e leguminosas. Os feirantes continuam recebendo o ofício de seus pais, o que dá permanência à tradição familiar entre os seus vendedores, que também circulam nas demais feiras da cidade, como a do São Mateus e a do Manoel Honório (BRANDÃO et al., 2008). Em relação à tradição, Berger e Luckmann dizem: “Com o tempo ou a repetição dessas experiências, cria-se a necessidade de que sejam repassadas na forma de informação para as futuras gerações.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.100).

Atualmente, o principal desafio que os feirantes encontram é a respeito da construção da Ponte dos Poderes, uma vez que essa pode vir a atrapalhar as vendas dos feirantes. Um assunto mencionado pelos feirantes diz respeito à possível mudança de local da feira, após as conclusões do novo mergulhão e do viaduto nas ruas Leopoldo Schmidt e Benjamim Costant. “*Dizem que estão querendo nos colocar perto do Clube Tupinambás. Se isso acontecer a feira acaba, e com isso o sustento de centenas de famílias*”, desabafa o feirante Paulo Belarmino (MOREIRA, 2012). A Prefeitura deve terminar alguns estudos sobre a questão da mudança da feira de lugar. De acordo com Marcel Lima, chefe do Departamento de Abastecimento da Prefeitura, demandará tempo verificar a possibilidade de mudança, mas garante que a feira livre não vai acabar.

Por parte do poder público municipal há estudos de projetos de sucesso em outras cidades, onde a feira é realizada em horário alternativo (de 23:00 horas à 01:00 hora). Outro objetivo defendido pelo Vereador Castellar é de garantir o papel cultural e histórico das feiras livres.

## 4 A FEIRA INFORMAL

Esse capítulo tem como objetivo esclarecer como ocorre a organização espacial da feira livre da Avenida Brasil em Juiz de Fora – MG que acontece aos domingos. Baseados em dados empíricos e na fotografia, será relatada toda a dinâmica da feira informal.

A feira ocupa parte da Avenida Brasil. Pode-se dizer que a maioria dos transeuntes transita por essa avenida em busca dos produtos comercializados, e é por ela que também circulam os automóveis. Durante toda a semana, a avenida serve como eixo de ligação da Zona Leste à Oeste da cidade. Destaca-se o rio Paraibuna, que a margeia. A foto abaixo (Figura 8) mostra a Avenida Brasil em dias de semana, em horário de baixo fluxo de automóveis. No dia da feira, uma série de vendedores ambulantes ocupam a avenida e suas calçadas.

**Figura 8.** Avenida Brasil



Fonte: Lilian Cândido, set. 2013.

Durante os domingos não há nenhum tipo de intervenção para que os vendedores possam realizar a montagem da feira; isso ocorre devido à falta de regulamentação pelos órgãos públicos frente ao comércio existente; não há interesse devido à baixa qualidade dos produtos e lucratividade, o que não atrai o interesse do capital para o local. A feira informal é baseada na demanda da população pobre da cidade, composta em grande parte por excluídos, nada atrativa para a entrada de capital.

Na feira informal existem normas e regras informais que são conceituadas entre os vendedores para o seu bom funcionamento. Na noite do sábado que antecede à feira livre, há a presença de alguns vendedores que aí se fixam para a garantia de um bom lugar. O mesmo ocorre com os feirantes que comercializam hortaliças, e frutas. Para a comercialização dos produtos, um indivíduo é *contratado* pelo feirante para demarcar o espaço físico onde serão expostos suas mercadorias. Embora não haja uma demarcação fixa para o comércio, a ocupação da feira na Avenida Brasil é feita de forma bem peculiar (Figuras 9 e 10). “Ao lado da vantagem do preço, o comércio de rua oferece uma maior variedade e diversidade, além do encontro com o inesperado” (VARGAS, 2001, p. 299).

**Figura 9.** Caixas de papelão como forma de delimitar o espaço do vendedor de rua



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 10.** Demarcação da área pelo vendedor de rua



Fonte: Google Earth.

Apesar de a feira informal atrair indivíduos para a compra de mercadorias de baixo custo no mercado, uma vez que a maior parte do que é vendido aí se constitui de material usado, há de alguma forma a questão da alienação do consumo, pois as pessoas que se dispuseram de tais produtos, consumirão outros mais novos e ditos mais modernos (Figura 11).

**Figura 11.** Acessórios para eletrônicos usados



Fonte: Acervo pessoal.

A mercadoria serve como referencial de uso, revestida de ilusões mercadológicas, o que leva o indivíduo a ser um agente regulador das funções sociais, influenciado por essa sociedade. “O modo de fazer, de ser criativo na sociedade capitalista é totalmente direcionado para o fabrico de mercadorias, tudo vira mercadoria.” (MENEZES, 2005, p. 80). O homem torna-se completamente dependente da mercadoria, uma forma de salientar a sua *felicidade*, torna-se assim um indivíduo alienado que é comandado pela ditadura do consumo.

Na manhã, a partir das seis horas, já se nota a presença de alguns indivíduos circulando pelo local; após as dez horas, há um maior fluxo de transeuntes e, por volta das treze horas, os vendedores começam a recolher a mercadoria para o encerramento da feira. Nesse comércio ambulante, nas manhãs de domingo na Avenida Brasil, ocorrem relações de sociabilidade. Na observação de dois comerciantes que organizam os seus produtos, percebe-se que mantêm uma cordialidade entre si, um companheirismo, apesar da concorrência. Nota-se nesse espaço comum que grande parte dos vendedores mantém essa postura, salvo pequenas exceções em que se nota a presença de um pequeno conflito articulado somente por palavras, em forma de cochicho, entre três comerciantes.

É importante ressaltar a questão dos catadores de lixo, que compõem uma boa parte da feira informal da Avenida Brasil em Juiz de Fora. Partindo-se do pressuposto de que o lixo tornou-se mercadoria de baixo valor, ele é vendido para as pessoas nele interessadas, principalmente o lixo de revistas e de livros (Figura 12). “Lixo é basicamente todo e qualquer material descartado, proveniente das atividades humanas.” (GODOY, 2005, p. 90).

**Figura 12.** Livros usados



Fonte: Acervo pessoal

Atualmente, o lixo é utilizado como recurso, matéria reutilizada, especialmente em épocas de crise econômica. O lixo, desde os primórdios da história do Homem, representou um resto de valor de uso, as sobras de um consumo em relação ao tempo. “Ao se transformar em objeto de compra e venda de um mercado regulado, o lixo se torna uma mercadoria. Ele é o produto de comercialização entre catadores, sucateiros e indústria recicladora.” (GODOY, 2005, p. 92).

De acordo com Mészáros (apud GODOY, 2005, p. 101-102), a curta durabilidade dos objetos é “um triunfo da produção generalizada do desperdício”. De acordo com o autor, à medida que novas tecnologias são desenvolvidas, os objetos são trocados por outros mais modernos, uma vez que os bens de consumo e as máquinas usadas na produção também são trocadas.

Em que a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder “*consumir*” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “*bens de consumo duráveis*” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados aos gigantescos “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil. (MÉZÁROS apud GODOY, 2005, p. 101-102).

Para Rodrigues (apud GODOY, 2005), todo processo produtivo gera desperdícios, no entanto só se responsabiliza o gerador do lixo doméstico. Além disso, a produção também participa da geração de lixo ao idealizar bens de consumo *duráveis* para durarem apenas alguns meses.

Pode-se dizer que, com o padrão de consumo do local, os frequentadores e o modo como as mercadorias são expostas, criou-se uma identidade do lugar. Atualmente, uma classe média enxerga nessa feira uma forma de entretenimento nas manhãs de domingo, um programa divertido, onde você pode encontrar objetos inusitados e, em alguns casos, objetos de antiquário. A feira informal tem como expressão da sua identidade exatamente a sua forma organizacional e os seus produtos.

Vale ressaltar que nem sempre o lugar da informalidade é tido como aprazível por toda a população. Esta pesquisadora ouviu de uma colega de turma, quando revelou que estudaria a feira livre informal da Avenida Brasil, o seguinte: “*Nossa! Aquela feira suja, feia, imunda?!...*” Tal opinião expressa claramente o repúdio às mercadorias ditas inutilizadas, ao pobre que ali se encontra, ao modo de exposição dos produtos. A informalidade no local causa algum sentimento de estranheza e a sensação do esteticamente feio; isso se deve à

estética da formalidade: lojas, shoppings centers, supermercados, magazines, onde o glamour das vitrines atrai o consumidor; e tudo o que é contra esse padrão. Não apenas o fetiche da mercadoria, mas também toda a estrutura atraem os consumidores, os ditos espaços luminosos, como aborda M. Santos, enquanto que os espaços opacos são nitidamente abandonados pelo poder público e negligenciados pela população, onde se encontram os pobres.

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. (SANTOS, M., 2006, p. 221).

Os pobres chamam a atenção por serem diferentes. De acordo com a psicofera e tecnosfera, encontram novos usos e funcionalidades para objetos e técnicas, novas práticas e normas na vida afetiva e social. “Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.” (SANTOS, M., 2006, p. 221). Para os pobres, a busca pelo futuro sonhado é uma forma de carência de todos os tipos de consumo: material, imaterial, político, de participação e de cidadania. Esse futuro imaginado condiz com a abundância do outro e, principalmente, com as possibilidades apresentadas pelo mundo e aquelas percebidas no lugar.

A Avenida Brasil foi escolhida como lugar da feira livre de domingo para atender à demanda da região Leste da cidade, onde estão os bairros do Grajaú, Vitorino Braga e o Centro. As margens esquerda e direita do rio Paraibuna apresentam as feiras tradicional e informal, com características próprias de uma classe menos abastada, que usa o espaço público para a sua sobrevivência (Figura 13). De acordo com Vargas (2001, p. 95), “o espaço público é o lugar onde uma pessoa pode estar sozinha sem dar a impressão de ser solitária”.

É importante saber que para ser considerado “espaço público”, o espaço deve, a princípio, ser acessível a todos os moradores e visitantes, ao mesmo tempo em que esses cidadãos e visitantes devem ser capazes de interagir, livremente, na mesma base, independentemente de sua condição social. (GASTELAARS apud VARGAS, 2001, p. 99).

**Figura 13.** Vista aérea da feira livre na Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG



Fonte: Google Earth. Acesso em 30 de janeiro às 17:00.

A Avenida Brasil é palco da movimentada feira informal, com grande fluxo de transeuntes, com tantas pessoas que comercializam produtos, e nenhum tipo de tributo pago ao Estado. O espaço público é utilizado livremente, sem que haja qualquer tipo de coação dos órgãos municipais<sup>25</sup>, a avenida não é fechada e a circulação das pessoas acontece sem impedimentos (Figura 14).

**Figura 14.** Feira Livre



Fonte: Lilian Cândido, jun. 2013.

<sup>25</sup> Em alguns domingos foi notado a presença da Polícia Militar como forma de coagir a venda de produtos piratas.

O ideal de espaço público é reduzir as possibilidades de intimidade e ser o veículo capaz de criar as condições para uma coabitação, um encontro de alteridade diferenciadora. As cidades possuem essa capacidade de encontrar pessoas sem que isso conduza necessariamente à eliminação das barreiras que protegem a intimidade ou a identidade. (GOMES, 2012, p. 28).

Percebe-se um aumento de mercadores na Avenida Brasil, via que corta a cidade de leste a oeste, visto que a cidade de Juiz de Fora tem um elevado índice de indivíduos que trabalham no setor informal, devido à falta de promoção de emprego, assim um dos lugares que abrigam esses trabalhadores é a feira informal da Avenida Brasil o que caracteriza a sua expansão. Há um índice menor de inadimplência nesse comércio, numa comparação com o comércio formal, haja vista que os produtos são pagos com dinheiro

A feira informal que acontece na Avenida Brasil tornou-se um lugar da obsolescência, pois os produtos aí vendidos são frutos da decadência de produtos manufaturados, que ocorre ao longo do processo industrial do país. Com a entrada no comércio de novos produtos manufaturados, há um envelhecimento dos produtos da linha de montagem anterior, o que gera lixo, detritos, já que esses produtos perdem mercado frente às novas demandas. Assim, pode-se dizer que a feira se configura como um lugar de produtos obsoletos, as mercadorias têm um preço extremamente baixo, de classes sociais menos abastadas.

Na feira informal, com sua organização peculiar, os produtos são expostos nas calçadas, em capôs de carros e em barracas de camelôs. Alguns mercadores não necessariamente expõem seus produtos em todos os domingos. Com o passar dos anos, a feira informal na beirada de calçadas, começou a dividir o ponto com os camelôs. O que deu origem a uma nova configuração espacial, que ganhou força devido à ampliação desse mercado; conseqüentemente, mais consumidores foram atraídos para ali.

Essa feira informal passa a ser o encontro de comerciantes que expõem as mercadorias em estruturas móveis, utilizando a Avenida Brasil como via de acesso. Diferentemente do comerciante tradicional, o vendedor de rua não é dono do local que utiliza. Daí a importância dessa feira nos aspectos econômico (troca, venda e compras), político (território, ilegalidade e localização espacial e representação de poder) e cultural (interação entre diversos grupos, estilos e classes).

No ambiente da feira são erguidos espaços de compra, venda e troca, demarcados materialmente pelas barracas, bancas, qualquer objeto delimitador, e pelos próprios indivíduos que frequentam esses espaços. A circulação de carros na Avenida Brasil, à margem direita, não é interrompida durante o funcionamento da feira, e ocorre o encontro de

peças que transitam pelos dois lados. Aliás, quem busca os produtos da margem direita é proveniente, principalmente, da região central da cidade e dos bairros do entorno (Vitorino Braga, Santos Anjos e Grajaú) que primeiramente transitou pela margem esquerda antes de ali chegar. Percebe-se que a localização de ambas as feiras incentiva o processo de compra, venda e troca, especialmente das mercadorias informais, promove a circulação de carros, comerciantes e consumidores. O maior fluxo de carros ocorre por volta das dez horas; os horários de ônibus interestaduais sofrem alteração, devido ao movimento de carros e transeuntes mais lento na Avenida Brasil nesse tempo (Figura 15).

**Figura 15.** Circulação de indivíduos e transportes



Fonte: Lilian Cândido. Novembro/ 2013.

Na feira livre há a venda de produtos hortifrutigranjeiros, os comerciantes pagam uma taxa à Prefeitura de Juiz de Fora, de acordo com o número de barracas cadastradas; e na *feira paralela* são encontradas mercadorias que vão desde produtos deteriorados, peças antigas, roupas usadas e artigos novos, os comerciantes não pagam pelo uso do solo e não há fiscalização coibidora de qualquer órgão municipal (Figura 16). Em algumas manhãs de domingo foi detectada a presença da polícia, devido ao comércio de produtos piratas e às supostas vendas de produtos roubados.

**Figura 16.** Exposição das mercadorias



Fonte: Acervo pessoal

Boa parte dos produtos é exposta nas calçadas da Avenida Brasil. Os transeuntes circulam em meio a mercadorias, conversam, pechincham, buscam produtos já saídos de linha de montagem. Articula-se todo um modo de comercializar muito próprio da feira informal que ali se instala. “Vamos à feira não só para comprar, mas também para passear, jogar conversa fora, se perder na multidão, refazer antigos elos culturais” (MENEZES, 2005, p. 39).

Em média, nesses domingos há a presença de cem expositores em um pequeno trecho da Avenida Brasil<sup>26</sup>. Atualmente, há um novo problema a ser resolvido, e que vem preocupando os vendedores do local. Para que haja maior fluência no trânsito, principalmente nos horários de pico, o poder público municipal está construindo um viaduto e as obras têm prejudicado os ambulantes.

Segundo um legislador, a Prefeitura deveria ter tomado providências para que minimizassem os impactos causados. “Recebi o relato que vários feirantes estão sofrendo com as obras das intervenções viárias. Muitos não conseguem vender as mercadorias devido a grande quantidade de poeira.” Vander Nogueira, um dos trabalhadores afetados pelas obras, que há mais de 15 anos vende artesanato na feira informal, relata que nunca sofrera prejuízos tão grandes como os recentes. “Com o início das obras, algumas das minhas mercadorias têm que ficar guardadas, pois a poeira é intensa e danifica os artesanatos”, afirma (Figura 17).

<sup>26</sup> A feira livre ocupa um quilômetro de extensão.

**Figura 17.** Material de construção da Ponte dos Poderes



Fonte: Acervo pessoal, fev. 2014

Um assunto polêmico que toma conta da feira informal é a venda de materiais roubados; segundo Marcos Antônio Barreto<sup>27</sup>, não há indícios que confirmem essa hipótese. De acordo com ele, o que todos querem é que seja feita a regularização da feira informal, mas, para que isso aconteça, faz-se necessário que a Prefeitura forneça condições dignas de trabalho.

Outra questão relevante é o espaço físico do Terreirão do Samba que, em dias festivos na cidade, é ocupado por apresentações culturais, mas aos domingos serve de abrigo para vendedores de automóveis e para ambulantes que vendem produtos alimentícios e bebidas em geral. A música faz desse local um centro recreativo, que os indivíduos costumam frequentar em busca de diversão; ao mesmo momento, a feira informal funciona paralela à feira de hortifrutigranjeiros. De acordo com Menezes (2005, p. 42), uma feira livre é permeada de signos quase desaparecidos; observam-se objetos da modernidade e, concomitantemente, um encontro com a cidade antiga. “A feira livre se reveste de todas as significações urbanas, se apropria do saber da cidade, do seu perto e do seu longe, do seu presente e do seu passado, expressa suas paisagens, assume sua condição de encontro-desencontro com a modernidade.” (MENEZES, 2005, p. 43).

Geralmente, o transporte das mercadorias é feito pelo próprio vendedor, com o seu carro próprio, salvo os catadores de papel, que transportam as mercadorias em carrinhos adaptados para tal função. Alguns dos ambulantes que têm seu carro próprio chegam à

<sup>27</sup> Presidente da Associação de Feirantes.

Avenida Brasil na madrugada de sábado e dormem dentro do veículo até a montagem dos seus produtos, podem até mesmo utilizá-lo para a exposição de suas mercadorias.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se a presença de uma operação da Polícia Militar, para averiguar a procedência das mercadorias; no domingo, dia dez de novembro de dois mil e treze com o nome de *Operação Tortuga*, foram apreendidos cinco toneladas de materiais, como roupa, calçados e óculos. Os vendedores poderiam recuperar as mercadorias, caso apresentassem nota fiscal das mesmas; receberá auto de infração e de apreensão, e a devolução ocorrerá após o pagamento da multa. Os bens não reclamados seriam considerados abandonados, e a Prefeitura faria a doação às entidades cadastradas na Secretaria de Atividades Urbanas. A operação contou com a presença de mais de duzentos policiais militares e cinquenta fiscais da Secretaria de Atividades Urbanas (SAU).

Para Menezes (2005, p. 42), a feira livre é uma dimensão da cidade moderna que transmite as incertezas do cotidiano e a luta pela sobrevivência, uma vez que ela promove o interesse pela mercadoria. “É detetora de uma estratégia metamorfofísica, condenada a uma demolição diária e perpétua, cria-se e recria-se em outro dia e noutro lugar.” (MENEZES, 2005, p. 42). Octavio Ianni (1996) remete ao uso e ao consumo dos produtos vendidos na feira, que fazem parte do universo do consumo midiático. “Nenhuma mercadoria é inocente. Ela é também signo, símbolo, significado.” (IANNI, 1996, p. 95).

A mercadoria que é exposta e atrai uma gama de pessoas para o seu consumo. Na feira informal há uma série de produtos que vai desde cosméticos, mochilas de lona de caminhão, mudas de plantas, peças automobilísticas usadas, materiais de construção, produtos usados (revistas, jornais, livros, peças de decoração e outros); assim será abordada a questão da mercadoria como processo de consumo, “onde a identidade de quem consome é devorada pela mercadoria a ser consumida, provocando assim uma inversão para se tornar apenas um contemplador.” (MENEZES, 2005, p. 58).

É sabido que na feira informal atrair a atenção para as mercadorias é feito através de uma forma bem popular, uma vez que a classe de baixa renda é que frequenta o lugar. Por ser uma forma de comércio recente, em se comparando com a maioria das feiras livres da cidade e do país, já que ela se forma paralela à tradicional feira de hortifrutigranjeiros, com o aumento de comerciantes ao final dos anos 1980, a identidade dos frequentadores está sendo construída de forma gradual. Na atualidade, já ocorre um aumento no número indivíduos de classe média que vão à feira informal, como forma de entretenimento ou em busca por produtos que não são encontrados no mercado formal, que já saíram de linha. Com a construção da Ponte dos Poderes (Figura 18), obra viária que tem como finalidade melhorar o

fluxo de automóveis que vêm da Zona Leste em direção ao centro urbano, a feira informal foi descolada de lugar, foi empurrada para depois da ponte dos poderes. Partindo do pressuposto de que o grande capital não tem interesse algum na área em que a feira informal se instalou, isso leva a considerar que a utilização dessa via pública, como forma de comercializar os produtos, não corre nenhum alto risco de possível remoção.

**Figura 18.** Ponte dos Poderes



Fonte: Acervo pessoal, fev. 2014.

Com base em algumas conversas informais com os vendedores, foram ouvidas opiniões divergentes, algumas falam que a Prefeitura já alertou sobre uma possível mudança do local da feira, mas há quem diga que isso não ocorreu. O fato é que, com a Ponte dos Poderes, a altura da feira já mudou de lugar, o que de acordo com os vendedores prejudica as vendas, uma vez que, quando as pessoas saem da feira de hortifrutigranjeiros não passam pela feira informal, mas passam por ela, já em direção as suas residências. Certo comerciante tem um comentário bem interessante e peculiar: *“Aqui é sem terra, sem teto... nós não pagamos imposto, fazem com a gente o que querem...”* Além de questionarem a transferência de lugar, alegam que naquela altura da avenida, a mão é única. Nessas conversas, a grande maioria diz que ainda não se adequou a nova localização, mas, com o tempo, tudo se estabelecerá novamente. Sobre o novo posicionamento das barracas, disseram que cada um foi à na procura do seu ponto, no meio de uma grande correria, em busca dos melhores lugares. É nítido que o

fluxo de pessoas diminuiu, devido à distância da Ponte Leopoldina, que interligava os dois tipos de comércio. A feira informal começa nas proximidades do Terreirão do Samba e chega até à Praça da Estação. Alguns pouquíssimos mercadores continuam a vender os seus produtos no local em que a feira se situava; alegam acreditar que ali as vendas continuarão melhores (Figura 19).

**Figura 19.** Comerciantes não deslocados



Fonte: Acervo pessoal, fev. 2014.

Passado todo esse processo de transferência, a feira informal volta novamente para o seu lugar de origem. Há uma facilidade em manipular os trabalhadores daquele lugar, uma vez que eles não pagam tributo aos órgãos públicos, podendo ser remanejado a qualquer momento. De acordo com algumas autoridades locais, fomenta-se a possibilidade de alojá-los no espaço do Terreirão do Samba, mas acredita-se que não haverá espaço físico para todos os mercadores.

## 5 INFORMALIDADE COMO LUGAR

Neste capítulo, o propósito é compreender a feira informal como fruto do encontro da informalidade como lugar. Para isso, será feita uma análise da formação do setor terciário da economia em diálogo com o conceito de lugar. É importante alinhar a geografia humanística, com a antropologia e a economia, para que, sob esse ponto de vista, seja feita uma análise do comércio popular ali estabelecido.

No capítulo anterior, estudou-se o funcionamento da feira informal e, a partir dessa premissa, é necessário tratar com clareza a questão da informalidade naquele lugar e de como as relações sociais se estreitam, para concluir-se sobre o processo comercial que ali se instalou. Para tal estudo é necessário que se estabeleçam ligações entre a identidade, o lugar e suas relações no campo econômico. Cabe ressaltar que a geografia humanística trabalha com a questão da identidade associada ao lugar; ambos se complementam “porque participam inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.” (LE BOSSÉ, 2004, p. 166). Assim, as identidades que estão *em formação*<sup>28</sup> na feira informal estão atreladas à informalidade.

Sob a ótica da informalidade como lugar, é preciso esclarecer a questão dos espaços de desigualdade, intensificados pelo neoliberalismo. Diante dessa visão, a feira informal se manifesta. Para L. Barbosa (2004), ao se falar em desigualdade, deve-se estar ciente de ser essa questão do conflito, da contradição e da subalternização social e que “o lugar é algo específico, concreto, conhecido, familiar. Portanto, o lugar é expressão de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formam e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas” (HALL apud BARBOSA, L., 2004, p. 20). Com tal analogia, o lugar não é algo seguro para a vida, porque remonta questões de movimento e contradição. Para o mesmo autor, aborda que no lugar tudo é passageiro, mutável e desigual, uma vez que as forças hegemônicas do modo de produção dominante impõem as condições desse; ainda assim, entender o lugar como construção da experiência social é abrigo de lógicas dicotômicas e conflituosas.

A feira informal é um exemplo bem característico dessa expressão do lugar, uma vez que a informalidade é o expoente da geração de ambulantes, que vendem, em sua grande

---

<sup>28</sup> Dissemos *em formação*, devido à circunstância temporal da existência da feira informal, uma vez que essa é relativamente nova em relação à feira de hortifrutigranjeiros.

maioria, produtos usados; com o passar dos anos, os catadores de lixo vieram a utilizar a via para comercializar refugos, o que mostra a questão social de um consumo desenfreado, descartável e exagerado que é apropriado pelos mercadores para sobreviver como pobres; está-se diante de uma cultura do consumo<sup>29</sup>.

Sabe-se que, no modo de produção capitalista, o detrimento do Ter em relação ao Ser é muito grande. Assim, a maioria dos indivíduos está sempre preocupada em adquirir produtos novos e mais modernos, e tal processo encurta a vida útil desses, que se tornam quase que descartáveis, num ciclo vicioso que gera uma série de conflitos sociais, ambientais, e culturais.

Para Carlos (2007), é preciso também pensar que negócios inteiros se baseiam na forma improvisada com a qual a rua é apropriada, marcando as condições que permeiam o cotidiano e a produção do espaço: alguns montam barracas vendem um pouco de tudo; também improvisadas, as barracas e carrinhos tomam as ruas e esquinas. Assim, Carlos diz:

Evidentemente esse fenômeno, a nosso, ver diz respeito a um movimento específico do processo de reprodução espacial, no momento em que o processo de acumulação, para continuar se realizando, exige a existência de outros ramos da atividade produtivas, capazes de produzir para além de objetos, novas relações, comportamentos, valores, e um novo espaço assentado em novas estratégias. (CARLOS, 2007, p. 61).

No lugar da feira informal, as identidades são representadas pela população pobre, em busca de produtos usados para a sua reutilização, já que as novas técnicas produzem linhas mais evolutivas em seu processo industrial. Para Carlos (2007, p. 67), a identidade, no que tange ao espaço vivido, relaciona-se ao conhecido-reconhecido. Os lugares habitados são conectados pelas formas de apropriação do espaço, ao sentimento de pertencer, o que revela a natureza social da identidade.

A rua é também um sistema de signos e de linguagem, orientando os deslocamentos e os fluxos, sinalizando possibilidades, restringindo alguns usos e sugerindo outros, ou seja, é um universo de disposições espaciais de coisas e comportamentos (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012). Os signos que aparecem no local, assim como a linguagem utilizada, são bem diferentes das feiras tradicionais do Nordeste e do Sudeste do país, como a questão dos gritos e ruídos, que não aparecem na feira informal da Avenida Brasil. No local, os signos são representados pelos objetos usados nas calçadas e os movimentos dos transeuntes pela rua.

<sup>29</sup> De acordo com Taschner (2009, p. 50) “a cultura do consumo abrange um conjunto de imagens, símbolos, valores e atitudes que se desenvolveram com a Modernidade, tornaram-se positivamente associados ao consumo de mercadorias e passaram a orientar pensamentos, sentimentos e o comportamento de segmentos crescentes da população do assim chamado mundo ocidental.”

Sob esse aspecto, a Avenida Brasil, que dá nome à feira informal, é o local onde os fluxos interagem sistematicamente, uma vez que a rua não é fechada para que ocorram as transações comerciais; é ali na rua que as relações socioespaciais ocorrem em diversificados movimentos dominicais.

A feira informal resiste ao processo de negação da rua, do acesso ao espaço público, uma marca da urbanização brasileira. É na feira que se encontra uma forma de sobrevivência das famílias de baixa renda, ou uma nova alternativa para a aquisição de produtos. “Trata-se de preservar a rua como lugar de encontro. De preservar uma tradição popular urbana. Uma questão de cidadania.” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 79). Sob essa ótica é que se constrói a feira informal na cidade de Juiz de Fora, para atender à demanda de classes menos favorecidas, uma vez que essa população não consegue se inserir aos outros setores da economia. A partir dessa demanda de pessoas e produtos, a feira torna-se tradicional na cidade, um lugar que atrai as pessoas, pela peculiaridade dos produtos ali vendidos. Apesar da livre circulação de veículos, a rua torna-se palco do encontro.

Desse modo, o lugar comporta elementos de afetividades, subjetividades, identidades, pertencimentos, dentre outros. O local é embutido de valor, devido às tais transações. Assim expressa Tuan (1983, p. 6): o “que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Pode-se dizer que os lugares exprimem segurança, representam os centros aos quais são atribuídos valores (TUAN, 1983). Segundo autor, é no lugar que são identificadas as suas particularidades, numa escala mais subjetiva do espaço, mas não se pode esquecer de que os lugares recebem influências de outros espaços. Os lugares se definem pela sua capacidade técnica, informacional e comunicacional, cuja união os caracteriza e os diferencia. Essas qualidades se conectam, mas não se confundem; “o lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, M., 2008, p. 158).

Pode-se dizer que a feira informal que acontece na Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG é um lugar do inusitado, onde se busca por objetos deteriorados gerados pela intensa industrialização de produtos manufaturados, aí revendidos para uma maioria pobre da cidade. O modo como se configura a feira livre à margem direita do rio Paraibuna traz uma identidade ao lugar, já que esse tipo de comércio não é encontrado em nenhuma vertente da Zona da Mata mineira. Há indivíduos que frequentam o local com olhar surpreendido em ver objetos antigos sem nenhuma função para a classe média local. Em algumas conversas com transeuntes no local, o que mais se ouve: “*é a feira que tem de tudo... tudo que você precisa*”

*você acha aqui*”. Para a população da classe média da cidade, é um lugar engraçado e divertido, enquanto que, para os pobres, é o lugar da sobrevivência, da rentabilidade.

O lugar é um recorte do espaço que apresenta identidades múltiplas, onde ocorrem conflitos; em outras palavras, é no lugar que as relações ocorrem. Na feira informal, há uma diversidade de identidades, que vão de catadores de papéis, aposentados, jovens ambulantes, até senhoras que comercializam café e biscoito para os vendedores de rua (MASSEY, 2000).

Lugares não possuem uma única identidade, eles estão cheios de conflitos internos. A especificidade de um lugar deriva do fato de que cada lugar é o foco de uma mistura distinta de relações sociais externas e locais. Essa mistura num lugar produz efeitos que não ocorreriam de outra forma. Todas essas relações se interagem com a ajuda da história acumulada do lugar, produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de elos e vínculos locais e com o mundo exterior. (MASSEY, 2000, p. 183).

Em um dos depoimentos, o vendedor de rua fala: “a feira distrai a gente, você vê tanta coisa, você acaba fazendo uma higiene mental... dizer que você vai comer da feira não dá não... tomar uma cerveja, comprar um leite, um pão... a feira é boa. E mais no domingo você ficar em casa é chato... você faz um dinheirinho fatura... é bom.” O lugar é o recorte afetivo do espaço, classificado de acordo com a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos (TUAN, 1983).

Os vendedores retiram da feira livre uma renda para incrementar o orçamento familiar, uma vez que, não possuem outro tipo de emprego, salvo algumas exceções entre os já aposentados.

O lugar tem significados devido as suas relações de coexistência; sua realidade é compartilhada por pessoas que se movem individual ou coletivamente. Encontram significados para o seu *estar no mundo* devido a laços com outras pessoas. Muitos dos vendedores no local assemelham-se a essa prática principalmente na madrugada de sábado que antecede a feira. Com muita alegria e interação buscam no outro e na feira a sua maneira de viver, como opção de trabalho, lazer e de ser inserido no mundo (MOTTA, 2003).

A feira informal torna-se o lugar do encontro. Boa parte da população local busca naquele lugar um atrativo nas manhãs de domingo; podem nem ir até lá para comercializar, mas vão para passear, para observar os artefatos usados, encontrar com pessoas para um bate-papo e alimentar, onde há a gastronomia típica da feira, como o pastel e o caldo de cana. Pode-se dizer que, para algumas pessoas, as manhãs de domingo na Avenida Brasil são um atrativo cultural, uma vez que a fama da feira livre espalhou-se por alguns segmentos da cidade e que vão ao local por curiosidade.

Assim, “espaço vivido, percebido, imaginado e concebido são expressões de diferentes modos de pensar e, portanto, viver, perceber, imaginar, conceber os diversos territórios que fazem parte da vida cotidiana” (KATUTA, 2001, p. 10).

Enquanto alguns transeuntes vão ali para diversão, outros comercializam produtos a preços baixíssimos, compatíveis com a renda da maioria dos consumidores. Em um único lugar, motivos díspares fazem da Avenida Brasil, nas manhãs de domingo, um lugar movimentado, com um público mais acentuado por volta das dez horas.

A feira é um lugar em que transitam pobres, jovens e mendigos (Figura 20). “Ela é composta de uma caoticidade de traços, cores, sons, sotaques, roupas, cheiros, volumes, movimentos, enfim uma representação fiel dos signos da cidade antiga e moderna, todos dispostos em seu território articulado” (MENEZES, 2005, p. 41).

**Figura 20.** Movimento de indivíduos na feira informal



Fonte: Acervo pessoal, mar. 2014.

Quando se fala em identidade, deve-se lembrar de algo que remete a uma identificação com alguma coisa ou algum lugar. Diante do comércio que acontece aos domingos na feira informal da Avenida Brasil, as ideias de Le Bossé (2004) vêm ao encontro da abordagem desta pesquisa: a identidade se faz presente em estratégias complexas e paradoxiais, isto é, vai desde as identidades sociais até os direitos étnicos, religiosos e socioeconômicos. O mesmo autor ainda se refere à questão da singularidade, ou seja, qualquer coisa ou qualquer um através de sentimento de pertencimento comum.

De uma forma mais descritiva, toda identidade se define por um conteúdo compreendido em termos de caracteres referenciais, percebidos a partir de perspectivas diferentes, e que podem incluir igualmente aspectos de ordem física ou psíquica, material ou intelectual. (LE BOSSÉ, 2004, p. 165).

Na obra *Espaço Terciário*, a autora Heliana Comin Vargas deixa claro que, por força da economia global, houve uma valorização dos produtos manufaturados em relação à matéria prima, queda do emprego industrial, e intensificação do fluxo de capitais. Houve uma grande mudança na estrutura do setor de serviços, levando-se em consideração as suas características, estrutura e domínio. A partir dessa tendência, houve uma nova divisão internacional do trabalho, sendo os países centrais detentores das sedes das empresas e das pesquisas em desenvolvimento, “realocando as funções de menor nível hierárquico e beneficiando-se do baixo custo de uma mão-de-obra disciplinada nos países periféricos” (VARGAS, 2001, p. 51). Logo, ocorreu um direcionamento do emprego industrial para os países periféricos e uma mudança na geografia de produção. De acordo com a autora, houve uma distribuição de emprego entre os três setores da economia, com o terciário atingindo oitenta por cento do total de empregos. Existem seis razões principais para o crescimento nesse setor:

- Aumento da demanda dos serviços de consumidores finais;
- Aumento na demanda por intermediários ou por serviços;
- Taxa mais baixa do aumento da produtividade do trabalho no setor de serviços;
- Subcontratação de serviços ou terceirização em áreas como contabilidade, limpeza, segurança, antes concluídos no âmbito das empresas industriais;
- Aumento da internacionalização dos serviços;
- Aparecimento de novas atividades. (HEAALLEY apud VARGAS, 2001, p. 51).

Segundo Vargas (2001, p. 50), o setor terciário “pode ser definido como aquele que incorpora atividades que não produzem nem modificam objetos físicos (produtos e mercadorias) e que terminam no momento em que são realizadas.” Segundo a autora, ocorre uma divisão quanto à estrutura da atividade terciária, em três níveis: o comando; o de serviços ao consumidor; e o de serviços ao produtor. No nível de comando estão as atividades relacionadas à direção das empresas. “Nesse nível de comando é também desenvolvida toda a negociação necessária com o setor privado e governamental nacional ou internacional.” (VARGAS, 2001, p. 53). No nível de serviços ao consumidor, no que tange ao setor varejista tendem a se localizar de acordo com a distribuição da população. E no que se refere aos serviços de produtores e distribuidores, “os estabelecimentos tendem a estar espacialmente

mais concentrados, podendo ser mais descentralizados em relação aos mercados, buscando boa acessibilidade de transporte e infra-estrutura de comunicação” (VARGAS, 2001, p. 53).

Para a autora, a localização de um empreendimento<sup>30</sup> é importante devido à três teorias locacionais: a neoclássica, a behaviorista e a estruturalista.

A neoclássica foi utilizada principalmente por geógrafos e economistas. Essa teoria baseia-se em trabalhos dedutivos e não em observações da realidade. Utilizam-se procedimentos matemáticos e estatísticos para a procura de uma boa localização e padrões de uso do solo, para que os lucros sejam maximizados ou os custos minimizados. Fica claro que, com essa teoria, o objetivo é maximizar os lucros. “Embora as limitações dos modelos neoclássicos sejam, agora, amplamente reconhecidas, eles retêm a capacidade para resolver alguns problemas práticos, nos quais o objetivo é localizar uma única unidade de produção no ponto de mínimo custo de operação, por exemplo” (VARGAS, 2001, p. 54). Trata-se de um conceito limitado pela dificuldade em se explicar como o local pode vir a ser aceitável no que tange à lucratividade. “Resumidamente, a decisão da localização e uso, de acordo com a visão neoclássica (e suas extensões), é uma resposta à procura de lucros” (VARGAS, 2001, p. 55.).

Na teoria behaviorista, o indivíduo é o principal motivo dos fatos econômicos. Essa teoria assume que os negócios podem tentar satisfazer vários objetivos além de lucros, como segurança, crescimento, minimização de riscos, autopreservação satisfação pessoal. Ela parte do princípio de que a escolha da localização nunca se apoia numa informação perfeita e completa dos dados necessários, nem na suficiente habilidade que os manipula. (VARGAS, 2001, p. 55).

De acordo com a autora, “estabilidade, segurança, orgulho da propriedade e independência são, frequentemente, consideradas pelos tomadores de decisão como algo acima da maximização dos lucros” (VARGAS, 2001, p. 56).

Na estruturalista, as classes sociais e a cultura assumem os seus valores e ideias, determinantes do comportamento. Adota-se uma visão mais holística e coloca-se o comportamento interligado com o processo social, político e econômico. As partes fazem conexão com o todo. Essa teoria diz que “o espaço é o que uma economia faz dele e o território econômico é o produto de toda uma estrutura do sistema econômico no qual os indivíduos operam” (VARGAS, 2001, p. 57). Para os estruturalistas, a procura do lucro é uma condição central, porém não buscam idealizar o futuro baseado em suposições.

É relevante que se possa entender a feira e sua localização como um processo do setor terciário, mas que, através do uso e ocupação, a Avenida Brasil traz consigo a questão

---

<sup>30</sup> É preciso deixar claro que não se trata de um empreendimento. A abordagem serve apenas para elucidar a questão das teorias locacionais.

da localidade com viés na teoria estruturalista, uma visão mais holística, em que o comportamento faz parte de todo um processo social, político e econômico. As classes sociais e a cultura são fatores determinantes do comportamento; e as partes não podem ser consideradas independentes do todo.

De acordo com Vargas (2001), o comércio informal, ou seja, o comércio de rua assume formatos diferentes, desde os mercados temporários até as feiras, “que são considerados, muitas vezes, anacrônicos, desinteressantes ou até mesmo perigosos.” (VARGAS, 2001, p. 303).

As mercadorias vendidas não têm garantia, as condições de higiene não são boas e ocorre a apropriação inadequada dos espaços públicos; eis alguns dos problemas que devem ser considerados. Há um mercado específico para essa categoria; atrai consumidores que vão em busca do inesperado. “Podem encontrar mercadorias com as quais jamais sonharam.” (VARGAS, 2001).

Vale ressaltar a imagem que a feira informal imprime na cidade, na população e, principalmente, nos frequentadores. Sobre esse aspecto, os significados são criados por variados grupos sociais, e que constituem traços do ser humano (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012). A geografia cultural pós anos 1970 aprofunda seus estudos sobre as formas simbólicas espaciais, que “estão diretamente vinculadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários, que são os atributos primários da espacialidade.” (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 45). O mesmo autor propõe que, a partir dos significados criados, surgem as formas simbólicas, materiais e não materiais, conectadas pela linguagem. Tais significados são o ponto culminante da geografia cultural, essa que constitui as “construções intelectuais que visam a dar sentido àsdiversas esferas da vida” (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 134).

Compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade, além do conhecimento de sua organização, constituição e estrutura [...] os significados são considerados instáveis, caracterizados pela polivocalidade, isto é, para cada grupo pode haver significados distintos para os mesmos processos e fenômenos. (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 134).

Quando um indivíduo menciona a vontade de ir à feira informal na Avenida Brasil, é certo que se cria uma série de significados e símbolos na sua memória; há uma relação com o sentido simbólico do lugar, que pode ser construído por seus moradores, por um grupo externo ao lugar, pela população em geral ou apenas por parte dela (CORRÊA; CASTRO;

GOMES, 2012). A importância simbólica de um lugar está totalmente dissociada da questão econômica e demográfica; “a força simbólica de um lugar tem sua lógica derivada dos significados socialmente construídos e integrados à vida do grupo social que os constitui” (CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 47).

Quando a campo em busca de material historiográfico, esta pesquisadora observou muitos indivíduos demonstrando que aprenderam a ir à feira informal com os pais, que ainda praticam essa atividade. Nas conversas com os vendedores de rua, ouviu de alguns que seus pais já comercializavam produtos naquele lugar. A partir disso, percebe-se o valor simbólico que a feira na Avenida Brasil tem para a cidade de Juiz de Fora. Assim,

Os lugares e itinerários simbólicos podem ser descobertos em diferentes contextos culturais, envolvendo espaço, tempo e padrões de significados além de, simultaneamente, distintas escalas espaciais. Contexto e escala espacial são ingredientes efetivos da espacialidade da cultura, possibilitando descrevê-la, diferenciá-la das outras e interpretar o sentido que seus membros atribuem a si mesmos e as outros. (GEERTZ apud CORRÊA; CASTRO; GOMES, 2012, p. 48).

É importante ressaltar que as conversas e observações em campo ocorreram de forma impessoal, informal, para as descrições da realidade do lugar. Os vendedores informais criam laços de amizade com outros vendedores, sem acentuar a questão da concorrência. Ouvem-se piadas e brincadeiras em torno dos respectivos times de futebol e de outros assuntos. A feira torna-se um lugar da diversão e do lazer para os que aí trabalham

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira informal das manhãs de domingo na Avenida Brasil em Juiz de Fora - MG evidencia um perfil econômico que se desenvolveu no país a partir da década de 1980, quando o país passou por um forte processo de recessão. Destarte, muitos trabalhadores, encontraram a sua chance de sobreviver através do trabalho informal; então, a configuração da feira começou a tomar a sua dimensão espacial. O comércio popular que se instalou na Avenida Brasil tem um caráter distinto, pode-se dizer que nela há um encontro entre a informalidade, a exclusão e a pobreza.

Com a chegada da pós- modernidade, os produtos tendem à diminuição de sua vida útil; a produção de novas mercadorias se dá num processo rápido. Esses produtos em estado de obsolescência geralmente são descartados pelos indivíduos e comercializados pelos mercadores na Avenida Brasil, devido ao consumo exorbitante das classes mais abastadas da sociedade. Diante desse cenário, a população de baixa renda se instala na Avenida Brasil para as suas vendas e compras. Pensar a feira informal como uma expressão do lugar é encontrar aí suporte para as questões de identidade, de vínculo afetivo, do cotidiano das pessoas e da cultura em formação nesse ambiente, visto que essas construções estão em desenvolvimento, devido ao curto prazo de sua existência.

É preciso mais tempo para o aprofundamento de estudos geográficos no local, que se modifica no decorrer do tempo. O lugar é mutável, e as relações ali construídas se alteram de acordo com a realidade econômica e os processos produtivos de trabalho. Dessa forma, este estudo da feira informal é de grande valia para se atinar sobre tais questões. Na cidade de Juiz de Fora, a oferta de emprego ainda é muito pequena, não absorve toda a mão de obra que chega ao meio urbano, assim há altas taxas de informalidade na cidade se compararmos com outras regiões mineiras. Não raro, buscam-se num centro maior as melhores oportunidades de trabalho e Juiz de Fora é a cidade pólo das demais cidades da Zona da Mata mineira como: Leopoldina, Muriaé, Santos Dumont, Matias Barbosa, Rio Novo, Coronel Pacheco, Cataguases, Ubá, entre outras.

## REFERÊNCIAS

- AGAPIO, R. **Feiras Livres**. [201-]. Disponível em: <<http://www.robertoagapio.fot.br/texto01.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2013 às 19:00.
- ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)– Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.
- ANNA JAILMA, A. **Foto - Arte de Aracy**. 2010. 1 figura color. Disponível em: <<http://aflordaterra.blogspot.com.br/2010/03/artistas-fazem-da-feira-livre-um-palco.html>>. Acesso em: 31 jul.2013.
- ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.
- ARAÚJO, G. A. F.; DORONIN, J. A. F. O Fenômeno da Globalização em um estudo comparativo: Luso-Afro-Brasileiro das feiras e mercados. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 10., 2009. **Anais...** Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009. p. 58-60.
- BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 6, p. 75-111, jun. 1996.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARBOSA, Y. A. **O processo urbano de Juiz de Fora – MG**: aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial. 2013. 135f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)– Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BARROS, C. S. Etnia e proto-industrialização: história e historiografia da participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora – 1856/1887. **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-14, 2008.
- BATISTA, W. B.; PÉRET, T. C. As feiras do século XIX e a digressão da cultura de projetos. In: SIMPÓSIO PROCESSO CIVILIZADOR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, 8., 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004. p. 1-7.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BRANDÃO, E. M. et al. Aspectos do trabalho na principal feira livre de Juiz de Fora-MG. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 60., 2008. **Resumos de comunicações livres**. Campinas: SBPC, 2008. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/60ra/resumos.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios. **O que é preciso saber sobre mercados e feiras livres**. Rio de Janeiro: SAREM/SEPLAN, 1982.

BRASIL. Fatos e Dados. **Desemprego – Taxa média anual - Evolução: 1986 – 2010 – Brasil**. 2010. 1 figura, color. Disponível em: <<http://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Os jogos das trocas, v. 2).

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 31-59, nov. 2001.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações da teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim campineiro de geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-67, ago. 2013.

CAVALCANTI, C. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife**. 2. ed. Recife: Massangana, 1983. 160p.

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

CLEPS, G. D. G. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade e natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 30, p.117-132, jun. 2004.

COMÉRCIO na Idade Média. In: INFOPÉDIA. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$comercio-na-idade-media](http://www.infopedia.pt/$comercio-na-idade-media)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. César da Costa. **Olhares geográficos: modos e ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COSTA, C. L. **Cultura religiosa e comércio na cidade:** a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás. 2010. 227f. Tese (Doutorado em Geografia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANTAS, G. P. G. Feiras no nordeste. **Mercator - revista de geografia da UFC**, Fortaleza, ano 7, n. 13, p. 87-101, 2008. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/11/7>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

DINIZ, L. S. **As bodegas da cidade de Campina Grande:** dinâmicas socioespaciais do comércio em Campina Grande. 2. ed. Campina Grande: Abeu, 2011.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3.ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FILGUEIRAS, B. S. C. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade:** o mercado central de Belo Horizonte. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FORTE, F. T. T. **A feira livre em Irauçuba e o projeto de revitalização de 2005.** 2005. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)– Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2007.

GIROLETTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GODOY, T. M. P. **O espaço da produção solidária dos catadores de materiais recicláveis:** usos e contradições. 2005. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2005.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Olhares geográficos:** modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-42.

GUIMARÃES, C. A. **A feira livre na celebração da cultura popular.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Cultural e Organização de Eventos)– Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (Banco de dados da pesquisa acadêmica produzida no Celacc). Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/140/174>>. Acesso em: 15 maio 2012.

HALLAK NETO, J.; NAMIR, K.; KOZOVITS, L. Setor de produção e tipo de emprego no Brasil sob a ótica do sistema de contas nacionais – 2000/2007. In: MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise. Brasília: IPEA/Ministério do Trabalho, 2011. p. 19-27. (ano 16).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Versão eletrônica, 282p). Disponível em: <<http://portal.faculdadedeilheus.com.br/Documentos/EDIVALDO%20DOS%20SANTOS%20OLIVEIRA/PSIC%20NOT%20SOCIOLOGIA%20T15%202012.2/Leo%20Huberman%20-%20Historia%20da%20Riqueza%20Do%20Homem.pdf>>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2012.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, ano 17, n. 52, ago. 2012.

JAKOBSEN, K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: \_\_\_\_\_. et al. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/ Fundação Perseu Abramo 2001. p. 13-18.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. Secretaria de Agropecuária e Abastecimento. **Feiras livres**. [c201-]. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/saa/feiras\\_livres.php](http://www.pjf.mg.gov.br/saa/feiras_livres.php)>. Acesso em: 27 set. 2012.

KATUTA, A. M. Representação do espaço vivido, percebido, imaginário e concebido. **Boletim de geografia**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 173-245, 2001.

LACERDA, S. P. **Entre tabuleiros, barracas e megafones: mega feira do jardim colonial de São José dos Campos, um retrato da informalidade urbana**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)– Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.

LACERDA, S. P.; NEDER, M. A. V. O surgimento do comércio medieval. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 7., 2007. **Anais...** São José dos Campos: UNIVAP, 2007. 4 p.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 157-179.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998.

LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF, 1985.

MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, K. A. (Org.) et al. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: CUT/ Fundação Perseu Abramo 2001.p. 24-39.

MASCARENHAS, G. **Ordenando o espaço público**: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta nova**, Barcelona, v. 9, n. 194(62), 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-62.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, C. S. M. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72-87, ago. 2008.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A.(Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 176-185.

MATOS, B. E. S. **O centro da periferia**: um recorte espacial da feira livre do Pedregal. 2010. 42f. Monografia (Licenciatura em Geografia)– Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MELO, H. P.; TELES, L. J. **Serviços e informalidades**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para discussão n. 773).

MENEZES, V. P. L. **As feiras livres em Fortaleza**: retrato da polissemia urbana. 2005. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MERCATELLI, R. **Obra Feira livre, de Jean Baptiste Debret – 1768-1848**. c2010. 1 figura color. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/52/artigo263373-1.asp>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

MOREIRA, A. **Intervenções viárias desagradam os ambulantes da feira da Avenida Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.acesa.com/cidade/arquivo/noticias/2012/08/28-obras-desagradam-os-ambulantes-da-feira-da-avenida-brasil>>. Acesso em: 29 set. 2013.

MOTT, L. R. B. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. 1975. 100f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Federal de Campinas, Campinas, 1975.

MOTTA, M. F. **Espaço vivido/espço pensado**: o lugar e o caminho. 2003. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MUSEU MINEIRO. **A feira livre da Avenida Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://feiralivrejuizdefora.blogspot.com.br/>> Acesso em: 25 maio 2013.

NERI, M.; CAMARGO, M. J.; REIS, C.M. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para discussão n. 743).

NEUMANN, K. **Feira livre: Largo da Alfândega – Florianópolis**. 2005. 27f. Monografia (Discipliana de Urbanismo 1)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NOCELLI, G. Trabalho informal cresce na região. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 17 mar. 2013. Caderno de Economia. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/economia/trabalho-informal-cresce-na-regi-o-1.1246030> Acesso em: 18 set. 2013.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: as percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2003.

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PIRENNE, H. **A história econômica e social da Idade Média**. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

POCHMANN, M. O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo. In: POUCHMANN, M. et al. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/ Fundação Perseu Abramo 2001. p.18-23.

\_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PROFESSOR SAMUKA. **Pintura que retrata uma feira comercial medieval**. 2010. 1 figura color. Disponível em: [http://professorsamuka.blogspot.com.br/2010\\_05\\_01\\_archive.html](http://professorsamuka.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html). Acesso em: 30 abr. 2012.

QUEIROZ, T. A. N. O complexo circuito de feiras livres em Natal-RN. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 19., 2011. **Anais eletrônicos...** Natal: CCHLA/UFRN, 2011. 8 p. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT33/Artigo%20SH%202011.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

SALINAS, S. S. **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Atual, 1998.

SANTOS, E. B. **Os pequenos centros comerciais e a (re) organização do espaço urbano: o caso do bairro Manaíra, em João Pessoa-PB**. 2002. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SANTOS, J. E. **Feira livre e circuitos da economia urbana: um estudo da Feira da Pedra, em São Bento (PB)**. 2012. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.

SANTOS, M. A. B. **A feira livre do município de Itapororoca-PB: um perfil, por seus feirantes e consumidores**. 2011. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)– Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 143p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 388p.

\_\_\_\_\_. **A economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. 208p.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 440p.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e sociedade**, São Paulo, v. 19, p. 95-102, 2007. Edição especial 1.

SCHUTZ, A. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, A. I. F.; HOLANDA, V. C. C. Um estudo dos circuitos da economia urbana na cidade de Cariré – CE. **Revista homem, espaço e tempo**, Sobral, ano 3, n. 1, p. 52-71, mar. 2009.

SILVA, L. B. W. **A feira livre em Pedras de Fogo -PB**. 2006. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. Trabalho informal: origens e evolução. In: JAKOBSEN, K. A. et al. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/ Fundação Perseu Abramo 2001. p. 11-13.

SOUSA, L. G. **Memórias de economia: ensaios: a realidade brasileira**. Edição eletrônica. 2004. Disponível em: <[www.eumed.net/coursecon/libreria/](http://www.eumed.net/coursecon/libreria/)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SOUTO MAIOR, A. **História geral**. São Paulo: São Paulo, 1978.

TASCHNER, G. **Cultura, consumo e cidadania**. São Paulo: Edusc, 2009.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC/SP, 2001.